



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 03/2025

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NOS DIAS 28 DE ABRIL E 30 DE ABRIL

1.ª Reunião da 2.ª Sessão de 28 de abril

Mesa Cessante

Presidente:	- <i>Francisco José Esteves</i>
1.ª Secretária:	- <i>Luísa Maria Almeida Torres Belchior</i>
2.ª Secretário	- <i>José António Costa Ferreira</i>
Hora de Abertura:	- 09.30 Horas
Ata da 1.ª Sessão Ordinária 28 de fevereiro de 2025	- Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros
Outras presenças:	- A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente Vitor Manuel Correia e pelos Senhores Vereadores: - <i>Carlos Duarte Travanca</i> - <i>Francisco José Clemente Sousa</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Nélia Alexandra Pires Pinheiro</i> - <i>Fernanda Maria do Sacramento Mesquita</i>
Local da Reunião:	- Grande Auditório do Centro Cultural de Mirandela

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Bom dia a todos. Vamos dar início aos trabalhos desta 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela.

Cumprimento o Executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara *Vitor Correia*, cumprimento os Senhores Deputados aqui presentes, Líderes das Bancadas Parlamentares, cumprimento a Comunicação Social, o público presente e quem nos acompanha na transmissão via *online*.

Passo a palavra à Senhora Secretária *Luísa Belchior*.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Muito bom dia a todos, renovo os cumprimentos que já foram feitos e também eu desejo um bom dia de trabalho.

Feita a chamada, passo às restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

A Senhora Deputada *Camila Padrão Fraga* é substituída pelo Senhor Deputado *Emanuel Sérgio Batista*;

A Senhora Deputada *Sandra Cristina Bento Gomes* é substituída pelo Senhor Deputado *Carlos Alberto Pinheiro Esteves*.

A Senhora Deputada *Matilde Isabel Antunes Machado* esteve ausente por motivos profissionais das 11.00 hrs. às 12.30 hrs.

Registo de Faltas.

Camila Padrão Fraga, Sandra Cristina Bento Gomes, António Manuel Neto Gouveia, Francisco José Esteves, Luísa Maria Almeida Torres Belchior, Diana Delfina Santos Costa, José António Costa Ferreira, Ilda Maria Veiga Fernandes, Virgílio António Barbosa Tavares, Carlos Rafael de Sousa Carvalho, Luís José Herdeiro Mosqueiro.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *Camila Padrão Fraga*: Sessão de 28 de abril de 2025.
- *Sandra Cristina Bento Gomes*: Sessão de 28 de abril de 2025.
- *António Manuel Neto Gouveia*: Sessão de 28 de abril de 2025.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos Membros mencionados.

1 - Eleição da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Muito bom dia a todos e votos de excelente trabalho para esta 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela de 28 de abril de 2025.

Conforme a Ordem do Dia para esta Sessão, o ponto um consta da Eleição da Mesa da Assembleia Municipal. Permitam-me fazer duas ou três referências ao processo eleitoral.

Segundo o ordenamento legal e jurídico de atos de votação, em Portugal existe aquilo que se chama maioria qualificada, maioria absoluta e maioria simples.

Uma maioria qualificada existe para determinados fins, nomeadamente, na Assembleia da República, para alteração de leis eleitorais ou alterações à Constituição, também existe na Lei Autárquica, mas é aquela que é exigida apenas para casos extremos e de elevada importância. Dou a título de exemplo, se matéria que não consta na Ordem do Dia necessitar, por carácter urgente e assim decidido por uma Assembleia que seja liberado existe, de facto, expresso o carácter urgente, existe de facto expressão de dois terços dos membros da Assembleia Municipal.

Não é o caso aqui.

A maioria absoluta significa que um Órgão, composto por um determinado número, nomeadamente, a Assembleia Municipal de Mirandela, composta por 61 membros, uma maioria absoluta exigia 31 votos para se eleger uma Mesa, independentemente do número de presenças.

Para a eleição da Mesa basta aquilo a que se chama a maioria simples. Isto significa que não é exigido um número em concreto para a eleição da Mesa. Para uma lista sair vencedora basta que, no caso de haver apenas uma lista, os votos a favor sejam superiores aos votos contra, independentemente do número de presentes e votantes na sala.

Portanto, não é exigido que se obtenham 31 votos, ou seja, um número superior aquele que compõe o órgão. O processo decorre por forma de maioria simples.

Havendo duas listas, nós temos os boletins preparados para todas as eventualidades, como naturalmente tem que acontecer. Temos os boletins preparados para a eventualidade de uma Lista A e de uma Lista B e temos os boletins preparados para o caso de surgir uma lista única candidata, que se expresse o voto a favor e contra. Sendo os votos a favor superiores aos votos contra, está eleita a Mesa, independentemente do número de participantes e votantes dos membros que, atualmente, se encontram na Assembleia Municipal.

Queria ainda fazer referência à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro do Regime de Funcionamento e Competências das Autarquias Locais, que no artigo 45.º expressa no n.º 2 que “na ausência de disposição regimental, compete à Assembleia deliberar se a eleição a que se refere o número anterior é uninominal ou por meio de lista”.

Quando a Lei remete para o nosso Regimento, pratica-se aquilo que lá está expresso. Neste caso, o nosso Regimento não expressa qualquer obrigatoriedade por uma destas figuras. É tradição nesta casa desde do início que a eleição fosse sempre feita por Lista e não de forma uninominal. A única coisa que a Lei exige é que, em caso de haver duas listas candidatas, se resultar empate nessa eleição, obrigatoriamente a eleição teria que ser uninominal.

Portanto, a primeira situação que se impõem, por parte da Mesa, é solicitar à Assembleia Municipal, uma vez que o Regimento é omissivo e não obriga a nenhuma das figuras e é sua competência, conforme diz a Lei, deliberar sobre a forma de votação, a Mesa coloca ao plenário se mantemos a tradição sempre usada na eleição da Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela da eleição por Lista.

Alguém se opõe ou exige outra forma de votação ou aceitamos como democraticamente e, usualmente, sempre o fizemos a eleição em bloco por Lista?

----- Efetuada a votação e estando 60 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, utilizar a forma de votação por Lista para a eleição da Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela.

----- Foi apresentada uma lista para a eleição da Mesa da Assembleia Municipal, com os seguintes nomes:



- Lista A: *Rita Bárbara Pires Messias, Luís Carlos Fontoura Soares e Patrícia Andreia Felgueiras Pires Bernardo.*

----- Após a votação por escrutínio secreto obteve-se o seguinte resultado:

Lista A – Obteve:

- 32 votos a favor;
- 25 votos contra;
- Dois votos em Branco;
- Um voto Nulo.

----- **Pelas 10h e 48m procedeu-se à cessação da Mesa anterior e à tomada de posse da nova Mesa, eleita nos termos regimentais**

----- **Nova Mesa passou a ser composta por:**

Presidente:	- Rita Bárbara Pires Messias
1.º Secretário:	- Luís Carlos Fontoura Soares
2.ª Secretária	- Patrícia Andreia Felgueiras Pires Bernardo

----- Após a Tomada de Posse da nova Mesa, foram retomados os trabalhos.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Dirijo-me a todos vós, em primeiro lugar, para expressar a minha mais profunda gratidão pela confiança que em mim foi depositada. Agradeço ao Partido Socialista pelo honroso convite para encabeçar a lista como Presidente desta Assembleia, bem como a todos os que confiaram na nossa lista, permitindo que saísse vitoriosa.

Este ato de confiança representa, para mim, um sinal inequívoco de que, mesmo em tempos de desafios e incertezas, a união e o diálogo permanecem como pilares fundamentais da ação política e da construção do bem comum.

É, pois, com elevado sentido de missão, espírito de serviço público e profundo respeito pelas instituições democráticas, que hoje assumo o cargo de Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, comprometendo-me a exercer esta função com total dedicação, responsabilidade e imparcialidade.

Este momento simboliza não apenas uma nova etapa na minha trajetória como Membro desta Assembleia, que integro desde 2009, mas também a renovação do meu compromisso com os valores da liberdade, da democracia e da defesa intransigente dos interesses dos mirandenses.

Aceitei este desafio com humildade e honra, e agradeço a oportunidade de continuar a contribuir para o desenvolvimento desta terra que escolhi para viver. Ao longo de 16 anos, tive a honra de integrar este órgão autárquico, trabalhando sob a liderança de três Presidentes de Assembleia Municipal, cujo legado de qualidade e elevação muito me honra e inspira.

Durante este percurso, pude testemunhar o papel vital desta Assembleia enquanto espaço de pluralismo, de debate democrático e de construção de soluções para a melhoria contínua da qualidade de vida no nosso concelho. Aqui aprendi que o verdadeiro espírito do poder local reside na escuta atenta, na capacidade de dialogar, na compreensão mútua e, acima de tudo, na priorização dos interesses de Mirandela e dos Mirandenses acima de quaisquer diferenças.

A conjuntura que culminou na renovação da Mesa desta Assembleia, na sequência da demissão dos seus anteriores membros, exige de todos nós serenidade, maturidade democrática e, sobretudo, um espírito conciliador. Impõe-se, mais do que nunca, responsabilidade acrescida e um compromisso firme com a estabilidade institucional que os cidadãos justamente exigem.

Não estamos aqui para acentuar divisões ou erguer barreiras; estamos aqui para construir pontes, para ouvir e trabalhar em conjunto, sempre com o desígnio maior de servir Mirandela e os seus cidadãos.

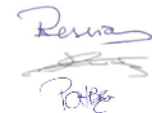
Permitam-me, neste contexto, expressar uma palavra de respeito e reconhecimento aos membros da Mesa cessante, pela dedicação e serviço prestados. A mudança faz parte da vida democrática e deve ser encarada com a serenidade que a maturidade institucional impõe.

Esta é a hora de reforçar a dignidade da nossa Assembleia Municipal, espaço nobre da democracia local, onde todas as vozes devem ser ouvidas, onde o debate deve ser pautado pela elevação, e onde cada decisão deve refletir o interesse superior da nossa terra.

Assumo este cargo com humildade, mas também com firme determinação de honrar e dignificar o órgão máximo da nossa autarquia, representando-o com a necessária isenção, rigor e respeito institucional.

Tenho plena consciência da exigência que este papel comporta e comprometo-me a assegurar que todos os grupos políticos representados nesta Assembleia, terão igual oportunidade de fazer ouvir as suas ideias, propostas e legítimas preocupações.

Reconheço que as divergências existirão, como é natural e saudável em democracia. Mas acredito firmemente que o que nos une, a defesa do bem comum, a promoção do desenvolvimento de Mirandela e a honra da confiança dos nossos concidadãos, é infinitamente mais forte do que aquilo que nos possa separar.



É nossa missão comum trilhar o caminho da responsabilidade, enfrentando os desafios com coragem e abraçando as oportunidades com visão e ambição para o futuro. Juntos, estou certa de que conseguiremos fazer mais e melhor por Mirandela e pelas gerações vindouras.

Nos meses que restam deste mandato, procuraremos que esta Assembleia se afirme como exemplo de transparência, de seriedade e de dedicação ao interesse público. Que cada palavra aqui proferida e cada decisão tomada sejam norteadas pela responsabilidade e a elevação institucional que a democracia exige.

A Assembleia Municipal é um dos órgãos mais nobres do poder local, expressão maior da democracia conquistada com o 25 de Abril de 1974. Cabe-nos honrar essa conquista, promovendo a proximidade entre eleitos e eleitores, e assegurando que a democracia participativa seja uma realidade viva e dinâmica.

Comprometo-me, por isso, a liderar esta Mesa com imparcialidade, transparência e profundo respeito por todas as forças políticas aqui representadas, garantindo que o diálogo e a construção de consensos sejam a pedra angular da nossa ação.

A todos os Senhores Deputados Municipais, deixo um apelo sincero: façamos do diálogo a nossa principal ferramenta, da escuta atenta o nosso maior gesto de respeito e da cultura democrática a nossa força motriz.

Permitam-me concluir com uma palavra de especial gratidão aos Senhores Secretários da Mesa que me acompanham nesta missão, cuja qualidade e dedicação muito estimo e valorizo. A todos vós, e sobretudo aos cidadãos de Mirandela, que são e serão sempre a razão última do nosso trabalho, deixo a minha renovada promessa de dedicação.

Queremos fazer desta Assembleia um espaço de debate construtivo, de respeito pelas diferenças e de convergência em torno das soluções que melhor sirvam Mirandela e os Mirandelenses.

Desejo, por isso, que o tempo que nos resta neste mandato seja marcado pela união, pelo respeito mútuo e pelo compromisso inabalável com o bem comum.

Muito obrigado a todos pela vossa confiança.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

2 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 1.ª Sessão Ordinária de 28 de fevereiro de 2025.

----- Efetuada a votação e estando 60 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 1.ª Sessão Ordinária de 28 de fevereiro de 2025.

1.º Período de Intervenção do Público

3 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* disse:

Senhora Presidente, Senhor Secretário, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* de Mirandela disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhora Presidente, é mais importante o sítio onde as pessoas se sentam do que o que dizem. Esperamos que quem governar esta Câmara que tenha uma conduta diferente e que haja mais humildade. Que não tenha nada a ver com o que tem vindo a ser feito e que tenha a humildade de responder às questões que lhe serão colocadas.

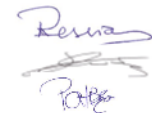
Senhor Presidente, a si tudo lhe corre a jeito. Até a morte do Santo Papa veio favorecer o seu discurso nas cerimónias do 25 de abril. Pergunto: se não tivesse esse assunto iria falar a dizer que vai tirar a tirolesa do parque infantil Bairro Tua Sol? Está na hora de mostrar o que vale, se é que vale. Agora já não é a outra Senhora que o condiciona. Assuma-se, está na hora.

Senhor Presidente, em relação à tirolesa, enquanto foi Vereador, disse que retirava a mesma dali. Se não tivesse onde a por, que a colocaria num armazém e acabavam-se as chatices. Não se lembra ou já sofre de amnésia como outros políticos? Se tem por onde, mostre o que vale.

Senhora Presidente, falam que a tirolesa não incomoda. Não incomoda a quem ali não vive.

Por que razão o sino da capela da Nossa Senhora do Amparo está desligado? Porque faz barulho para quem ali vive. Não os deixa dormir. Se calhar de dia não faz sentido, de noite até se pode tolerar.

Senhora Presidente, no parque Tua Sol havia ali uma placa a proibir levar para ali bolas e jogar ali à bola. Há uns dias uma bola projetada do exterior bateu num pessegueiro. Ora, já tem fruto, deita o fruto abaixo. Peço-lhe, por favor, a colocação da mesma para evitar que as bolas vão para ali, para não estragar aquilo que está ali, porque aquilo que é meu eu comprei, não herdei nem mo deram.



Senhora Presidente, falou-se aqui na última Assembleia que a dívida da Câmara era de 5,5 milhões de euros. Já aumentou. Agora deixa-se a pergunta no ar, mas aumentou porquê?

Já há dinheiro camuflado para as novas eleições ou já é para fazer a festa? Ou vai-se lá saber, exatamente, para o que é.

Já há dinheiro para fazer as obras na Escola do Fomento ou estão à espera que venham as eleições para as fazer? Para angariar votos?

Senhora Presidente, as obras ao ir para o Hipermercado estão paradas. É falta de pagamento ao empreiteiro ou para aplicarem o alcatrão tem que fazer “x” graus?

Assim sendo, pergunto porque colocaram, ainda no inverno, o alcatrão em cima da Ponte Açude? É inadmissível. Está uma miséria, quem ali passar pode constatar isso.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que a cidadã que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *PATRÍCIA FREITAS* de Mirandela disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Falávamos, no dia 25 de abril passado sobre, e citando *Ary dos Santos* "as portas que abriu abriu". E, de facto, abril abriu muitas portas: abriu as portas à democracia, à liberdade, à saúde, à educação, ao trabalho, à cultura e à paz. O 25 de Abril deu voz a todos e a todas que antes não tinham voz, que durante a ditadura viveram silenciados e reprimidos, mas sem nunca abandonarem a sua luta.

Igualmente importante e, sobretudo, para que a minha geração não se esqueça, o 25 de Abril também fechou portas: fechou as portas à tortura do sono, à tortura da estátua, aos espancamentos, às perseguições, aos exílios forçados e à censura. Se não sabem o que foi a tortura do sono ou a tortura da estátua, basta percorrer os testemunhos de milhares de presos políticos que foram detidos entre 1926 e 1974, aqui neste país.

Muitas dessas pessoas que foram presas, vale a pena salientar, tinham a minha idade e muitas delas eram ainda mais novas, com 16, 17, 18, 20 anos. E será que algum de nós consegue hoje imaginar como seria, para um jovem, ser retirado da sua casa, ou de uma manifestação estudantil para ser preso?

Acho que, para nosso azar, existe um desconhecimento histórico algo profundo sobre esse assunto, mas não só. O modo como se celebra o 25 de Abril, aqui entre nós, tende a excluir do seu âmbito uma larga maioria da juventude, à exceção de alguns jovens que, fruto da sua curiosidade e do seu compromisso com os valores democráticos, saem à rua para ver, afinal, o que significa celebrar o 25 de Abril em Mirandela.

E muitos de nós pensarão que dissociar estas comemorações da cultura, enquanto prática contínua e de valorização do nosso concelho, não faz sentido e, de facto, não faz. Da mesma forma que muitos de nós, jovens, pensamos que a oferta cultural no nosso concelho ainda vai sendo escassa, um panorama que tem sido desolador no concelho.

Costuma dizer-se que os jovens são o futuro e são mesmo, mas sem conhecerem o passado, dificilmente se construirá um futuro em que sejamos plenamente livres. Não basta lamentar o alheamento de largos setores da juventude em relação a assuntos que deviam nortear a nossa ação e a nossa vida como cidadãos integrados nesta comunidade, é preciso retomar um processo que tem estado suspenso, não sabemos se por inércia, ou esquecimento, de mobilização das suas consciências de pedagogia, de colaboração e de compromisso com a valorização da democracia. Democracia essa que foi conseguida através do sofrimento e da luta de jovens de outras gerações, hoje os nossos pais, ou os nossos avós, que lutaram para que nós hoje, possamos estar aqui a exercer os nossos direitos democráticos.

Gostaria de questionar o Executivo Municipal, mais uma vez, sobre a sua perspetiva para a concretização de uma política municipal para a juventude, que seja capaz de fixar os jovens no concelho e de nos proporcionar condições para que aqui possamos construir as nossas vidas.

----- O Senhor Presidente *VITOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhora Presidente, quero deixar uma nota inicial de votos de bom trabalho nestas funções que agora se iniciam, que são bastante exigentes para todos.

Quero também deixar uma palavra de agradecimento à Mesa cessante, pelo trabalho que realizou ao longo dos anos em que esteve connosco.

Dando resposta ao Senhor *Manuel Brízido*. Trata-se de um assunto já conhecido e que o Senhor *Manuel Brízido* sabe, porque optámos por uma forma de comunicação, talvez mais assertiva e que tem a ver com a questão da tirolesa.

Está prevista e temos que realçar que tem havido acordo e cedência da parte do Executivo, para algumas questões que o Senhor *Manuel Brízido* nos tem colocado no que diz respeito ao último momento para decisão da manutenção ou retirada da tirolesa, que tem a ver com a medição do ruído.

Por nossa iniciativa, já apresentámos várias propostas. Aceitamos que pudessem ter sido adiadas, por um motivo, ou por outro, na altura do Natal. O Senhor *Brízido* já pediu desculpa por essa circunstância e agradeço a forma como abordou esse assunto, que é assim que se deve abordar, com frontalidade e quando há que pedir desculpa, há que pedir desculpa. Não foi possível.

Também compreendemos que agora em abril não foi possível, porque estavam a decorrer as férias da Páscoa, o tempo não ajudava e, portanto, a utilização do parque infantil poderia não ser suficiente, para que a medição do ruído pudesse dar resultados práticos e objetivos.

Marcamos, então, para a primeira semana de junho, logo que sejam iniciadas as férias escolares, para que possa ser efetuada essa medição e contamos com a colaboração do Senhor *Manuel Brízido*, no sentido de permitir que a medição possa também ser feita no interior da sua residência. Caso tal não seja possível, é um direito que lhe assiste, a medição será feita apenas no exterior. Mas para termos uma perceção completa, valeria a pena, para dissiparmos de uma vez por todas estas questões, que coloca aqui muitas situações desagradáveis, porque há pessoas com vontade de utilizar o parque, há pessoas que não têm assim tanta vontade, porque a tirolesa não é apelativa. Mas uma coisa é certa: parece-me a mim que têm que haver cedências de parte a parte.

Daquilo que me é dado a parecer, há aqui algumas questões relacionadas com falta de civismo por parte dos utilizadores, porque utilizam o parque para além da hora normal de funcionamento e não o deviam fazer e isso também provoca algumas chatices. O parque fecha às 22h, ou às 23h, conforme seja verão ou inverno e aquela hora deviam resguardar-se e não fazer a utilização do parque.

O Senhor *Manuel Brízido* também tem de ser compreensivo, a juventude tem alegria e tem formas de estar. Também tem filhos e também tem netos, se não houver vontade de ambas as partes em resolver a situação, dificilmente se chegará a um consenso, independentemente de tudo. A palavra tem que ser sempre essa, consenso é o que nos deve nortear.

Vamos fazer agora em junho, para que todos fiquem a saber, a medição acústica e iremos tomar as decisões adequadas e técnicas em função dos resultados. Os equipamentos dos parques infantis estão, neste momento, completamente remodelados e estão credenciados.

Há aqui esta questão do parque Tua Sol, sim ou não à tirolesa? Não vai ser uma decisão política, vai ser uma decisão técnica. Há pessoas que pretendem que seja mantida lá e nós também o pretendemos, desde que o equipamento não provoque constrangimentos para a família, porque, como diz e bem, ninguém gostava de ter uma situação daquelas. Mas também tem que haver aqui, como já disse, alguma boa vontade por parte do Senhor *Brízido* e o Senhor *Brízido* sabe que nós estaremos sempre no lado da boa solução.

Por outro lado, temos assistido a algumas questões relacionadas com vandalismo e, de facto, a placa informativa de utilização já lá esteve. Neste momento, não sei se não está lá novamente, mas provavelmente não, fazendo fé das suas palavras. Tem que ser uma placa, que tem que estar presente com todas as condições de utilização, com todas as regras de utilização e só assim é que podemos avançar e ser civilizados na utilização de partes comuns.

Relativamente à outra questão que colocou aqui, sobre a dívida da Câmara: à tarde vamos ter oportunidade de falar sobre isso, mas já que mencionou isso e tem todo o direito a ser respondido, a questão da dívida têm aqui uma leitura muito simples.

Quando consultamos o que está inscrito na DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais, verificamos que a dívida efetiva do Município é de cerca de 5,5 milhões de euros. Este é o valor que conta para a dívida da Câmara.

No entanto, é bem verdade que a responsabilidade financeira da Câmara é outra. Dívida *versus* responsabilidade. Porquê? Porque também temos dívida, também temos compromissos com o BEI - Banco Europeu de Investimento, que dizem respeito a empréstimos contraídos para investimento e que não contam para o endividamento da Câmara.

As Câmaras contam o seu endividamento em função deste valor que foi dito aqui, mas esse é um assunto técnico que nós iremos, certamente, debater à tarde.

São documentos da DGAL que todos podem consultar. Dívida da Câmara: cerca de 5,5 milhões de euros. Dívida total com responsabilidades: cerca de 9,9 milhões de euros.

Temos de assumir, pode parecer um mau valor, mas tendo em conta a dívida inicial, é um grande resultado que este Executivo e o anterior têm feito a este nível, é isto que me apraz dizer sobre isto.

Relativamente às obras da escola, elas estão devidamente identificadas. Agradeço também ao Senhor *Manuel Brízido* nesse aspeto, quando nos traz assuntos muito concretos, nós procuramos responder. Efetivamente, é uma fragilidade, não estamos à espera de eleições para resolver o problema, estamos à espera da possibilidade de que sejam feitas, as obras vão ser uma realidade e obrigado por ter trazido cá esse assunto.

Relativamente às obras do Intermaché e daquela zona, é uma responsabilidade dos empreiteiros. Estes contratos incluem cláusulas de penalização e caucões, que serão acionadas, caso não sejam cumpridos os respetivos contratos.

Para qualquer mirandense que por lá passe, a situação representa uma fragilidade, mas também é uma fragilidade para o Executivo, que não gosta de ver esta demora, ainda que o mau tempo tenha atrasado o andamento dos trabalhos. Mas estamos em contacto diário com o empreiteiro, a pressionar para que as obras sejam terminadas.

Quanto à intervenção da *Patrícia Freitas*: *Patrícia*, muito obrigado pelas suas palavras.

Não é a primeira vez que está aqui a reforçar este tema, o que é sinal de que não deixa morrer a questão e gostamos disso, gostamos de jovens e queremos cá os jovens. Os jovens têm que ter essa participação, é isso que nós defendemos, virem ao lugar certo falar com os responsáveis e chamarem-nos à atenção para aquilo que devemos avançar.

É bom que também tenha a consciência que nós temos feito um esforço enorme, sob o ponto de vista da evolução cultural. Dizer que não há muita cultura em Mirandela, parece-me falta de observação.

Acontecem semanalmente vários eventos, podem não ser eventos do seu agrado, haverá outros com certeza. Mas aquilo que temos necessidade é que os jovens se insurjam contra estes factos, que se aproximem de nós e que tenhamos reuniões.

Para esse efeito, aquilo que podemos fazer é reunirmos e obtermos, até da vossa parte, uma proposta formal daquilo que gostariam de fazer e ver de que forma é que nós poderíamos implementar, isso sim, é um trabalho que me parece adequado.

Esse é o desafio que deixo à *Patrícia*: faça-nos chegar um conjunto de propostas, que sejam exequíveis, porque há coisas que não podemos fazer. Sabemos bem qual é o grande problema, temos um conjunto de necessidades ilimitadas e temos um conjunto de recursos limitados.

Neste ilimitado ou limitado, temos que fazer alguma coisa. Não podemos fazer tudo, mas estamos disponíveis para a ouvir e aceitar as suas propostas.

Antes da Ordem do Dia

4 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhora Presidente, queria dirigir-lhe as primeiras palavras para a felicitar pela eleição e desejar-lhe, até ao final do Mandato, um bom trabalho nesta Assembleia Municipal, certamente que quem ficará a ganhar será esta Assembleia e também a democracia, que é tão importante na nossa vida.

A minha interpelação à Mesa vai no sentido de perceber como será feita a contagem do tempo das intervenções dos Senhores Deputados? Até porque a parte inicial dos cumprimentos à Mesa e ao Executivo é regimental. Se vão começar a fazer antes, logo no início, quando começam os cumprimentos, ou quando começa verdadeiramente a intervenção que diz respeito ao orador que aqui vem proferir a sua intervenção?

Por fim, gostaria também de felicitar o Senhor Presidente da Câmara, esta é a sua primeira Assembleia nestas novas funções e desejo que corra bem, que seja esclarecedor e que Mirandela fique a ganhar.

Estaremos aqui para o interpelar e para o questionar sobre as políticas públicas municipais, até porque sei, nos últimos quatro anos, para não dizer nos últimos oito, que tem tido grandes responsabilidades no apoio à Senhora Presidente da Câmara, Dra. *Júlia Rodrigues*.

Felicidades também para o seu Mandato.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Muito obrigada, Senhor Deputado *Paulo Pinto*.

Agradeço as palavras que nos foram dirigidas.

Relativamente à contagem do tempo, penso que vamos proceder como tem sido feito até aqui. Vamos manter a mesma linha, são seis minutos por intervenção neste ponto, sendo que o tempo começa a contar depois dos cumprimentos.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Antes de iniciar a minha intervenção, gostaria de dirigir umas palavras de agradecimento e de admiração aos elementos da Mesa cessante e como é estranho vê-los aí, ainda não me habituei, não sei se terei tempo, até ao final deste Mandato, a identificá-los nessa Bancada, pois ficavam também muito bem na Mesa.

Relativamente aos trabalhos desenvolvidos, têm a minha admiração. É o vosso legado e eu sou um profundo admirador de todo o empenho e dedicação que colocaram no exercício das vossas funções.

Senhor Presidente da Câmara, assistimos na Comunicação Social, por parte de uma empresa que tem um protocolo para a instalação do Parque Eólico na Serra de Santa Comba, a denunciar publicamente a Câmara Municipal e tendo em conta o desfecho, até pela morosidade do processo, a ameaçar a Câmara Municipal com pedidos indemnizatórios.

Aguardei que a Câmara Municipal prestasse declarações públicas, esclarecendo a situação e tranquilizando os mirandelenses, no entanto, da parte do Executivo Municipal, houve um silêncio total.

Era para intervir em nome da Bancada do PSD, mas também como público, ou mirandense, mas, entretanto, juntou-se o que se juntou na última semana da Páscoa, mais o falecimento do Santo Papa Francisco, pelo que o faço agora e continuo a achar que o tema é bastante oportuno.

Falamos do Parque Eólico da Serra de Santa Comba. Durante os últimos oito anos, a Dra. *Júlia Rodrigues*, para fugir às responsabilidades e afirmar qual seria a sua opinião sobre este tema, foi sempre dizendo que, mais uma vez, era um problema deixado pelo PSD. Gostaríamos de "receber problemas" como este, que recebeu o PS em 2017: um investimento de 30 milhões de euros, com enormes contrapartidas para a Câmara Municipal de Mirandela, para a Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão e Passos, bem como, para os proprietários dos baldios.

No momento em que esse contrato foi negociado, durante governação PSD, não existia ainda informações sobre as novas descobertas arqueológicas, nem colocaria em causa o já existente. Por isso, era visto como um excelente negócio e, ao mesmo tempo, apostando na criação de energia verde.

Temos orgulho em ter conseguido captar este investimento. Algo que, ao longo destes oito anos, o PS não conseguiu para o nosso concelho. Para sermos realistas, nem por um terço desse valor a Dr.ª *Júlia* e o atual Executivo conseguiu qualquer investimento.

Lançamos o desafio ao atual Executivo, que apresente o total de investimento privado conseguido ao longo destes oito anos por sua iniciativa e intervenção. Mas vamos abordar o ponto da situação atual e de quem, afinal, está mal resolvido com este tema.

Sabemos que, há dois anos, este processo foi suspenso pelo Ministério Público. Uma das razões para que se determine os trabalhos de classificação de local, de Sítios Arqueológico de Interesse Público, e muito bem! A nossa história deve ser respeitada e conservada. O mais grave é que o Ministério Público alegou que existiam incompatibilidades com as regras do PDM - Plano



Diretor Municipal. Significa isto que o Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires*, aprovou o licenciamento da construção deste parque, não cumprindo com as regras do PDM.

Gostaríamos de saber quais são os fundamentos do Ministério Público e o que não foi cumprido pelas regras do PDM. Como podemos constatar, o que está em causa, envolvido pelo Ministério Público, são as decisões tomadas pelo Executivo PS. Em nenhuma parte, é dito que este investimento está incorreto ou que o contrato assinado pelo PSD era ilegal.

Afinal, quem está a ser alegado de procedimentos ilegais: o Executivo do Partido Socialista.

Por fim, gostaríamos de saber a opinião do atual Presidente *Vitor Correia* sobre este tema e se concorda com a instalação do atual Parque Eólico.

----- O Senhor Deputado Municipal *MÁRIO VILARINHO* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Bom dia a todos.

Em nome da Bancada que represento, quero hoje deixar algumas palavras de reconhecimento, confiança e esperança, neste momento de transição institucional relevante para o nosso Município.

Começo por saudar a Mesa da Assembleia Municipal que agora cessa funções. Apesar da sua saída ocorrer de forma prematura, não podemos deixar de destacar o trabalho sério, equilibrado e sempre orientado pelo respeito, pelas regras democráticas e pela dignidade deste Órgão.

O vosso contributo foi importante para a estabilidade dos trabalhos da Assembleia e para o bom funcionamento da vida democrática local. A todos os que fizeram parte desta equipa, o nosso sincero agradecimento e reconhecimento.

Aproveito também este momento para saudar e dar as boas-vindas à nova Mesa agora eleita. Temos plena confiança de que saberão dar continuidade ao trabalho já realizado, imprimindo a vossa própria marca e assegurando que esta Assembleia se mantenha como um espaço plural, respeitador e centrado nas soluções para os desafios do concelho.

Da nossa parte, encontrarão sempre uma postura de cooperação institucional exigente, mas construtiva, como é próprio de uma democracia madura.

Gostaria ainda de assinalar a saída da Senhora Presidente da Câmara Municipal, que agora abraça um novo desafio como candidata à Assembleia da República pelo nosso distrito. Esta decisão, ainda que represente uma perda para o Executivo Municipal, honra o nosso concelho, que verá assim representado o seu território e as suas causas num patamar nacional.

À Senhora Presidente, o nosso reconhecimento pelo trabalho desenvolvido até aqui e votos de pleno sucesso nesta nova etapa da sua vida pública.

Com a sua saída, saúdo também a ascensão natural do Vereador *Vitor Correia* ao cargo de Presidente da Câmara. Esta passagem está a provocar alguma indisposição e alguma oposição.

Ouvimos, na Sessão da Assembleia do 25 de abril, a crítica ousada, que só denota a linha ideológica de alguém a quem o conceito de liberdade poderá estar desfasado do nosso conceito, próprio da ideologia do Partido que representa.

A crítica feita ao nosso Presidente da Câmara revela um desconhecimento da sua verdadeira trajetória e preparação. Não se trata “apenas” de um ex-Vereador. É alguém que já exerceu funções de grande responsabilidade como Presidente da Junta de Freguesia desta cidade, liderando equipas, gerindo recursos e respondendo diretamente às necessidades da população.

Essa experiência executiva, aliada ao trabalho desenvolvido enquanto Vereador, confere-lhe conhecimento profundo das realidades locais e da gestão pública. A sua ascensão à presidência da Câmara é, portanto, não só legítima, como plenamente justificada pela experiência acumulada no serviço público, pela dedicação à causa pública e pela capacidade já demonstrada de liderar com eficácia e proximidade, estando certo de que dará continuidade ao projeto iniciado e que manterá o foco no desenvolvimento do nosso Município.

Da mesma forma, saudamos a nova Vereadora agora empossada, mesmo que sem pelouros atribuídos, desejando-lhe um bom trabalho e uma colaboração construtiva com os restantes membros do Executivo.

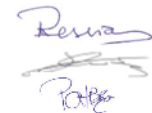
Estas mudanças são naturais na vida política e democrática. O mais importante é que as instituições mantenham o seu funcionamento, que os projetos em curso não sofram ruturas e que, acima de tudo, os interesses dos munícipes sejam salvaguardados.

Reiteramos, por isso, a nossa total disponibilidade para continuar a contribuir com espírito crítico, mas responsável para a construção de soluções que melhorem a vida de quem aqui vive e trabalha.

----- **Devido ao Apagão que ocorreu a 28 de abril de 2025, foi encerrada a 1.ª Reunião da 2.ª Sessão da Assembleia Municipal, eram 15h e foi acordado, após reunião com os líderes de Bancada e face às informações disponíveis de que o apagão poderia demorar cerca de 72 horas a ser resolvido, foi decidido e comunicado pela Mesa a todos os Membros da Assembleia que, face às circunstâncias, a 2.ª Reunião da 2.ª Sessão de 28 de abril seria realizada no dia 05 de maio de 2025.**

2.ª Reunião da 2.ª Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril, no dia 30 de abril de 2025.

----- **A Assembleia Municipal de Mirandela retomou os Trabalhos da 2.ª Reunião da 2.ª Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril, no dia 30 de abril de 2025, às 09.30 horas, no Auditório do Centro Cultural de Mirandela.**



Apresentaram Justificação de Faltas do dia 30 de abril:

- *Sandra Cristina Bento Gomes*: 2.ª Reunião da 2.ª Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2025, de 30 de abril de 2025.
- *Francisco José Esteves*: 2.ª Reunião da 2.ª Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2025, de 30 de abril de 2025.
- *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*: 2.ª Reunião da 2.ª Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2025, de 30 de abril de 2025.
- *Diana Delfina Santos Costa*: 2.ª Reunião da 2.ª Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2025, de 30 de abril de 2025.
- *José António Costa Ferreira*: 2.ª Reunião da 2.ª Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2025, de 30 de abril de 2025.
- *Ilda Maria Veiga Fernandes*: 2.ª Reunião da 2.ª Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2025, de 30 de abril de 2025.
- *Virgílio António Barbosa Tavares*: 2.ª Reunião da 2.ª Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2025, de 30 de abril de 2025.
- *Luís José Herdeiro Mosqueiro*: 2.ª Reunião da 2.ª Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2025, de 30 de abril de 2025.
- *Matilde Isabel Antunes Machado*: 2.ª Reunião da 2.ª Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2025, de 30 de abril de 2025, entre as 11.00 hrs. e as 12.30 hrs.

Faltas Injustificadas.

- *Carlos Rafael de Sousa Carvalho*: 2.ª Reunião da 2.ª Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2025, de 30 de abril de 2025.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade:

1 - Justificar as faltas dos Membros mencionados;

2 - Injustificar a falta do Senhor Deputado *Carlos Rafael de Sousa Carvalho*, por se ter ausentado da 2.ª Reunião da 2.ª Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril de 2025, de 30 de abril de 2025.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Vamos retomar a Sessão iniciada na segunda-feira dia 28 de abril.

Damos início à presente Sessão da Assembleia Municipal de Mirandela, prosseguindo os trabalhos iniciados no passado dia 28 de abril, como é do conhecimento de todos, foram interrompidos por motivo de força maior, uma falha inesperada no fornecimento de energia elétrica, que comprometeu as condições indispensáveis à continuidade regular da reunião, determinando a sua suspensão.

Tratando-se de uma situação absolutamente imprevista, cujo alcance e duração não nos era possível antecipar, a informação que nos foi transmitida indicava a possibilidade de a interrupção de energia se prolongar por até 72 horas.

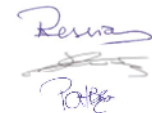
Perante este cenário e em articulação com os Líderes das Bancadas, a Mesa da Assembleia entendeu e assim foi comunicado aos Senhores Deputados, que a Sessão poderia ser retomada na próxima segunda-feira, dia 5 de maio. Contudo, permitam-me, enquanto Presidente desta Assembleia, prestar os devidos esclarecimentos sobre a decisão de retomar os trabalhos já no dia de hoje, 30 de abril, em vez da data inicialmente indicada.

Em primeiro lugar, importa recordar que a Sessão de 28 de abril foi formalmente iniciada e que a sua suspensão ocorreu por razões devidamente justificadas. Em conformidade com o entendimento do Departamento Jurídico da Associação Nacional de Municípios Portugueses, o qual foi contactado pelos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, em casos de interrupção por motivos de força maior, a Sessão deve ser retomada no mais curto prazo possível, salvaguardando-se a continuidade, a legitimidade processual e o respeito pelas obrigações legais da Assembleia, desde que estejam asseguradas as condições logísticas e técnicas adequadas.

Verificou-se felizmente, que a situação se normalizou no próprio dia, sem que as 72 horas inicialmente previstas fossem cumpridas. Tendo sido restabelecidas as condições técnicas, os Serviços de Apoio à Assembleia Municipal de Mirandela, contactaram individualmente todos os Membros da Assembleia, verificando-se que estava reunido o quórum necessário, impunha-se retomar a Sessão com a celeridade exigida pelas responsabilidades legais e institucionais que sobre esta Assembleia recaem.

Neste contexto, relevo os seguintes fundamentos legais e regimentais que sustentam a presente decisão:

1. Não foi emitido qualquer comunicado oficial pelo Tribunal de Contas, a prorrogar o prazo de entrega das contas por parte das Câmaras Municipais;
2. Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, “*competem à Assembleia Municipal apreciar e votar os documentos de prestação de contas do município, nos prazos definidos na legislação aplicável*”;
3. De acordo com o Despacho n.º 1/2025 – AR III do Tribunal de Contas, as Contas relativas ao ano económico de 2024 devem ser remetidas até ao dia 30 de abril de 2025, sob pena de responsabilidades financeiras, conforme o artigo 52.º, n.º 4 da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC);
4. O referido Despacho qualifica este prazo como impreterível, não havendo margem legal para adiamentos por decisão local;
5. O artigo 10.º, n.º 2 do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela determina que “*a apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação e a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior devem ter lugar na sessão ordinária de abril*”;
6. O princípio da continuidade dos trabalhos já iniciados, impõe a retoma da Sessão no mais curto prazo possível, sobretudo quando estão em causa prazos legais perentórios;



7. Por analogia com diversos regimentos municipais, verifica-se que, em caso de suspensão por força maior, a sessão deve ser retomada logo que possível, sem necessidade de nova convocatória formal, desde que a decisão seja tomada pela Presidência e comunicada aos Membros da Assembleia.

Em face do exposto, a decisão de retomar os trabalhos nesta data, teve como objetivo assegurar o cumprimento rigoroso da legalidade e a salvaguarda dos interesses institucionais do Município de Mirandela, não se verificando qualquer impedimento legal ou regimental para o efeito.

Assim, após auscultação dos Senhores Deputados e verificada a existência de quórum, deliberou a Mesa proceder à convocação da presente Sessão, garantindo não apenas o regular funcionamento desta Assembleia, mas também a plena conformidade com os prazos legalmente estabelecidos para o exercício das suas competências.

Sendo esta Sessão a continuidade legítima e válida daquela iniciada no passado dia 28 de abril e à luz do princípio da boa-fé institucional, não se revelou necessária nova convocatória formal, mas sim um agendamento célere e justificado, que todos compreenderão como necessário e oportuno.

Agradeço sinceramente a disponibilidade e o sentido de responsabilidade demonstrados pelos Membros desta Assembleia, bem como pelos serviços administrativos e técnicos que asseguraram esta retoma. Quero dirigir um especial agradecimento à *Carla Assis* que foi incansável nas suas diligências. É com este espírito de serviço público e compromisso democrático que cumprimos o nosso papel.

Impõe-se assim, que os interesses do Município de Mirandela estejam acima dos interesses pessoais e partidários. Eu própria tive que desmarcar reuniões profissionais importantíssimas que tinha para hoje, para poder estar aqui.

Por isso, estamos aqui hoje, não apenas para apreciar e votar documentos, mas para cumprir a Lei, honrar a confiança dos mirandelenses e afirmar a credibilidade e a seriedade das instituições locais.

Obrigada a todos e desejo um excelente trabalho para o dia de hoje.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Quero desde já, dar os parabéns à Mesa por esta eleição e desejar-lhes um bom trabalho.

É complicado gerar consensos, é preciso termos um sentido de responsabilidade e de disponibilidade para estarmos todos presentes aqui, mas também temos que ir de encontro àquilo que as leis nos obrigam.

Se a Senhora Presidente da Mesa nos referiu que o nosso Regimento é omissivo em relação ao agendamento de nova reunião em casos de força maior, a Lei n.º 75/2013, no seu artigo 46.º, que foi aquele utilizado para remarcar uma segunda reunião desta Sessão da Assembleia Municipal diz que, “*os órgãos deliberativos podem, quando necessário, reunir mais do que uma vez no decurso da mesma sessão.*” No entanto, mais abaixo, no artigo 49.º, o ponto 3 refere que “*às sessões e reuniões dos órgãos das autarquias locais deve ser dada publicidade com a indicação dos dias, horas e locais da sua realização, de forma a promover o conhecimento dos interessados com uma antecedência de, pelo menos, dois dias úteis sobre a data das mesmas.*”.

Ou seja, aquilo que venho aqui trazer é um lamento pelo facto de na segunda-feira, fruto daquilo a que todos assistimos, ter existido uma anuência por parte da Comissão Permanente sobre o agendamento para o dia 05 de maio e também, uma falta àquilo que foi depois deliberado por parte de todos os Membros desta Assembleia, após a Senhora Presidente ter questionado se esta Assembleia podia realizar-se no dia 05 de maio, e todos dissemos que sim e, em menos de 12 horas deste agendamento, decidem enviar uma convocatória, sim, é uma convocatória, porque a primeira reunião foi dada por terminada e é iniciada uma segunda reunião.

Segundo o artigo 49.º, parece-me que estamos num caso de ilegalidade. Aconselho a que os Líderes das Bancadas Municipais se possam reunir, que haja um consenso se estamos dentro da Lei.

Deixar ainda uma nota muito rápida, se efetivamente tínhamos todos estes prazos a cumprir, com todos os constrangimentos que existiram, mas já não é a primeira, nem a segunda vez, que acontece nesta Assembleia, que andamos sempre “a correr atrás do prejuízo”.

Aconteceu já em 2024, quando foi a questão dos Despachos que saíam das Reuniões de Câmara, que incumpriam com a Lei que estava em vigor e este ano, também, já no decorrer de uma Sessão, que a Ordem do Dia era demasiado extensa e passou para janeiro.

Dar só mais uma nota, esta reunião iniciou-se em abril, se passa para maio, o Tribunal de Contas, e podem pôr os juristas do Município a fazer o seu trabalho, que certamente encontrarão uma justificação para o facto de o Parecer desta Assembleia ir para maio e não ficar em abril.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Permitam-me algumas palavras sobre os últimos acontecimentos.

A excelentíssima Senhora Presidente da Mesa, como bem sabem, por decisão da Mesa, a que Vossa Excelência preside, transmitiu a esta Assembleia que a continuação da Sessão de 28 de abril seria no próximo dia 05 de maio. Esta foi uma decisão da Mesa, e só da Mesa.

Acontece que, ontem fui contactado pelos serviços da Câmara Municipal a informar-me que, afinal, a continuação da Sessão do dia 28 tinha que acontecer, impreterivelmente, hoje e não no dia 05 de maio, como tinha sido decidido por Vossa Excelência.

A justificação: obrigatoriedade de entregar ao Tribunal de Contas a documentação exigida, com data de aprovação até 30 de abril.

Renata
Boa

Minhas Senhoras e meus Senhores, o que é que vocês andam a fazer? Quase parece que andamos a brincar às Assembleias Municipais. E, por favor, não culpem o apagão. O apagão não preside esta Assembleia. O apagão não dirige os trabalhos desta Assembleia. O apagão não marca datas para a continuação dos trabalhos, muito menos tem que cumprir leis ou regimentos.

Pergunto novamente, minhas Senhoras e meus Senhores: o que andam a fazer?

As marcações das Assembleias regem-se por leis e regimentos. Se não sabem, questionem. Olhem, por exemplo, aos juristas da Câmara Municipal. É que a nossa Autarquia nunca teve tantos juristas no seu quadro, deem a sua opinião. Alguns deles até fazem parte desta Assembleia. Estou certo de que dariam o parecer *pro bono*.

Vocês têm sequer noção da imagem que passam lá para fora? Quase parece que andamos a brincar às Assembleias Municipais.

Uma última questão, como é que fizeram a Convocatória para o público estar presente? Via redes sociais? A sério?!

Vou terminar parafraseando um adágio popular: “*Vossas Excelências não têm que ser só sérios, competentes, também têm que parecer sérios e competentes.*”

----- O Senhor Deputado Municipal *VÍRGILIO TAVARES* (CDS/PP) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Efetivamente, tinha aqui uma série de perguntas para colocar à Senhora Presidente. Já foi dada a justificação, é o suficiente para eu avançar, uma vez que só nos dão três minutos, que não permite fazer uma interpelação como deve ser. Mas poderemos depois continuar.

Concordo plenamente com o que foi dito até aqui: cheira a ilegalidade nesta Assembleia.

Não só no processo da convocação, mas também, como foi referido aqui, na decisão tomada na segunda-feira e, passadas menos de 24 horas, uma decisão completamente contrária, cuja a informação chegada até nós não era nada disto, apenas invocava o artigo 46.º, segundo a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O artigo 46.º não trata da convocação, trata de esclarecer se há uma sessão e quais as reuniões que a podem seguir. Portanto, fiquei na mesma e vi isso quase às 23h da noite, porque alguém me disse que havia um *e-mail*. Nós fomos impedidos de saber, concretamente, por que razão houve esta mudança em relação a segunda-feira.

Quería colocar apenas duas ou três questões, já que não tenho o tempo que me é permitido.

Disse à Senhora Presidente que não foi emitido pelo Tribunal de Contas qualquer referência à alteração. Nós sabemos que isto foi uma situação anómala, se é uma situação anómala, se a Mesa mandou contactar a Associação Nacional de Municípios Portugueses, por que razão não contactou o Tribunal de Contas, para saber se era possível ou não?

Aliás, não sei se se recordam, mas ouvi aqui na segunda-feira, quando a Senhora Presidente fala da alteração para o dia 05 de maio, que essa questão do Tribunal de Contas estava resolvida e que, por isso, podiam marcar a reunião para o dia 05 de maio. Foi o que eu ouvi e acredito acho que mais pessoas ouviram. Portanto, não percebemos, mas avançando.

Diz que deve ser marcada no mais curto espaço de tempo. Era de bom senso terem colocado esta questão logo na reunião de segunda-feira.

Dizem que não havia informação concreta e que se falava em 72 horas. Na reunião com os Líderes, e sobre isso também tenho uma pergunta a fazer, devia ter sido colocada essa questão “E se se restabelecerem as condições? Seguimos? Fazemos a reunião terça-feira, ou na quarta-feira?” Era programado logo isso e não induzir as pessoas em erro, como estamos a ser induzidos.

Em relação à reunião, Senhora Presidente, os Líderes Municipais foram discriminados, porque o Líder Municipal do CDS não esteve presente nessa reunião e Vossa Excelência sabe, que me telefonaram da Mesa, nomeadamente, a Senhora Presidente, a informar já de uma situação que tinha sido adiado e não a perguntar por que razão não estava presente.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECHO* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Confesso que estava à espera que houvesse algum tipo de confusão com este ponto, mas não acreditava que houvesse aqui uma espécie de Alzheimer, uma espécie de ato demagógico que é o que, lamento imenso, os Senhores vieram aqui fazer, com a exceção do Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, que levantou uma ou duas perguntas corretas e fez uma sugestão que, aliás, eu também penso que deve ser, no próximo Mandato, usada nesse sentido, que é para conseguirmos antecipar as reuniões da Assembleia Municipal para prazos mais cedo em cada mês, de forma a podermos-nos precaver para estas situações.

Há aqui coisas que, confesso, não compreendo. Nós todos, e a decisão, não foi tomada pela Mesa unilateralmente, como foi aqui dito num ato demagógico pelo Senhor Deputado *Carlos Ventura*. Foi tomada pela Mesa, depois de aconselhados com os Membros da Comissão Permanente, Líderes das Bancadas Parlamentares, que aqui estavam presentes.

O Senhor Deputado *Virgílio Tavares* não estava presente, a reunião começou já passava das 14h 30m, a Sessão tinha ficado agendada para as 14hrs. e estávamos, de facto, numa situação completamente inusitada.

Isto é que é a grande situação, nós vivemos na segunda-feira uma situação que nunca tinha vivido em 43 anos que tenho de vida e estarmos aqui a fazer disto um grande problema, parece-me absolutamente exagerado.

Em relação às 48 horas da convocatória que não foram respeitadas, se a reunião tivesse sido convocada para dia 30, hoje, quando nós saímos daqui as 48 horas também não estariam cumpridas. Saímos daqui por volta das 15hrs., para convocar uma nova Sessão para hoje, às 9h30h da manhã, não teríamos as 48 horas igual. Ou seja, a legalidade hoje ou ontem é exatamente a mesma.

Para terminar, em relação à alteração dos prazos, ontem de manhã houve uma reunião do Conselho de Ministros, onde foram aprovadas uma série de alterações de prazos. E em todos os casos, a única coisa que ouvi foram prazos de obrigações tributárias, obrigações jurídicas e de outro tipo de obrigações, que estavam previstos terminar no dia 28 e que passaram para o dia seguinte, ou seja, ontem.



Não houve indicação nenhuma por parte do Tribunal de Contas, nem de qualquer outra entidade, para haver alteração dos prazos que os municípios e os seus órgãos estão legalmente obrigados a cumprir. Daí a urgência de realizarmos esta reunião hoje.

Parece-me de bom senso que numa situação completamente inusitada, que foi discutida, que foi decidida, e temos todos que ter a nossa responsabilidade aqui, que tenha sido decidido dessa forma.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Muito obrigada pelas vossas observações.

Efetivamente, houve aqui uma situação, como já dissemos, inesperada, imprevista.

Na segunda-feira, não sabíamos o que iria acontecer. A decisão de adiar e de marcar uma nova reunião não foi tomada só pela Mesa, como aqui foi afirmado, foi tomada pela Mesa em articulação com os Senhores Líderes de Bancada.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, lamento contrariá-lo, mas quando lhe liguei, não foi para lhe dar conhecimento, foi para questionar se concordava, eu perguntei: "*O senhor concorda?*" E o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* respondeu-me: "*Sim*". Claro que compreendo. Naquele momento não sabíamos muito bem o que poderíamos fazer. Agora temos que analisar os prós e os contras.

Primeiro, nem na Lei n.º 75/2023, nem no nosso Regimento, há qualquer referência a situações como esta em que temos, por um lado, um imprevisto e, por outro lado, um cumprimento rigoroso de Lei.

A Câmara Municipal pode pedir o prolongamento do prazo para a entrega do Relatório de Contas? Sim, pode. Mas está sempre sujeita a interpretações.

Agora, nós estamos aqui reunidos hoje, com quórum, ninguém tomou decisão nenhuma sem antes contactar individualmente os Senhores Deputados, foram todos contactados, os Senhores Deputados disseram que vinham, que estavam disponíveis e estamos cá. Por isso, não sei qual é o problema.

Acho que há aqui deputados que querem brincar às Assembleias. Querem andar aqui no *vai e vem*. Se estamos aqui, temos que assumir as nossas responsabilidades, porque a responsabilidade não é só da Câmara, também é nossa. A Câmara não teve culpa de haver um imprevisto.

Agora, se estamos aqui no dia 30, dentro de um prazo legal para cumprir uma obrigação legal, então ponhamos essa decisão à consideração dos Senhores Deputados. Porque a responsabilidade não vai ser só da Mesa, vai ser de todos.

Primeiro, vou chamar os Líderes das Bancadas para tomarmos uma decisão conjunta, se damos andamento a esta reunião ou se a cancelamos e, depois, será deliberado também pelos Senhores Deputados.

----- O Senhor Deputado Municipal *VÍRGILIO TAVARES* (CDS/PP) solicitou a palavra para defesa da honra:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Devo relembrar a Senhora Presidente do seguinte: em primeiro lugar, não sei qual foi a pressa de fazerem uma reunião com os Líderes das Bancadas sem a minha presença. Não sei. E não sei por quê?

Na segunda-feira, como em todas as reuniões, ou quando há essas situações imprevistas, nunca se começa mesmo às 14.00 hrs. E quando foi dito aqui que a reunião recomençaria às 14.00 hrs., alguém disse e eu ouvi, que não era possível, devido precisamente à situação imprevista, começar às 14.00 hrs., que era melhor às 14h30m. E ficou no ar.

É normal nesta Assembleia nunca se começar à hora marcada. Começa-se sempre meia hora depois. É estranho, por quê que nesse dia começou, então, às 14.00 hrs. Mas antes da Senhora Presidente me ligar, já outra pessoa me tinha telefonado que, penso eu, era da Mesa, pela voz. Não se identificou, mas pelo número, penso que sim. Também não interessa agora.

Quando a Senhora Presidente me ligou, eu disse que já vinha a caminho. Não me falou dessa questão do que se tinha decidido ou não. Sabia apenas que tinha que chegar o mais depressa possível e por isso já vinha a caminho.

Quando me telefonaram, ainda nem sequer tinha chegado. E nas palavras que trocamos, e eu já vinha em viagem, tive que parar, como é lógico, não ia atender o telefone a conduzir, aquilo que eu entendi foi que, efetivamente, iria ser adiada a Sessão.

A pergunta que me foi feita foi se eu concordava com o adiamento para o dia 5 de maio. É evidente. Mas uma coisa é perguntar ao telefone se concordo com o adiamento, outra coisa é estar presente. Porque se eu estivesse presente, colocaria essa questão: "*Meus amigos, isto pode durar pouco tempo*". E iria propor logo a continuação da sessão no dia seguinte, caso houvesse condições. Se não houvesse, manteríamos o agendamento para o dia 5 de maio.

Esta é que é a realidade, Senhora Presidente.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Antes de mais, quero apenas prestar alguns esclarecimentos adicionais que não referi há pouco.

Foi perguntado como tinha sido feita a publicitação da continuação da Sessão ao público. Foi feita nas redes sociais, na comunicação social local e para além disso, pedi também à Senhora *Carla Assis* que contactasse o Senhor *Brizido*, uma vez que ele tinha manifestado intenção de apresentar uma intervenção no final do período de intervenção do público.

Quanto à decisão sobre se vamos ou não dar continuidade a esta Sessão, ela será tomada em breve. Peço, então, aos Senhores representantes de cada Partido, os Líderes das Bancadas, para se dirigirem à Mesa.

Senhores Deputados, tenho algumas informações importantes para vos transmitir.

Contactámos os serviços jurídicos da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que esteve em alta voz e os Senhores Líderes das Bancadas puderam ouvir o que foi transmitido, não há qualquer ilegalidade relativamente à realização desta reunião.

O artigo 49.º, que foi referido por um dos Senhores Deputados, os dois dias úteis apenas dizem respeito ao envio da ordem de trabalhos e da documentação.

Reina
Beça

Como esta reunião é a continuação da Sessão de segunda-feira, cuja Ordem do Dia e documentação foram entregues dentro dos prazos legais e tendo em conta que a alteração de data se deveu a motivos imprevistos, como já foi amplamente referido, é perfeitamente plausível, e segundo o artigo 46.º, que possamos dar continuidade, logo até no dia seguinte, caso fosse possível. Não se decidiu na altura, porque não se conhecia ainda o contexto no dia seguinte.

O artigo 46.º diz: “os órgãos deliberativos podem, quando necessário, reunir mais do que uma vez no decurso da mesma sessão” é o que diz, unicamente, sobre esta situação a Lei n.º 75/2013.

Este tipo de situações de força maior e de cumprimento de prazos legais, deveriam estar melhor explicadas no nosso Regimento, o que não acontece atualmente. Deixo aqui o alerta para a próxima equipa que pegar no Regimento, para fazer essa alteração e prever estas situações inesperadas e de força maior, para que haver uma justificação fundamentada para a necessidade da realização das Assembleias dentro de determinados prazos.

Face às informações que nos foram dadas, volto a repetir, não há qualquer ilegalidade na realização desta reunião. Assim e como foi também decisão dos Senhores Líderes das Bancadas, vamos colocar à deliberação dos Senhores Deputados a continuidade desta sessão.

A falta de cumprimento dos prazos também nos responsabiliza. Cada Deputado tem que ficar responsável pela sua decisão.

Continuamos com a sessão: sim ou não? É a decisão que vamos tomar.

Questionei a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o que disseram que, é uma decisão nossa e é essa a decisão da Mesa que estamos a tomar, porque não queremos dar andamento à reunião se não houver concordância dos Senhores Deputados.

É uma decisão da Mesa colocar à decisão dos Senhores Deputados. Queiram, por favor, respeitar esta decisão da Mesa.

Relativamente ao Tribunal de Contas: pode não haver problemas por deliberar e entregar fora de prazo, tendo em conta os acontecimentos. Contudo, e uma vez que já estamos aqui nesta Assembleia, penso que seria importante fazê-lo quanto antes.

A Mesa já esclareceu a forma de votação: há possibilidade de votar contra, a favor e abster-se.

Foi também confirmado que não há qualquer ilegalidade na realização desta Reunião e, como já referi, tanto a Lei n.º 75/2013, como o nosso Regimento é omissos nestas situações, mas podemos perfeitamente e é a tradição noutras instituições, noutras Assembleias, realizar a continuidade das Sessões o mais rápido possível.

Estamos aqui hoje e há quórum, pelo que penso que podemos dar continuidade aos trabalhos.

Ainda assim, vamos colocar à consideração dos Senhores Deputados, por uma questão de ser mais democrático.

----- Foi prevista inicialmente uma votação, que por não contemplar a possibilidade de abstenção, foi corrigida, tendo essa votação inicial ficado sem efeito, não produzindo desta forma quaisquer efeitos deliberativos.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Se tudo isto é legal, se fomos convocados e estamos aqui, estamos a perder tempo em votações, a brincar às votações, em quê? É legal? Além disso, a nossa democracia é representativa, precisamente por isso temos aí a Mesa da Assembleia e o Executivo, que nos representa.

Em menos tempo, eu fiz votações com meninos dos 7 aos 10 anos. E pus as coisas a funcionar. Estamos aqui uma manhã inteira! É legal? Acreditamos que seja. Não há ilegalidades? Não há. Então, nós fomos convocados, estamos aqui e se estamos aqui é porque queremos que os trabalhos decorram. É começar, em vez de estarmos a brincar às votações. Esta é a minha sugestão.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Efetivamente, é decisão das Mesas colocar à consideração dos Senhores Deputados se querem continuar ou não. Parece-nos que é mais democrático.

----- Efetuada a votação e estando 44 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 10 votos contra, 9 abstenções e 25 votos a favor, dar continuidade aos trabalhos da 2.ª Reunião da 2.ª Sessão da Assembleia Municipal de 28 de abril.

----- O Senhor Deputado Municipal *MANUEL AGOSTINHO BEÇA* (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto: Senhora Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Persistindo votos contra, a minha posição é a abstenção. E quero lembrar outra coisa que acho oportuno, deverá ser vertido em Ata a identificação dos ausentes.

Penso até que tem sido uma falha enorme, porque em nenhuma votação, ao longo deste mandato em assembleias municipais, se percebe quem são os ausentes e nunca estão presentes a totalidade dos 61 membros desta Assembleia.

Em termos regimentais, as ausências devem ser comunicadas, como sabemos, artigo 63.º do Regimento, n.º 3 alínea f), não sendo comunicadas, nunca sabemos quem são os ausentes.

Esta não é uma votação qualquer, pelos vistos, uma vez que ainda há oposição. Nesta posição, pedia que ficasse em Ata quem são os ausentes.



O meu voto é a abstenção.”

----- O Senhor Deputado Municipal *VÍRGILIO TAVARES* (CDS/PP) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Há dúvidas jurídicas quanto à existência desta reunião de continuação da Sessão de 28 de abril de 2025, pelo que nos ilibamos de qualquer responsabilidade decorrente da mesma, votando contra a proposta apresentada pela Mesa, que não é esclarecedora, nem retira as dúvidas suscitadas.

Se mais não fosse, reparem, faltam 17 elementos nesta sala, foram 10 votos contra e 9 abstenções. Façam as contas e tirem as vossas conclusões.

Esta declaração não é apenas minha, mas sim dos quatro membros do Grupo Municipal do CDS/PP.”

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

O meu voto foi contra.

Acho que devia ficar plasmado na Ata desta Assembleia quem votou contra e quais são os sentidos de voto tanto da abstenção, como votos a favor.

Continuo a entender que a Assembleia não se pode reunir sem uma Convocatória mínima de 48h. Pode, efetivamente, se existir uma exceção e a exceção tem que estar fundamentada na Convocatória. Ela não foi plasmada nessa Convocatória, apenas mencionaram o artigo 46.º, que diz respeito à duração dessas sessões.

Existindo uma interrupção desta reunião, e o título da Convocatória vinha como segunda reunião e não continuação da primeira reunião da Assembleia, considero que não foram cumpridos.

Não estando cumpridos, o meu voto foi contra e eu vou-me ausentar desta reunião.”

----- A Senhora Deputado Municipal *MARIANA SAMPAIO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

A minha declaração de voto foi no sentido que me absteve, para não ter qualquer responsabilidade em que esta continuação da Assembleia possa prejudicar-nos em algo que possa ser alguma multa, como já aconteceu em concelhos próximos.

No entanto, absteve-me para que pudesse continuar a sessão e não trazer qualquer prejuízo a Mirandela.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Votei contra, tendo em conta que informação dispar de duas instituições com responsabilidades na matéria que a Mesa teve o cuidado de consultar.

Sobre o imperativo desta reunião hoje, que era a aprovação das contas, ficamos a saber que se segunda-feira elas fossem aprovadas, elas seriam aceites pelo Tribunal, ainda que por ventura ocorre-se alguma coisa.

Mas quando as contas chegam fora de prazo, é por isso que está lá um Juiz, não somente a lei cega, porque face à fundamentação desta Assembleia, que a Prestação de Contas chegaria naquele dia, como iria chegar, por motivos de força maior, entendo, por toda esta disparidade de informação de instituições que têm responsabilidade na matéria, eu votei contra.

E sendo meu entendimento, se as contas chegassem terça-feira ao tribunal, penso que nada iria acontecer de significativo, pelas razões invocadas e por motivos de força maior e é por isso que está lá um juiz para interpretar a lei e aconselhar.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde, *ANDRÉ GERALDO* (PS), apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Acho que, da mesma forma que eu fui comunicado ontem, vocês também foram. Há colegas que tinham coisas marcadas e não puderam estar presentes. Eu também tive de desmarcar coisas no centro do país e estou aqui.



Já nos foi explicado, não sei qual é a confusão que estão a fazer, que as entidades competentes informaram a Mesa da Assembleia de que não há nada de ilegal em dar continuidade à reunião que ficou interrompida na segunda-feira.

Já que estamos aqui, não percebo porque é que não querem dar continuidade aos trabalhos. Parece que andamos aqui a brincar. Para estar aqui às 10h30, e até cheguei atrasado, tive de começar o meu dia às 5h 45m. E ninguém tem nada a ver com isso, mas já que estamos todos aqui, há que dar continuidade aos trabalhos! Ou andais a brincar com quem vos elegeu para estarem aí sentados? Que é quem vos paga as senhas.

Dá a sensação que o problema aqui é a miséria da senha que recebem ao fim do dia.”

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Eu abstive-me porque, sinceramente, há coisas que não entendo. A minha abstenção vai no sentido de que, se houver alguma ilegalidade, eu não me responsabilizo por nada.

A nossa democracia é representativa, está devidamente representada, a responsabilidade será de quem está a conduzir os trabalhos.

Não me responsabilizo absolutamente por nada, se houver alguma ilegalidade.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Na minha declaração de voto venho a dizer que voto a favor. E voto a favor por duas situações que são muito importantes.

Primeiro, aquilo que se está a passar aqui hoje não faz qualquer sentido. A única coisa que acho a Mesa devia fazer, e continuo a insistir nisto, era o voto individual e que cada um se responsabilizasse pelo seu ato.

Estamos aqui eleitos pelo povo, temos que assumir as nossas responsabilidades. Da mesma forma que estão à vontade para dizer que não, que não aceitam esta Assembleia ou a continuação da sessão anterior, têm que assumir o ato que são a favor ou que são contra.

Portanto, eu voto a favor e quero que esta Assembleia continue.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

Eu abstive-me, por um motivo muito simples, acho que a Assembleia deve continuar, mas acho que todos nós devemos assumir as nossas responsabilidades, a começar pela Mesa.

A Mesa tem a possibilidade e a capacidade de evitar toda esta situação. Inclusive pôs-se a jeito, porque já tivemos aqui uma espécie de declaração de voto, que não se percebeu muito bem o que é que foi a declaração de voto, em que se utilizaram formas abusivas de se dirigem a outros Deputados e os Senhores não fizeram rigorosamente nada, nem tomaram ocorrência sobre isso.

Acho que esta votação é absolutamente inócua, não faz sentido nenhum eu estar a votar contra, ou votar a favor, porque essa responsabilidade é da Mesa, como é da Mesa, eu ponho nas mãos da Mesa. Se a Mesa diz que é legal, então que assuma essa legalidade e nós continuamos os trabalhos sem problemas nenhuns.”

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Muito obrigado Senhor Deputado. Todos somos responsáveis por tudo, perante todos.

Terminados estas interpelações e justificações, vamos dar continuidade aos trabalhos.

O facto de votarem contra não precisam de sair. Foi decidido, por maioria, dar continuidade a esta Assembleia.

A Mesa tem as suas responsabilidades e uma delas é tomar decisões, a decisão que tomámos foi pôr à consideração da Assembleia, dos Senhores Deputados e temos toda a legitimidade para fazer isso. Parece-nos mais democrático. É a decisão que tomamos e dessa decisão resultou a continuidade dos trabalhos porque, de facto, os votos a favor tiveram maioria em relação aos votos contra.

Nesse sentido, vamos dar continuidade à Ordem do Dia.

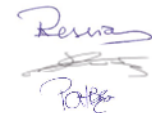
Estávamos no ponto 04 Antes da Ordem do Dia, vamos dar continuidade às pessoas que estavam inscritas.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Na 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Mirandela, sem que nada o fizesse prever, assistimos à demissão dos dois Secretários desta Mesa e à posterior demissão, por solidariedade, do seu Presidente.

No Partido Social Democrata (PSD) ficamos atónicos com esta atitude, mais atónicos ficamos com a reacção da Senhora Presidente da Comissão Política do Partido Socialista (PS) de Mirandela, que aos microfones da Rádio Terra Quente e já passados quase 15 dias, afirmou que ainda não sabia quais as razões para tal decisão. Gostaríamos de saber se já sabe? Acho que era importante.



Quanto a nós, analisando o que disseram nas suas intervenções e no caso da 1.ª Secretária, essa justificação está plasmada quando diz, e passo a citar *“Após uma reflexão pessoal sobre um quadro de princípios políticos sobre os quais não me revejo, não concordo e pelos quais resolvi não ficar passiva...”* fim de citação.

No caso do 2.ª Secretário e passo a citar: *“Em política podemos discordar sem ser desagradáveis...”*, e continuou *“...posso não ter agradado a todos, mas nunca me contorci em função de conveniências, circunstâncias ou de momento. Não troco valores por oportunidades.”* fim de citação.

Assim sendo e tendo por base o que os dois Secretários disseram, podemos tirar as seguintes conclusões:

1. Em alguma altura destes quase quatro anos, alguém com importância dentro do PS local ou do Executivo, não sabemos muito bem quem, criou as condições para que os elementos da Mesa se sentissem incomodados, o que levou a este desfecho;
2. Ao que nos parece, o mau estar está ligado a uma tentativa de ingerência nas atitudes e decisões da Mesa, o que a ser verdade é uma situação absolutamente imoral.

Para nós, está encontrada a verdadeira razão pela qual a anterior Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela se demitiu.

Não é pelo facto de os elementos da anterior Mesa terem sido eleitos nas listas do PS e toda esta situação ser no seio da família do PS de Mirandela que nos leva a ter esta leitura. Se fosse com elementos de qualquer outro Partido estaria aqui a dizer exatamente o mesmo.

Dar nota que, tirando alguns casos mais específicos, a nossa avaliação do desempenho do Excelentíssimo Dr. *Francisco Esteves* na condução e objetivação dos trabalhos desta Assembleia é altíssima, ao nível dos melhores.

É um comentário relativamente ao facto do que se passou, porque não deve passar em claro, temos que tirar algumas conclusões daquilo que se vai passando.

Sei que a Senhora Presidente disse que era uma questão democrática, que havia uma alteração. Sim, é um facto, mas tem que haver algum rigor na análise que fazemos perante os factos que vão acontecendo e perante aquilo que vai surgindo.

No meu entendimento pessoal, a demissão de elementos de uma Mesa, ainda por cima a tão curto espaço de acabar o mandato, tem um significado político grande, portanto, não queria deixar passar em claro esta situação.

Depois, relativamente aquilo que foi dito segunda-feira, antes do apagão, vou parafrasear a Senhora Presidente da Mesa, que no seu discurso disse o seguinte e passo a citar *“Cabe-nos honrar essa conquista, provendo a proximidade entre os eleitos e os eleitores e assegurar que a democracia participativa seja uma realidade viva e dinâmica”* fim da citação. Absolutamente de acordo, Senhora Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta a uma munícipe que apelava a mais cultura diz, e passo a citar: *“...precisamos de jovens. Os jovens têm que ter essa participação. É isso que nós defendemos, virem ao sítio certo, falar com os responsáveis...”* e depois propõem uma possibilidade: *“...o melhor é nós reunirmos, obtermos até da vossa parte uma proposta formal daquilo que gostariam de fazer”*, fim de citação.

Está tudo correto, Senhor Presidente, tudo correto, acho que isto é uma coisa maravilhosa, tirando o facto de não conseguir entender por que razão o Senhor disse isto.

Por dois motivos, como é que o Senhor vai fazer? Vai reunir com todos os municípios, ou com grupos de municípios? O Senhor agora vai arranjar um “tempinho” na sua agenda, para todos aqueles que acham que as coisas deviam ser feitas, deviam aparecer lá, reunir consigo e fazer propostas.

Sabe porque estou a falar nisto, Senhor Presidente? O Senhor não fazia parte ainda do Executivo, mas havia um mecanismo, antigamente, que era utilizado naqueles anos maléficos que os Senhores tanto aqui apregoam, haviam um mecanismo que era utilizado, que se chama “Orçamento Participativo” e que os Senhores acabaram com ele.

Por isso é que acho estranho, se calhar está com alguma dificuldade em fazer o seu programa eleitoral e está a precisar de umas ideias. É isso?

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Terminou, no passado dia 25 de abril, o procedimento de consulta pública sobre o projeto “Água que Une”, Estratégia Nacional para a Gestão de Água que une.

A CDU entende que, em período eleitoral, esta iniciativa de um Governo que foi exonerado é claramente desadequada, não sendo esta a ocasião mais oportuna para garantir um debate alargado sobre o tema e uma adequada participação, a que acresce a escassez de informação disponibilizada, face a um problema de relevante importância para o país. Teria sido aconselhável a promoção de uma discussão o mais ampla possível, em vez de apresentações governamentais, como se têm realizado, sem espaço para debate.

Relativamente à informação disponibilizada, refira-se que não há qualquer enquadramento da problemática da gestão da água no quadro das políticas gerais de desenvolvimento para o país, nem se aborda qual o modelo de atuação preconizado, sendo importante só por si, tem de ser articulado com outras políticas, com destaque para o que se pretende do ponto de vista do modelo agrícola e das prioridades para a atividade económica.

Os recursos hídricos são escassos e devem ser utilizados de forma eficiente e eficaz, dando resposta àquilo que deve ser essencial para o país. A relação entre a água e a agricultura e entre a água e a energia, são aspetos fundamentais, sem descurar a questão do abastecimento de água às populações.

A questão central, seja para esta estratégia, que apresenta 294 medidas, seja para a política de investimento, é a identificação de como se obtêm os recursos necessários para garantir a melhoria da eficiência hídrica e sobre isso surge a categoria a determinar, ou em fontes já comprometidas, ou então, com orçamentos próprios de entidades públicas. O que significa que, na prática, será pago por tarifas dos utilizadores.

Nesta área e como é evidente, está presente a ideia do negócio e a abertura de oportunidades para o florescimento do capital, que crescerá regado com água pública.

Rena
Pires

Destacamos ainda alguns aspetos, de forma sintética, transparece a intenção da criação do “monopólio da água”, ao afirmar-se que a sua gestão não pode estar fragmentada, o aprofundamento do princípio poluidor/pagador, a uniformização da tarifa em alta, nivelando por cima, o que implica tarifas em baixa mais elevadas para os consumidores finais/domésticos, ou uma pressão financeira sobre os municípios, com o objetivo de capturar os sistemas sob gestão municipal; uma fortíssima carga sobre os sistemas de abastecimento público, que prepotência sobre as Câmaras, a preparação para as subidas brutais dos tarifários e coimas às autarquias e aos utentes, uma penalização crescente para todos os utilizadores da água, exceto para as enormes empresas e grandes utilizadores, esvaziamento dos deveres e atribuições do estado.

Há a transferência dos deveres e atribuições do Estado, anulando a administração pública e bem assim de órgãos coletivos, dando a concessionários privados e empresas de direito privado competências de gestão nos recursos hídricos, licenciamento, estabelecimento de direitos de uso, estabelecimento de tarifas, atribuição de coimas, aplicação de sanções e venda de água aos utilizadores finais, ausência de qualquer fundamento de gestão de recursos hídricos de benefício social ou ecológico.

Insiste-se que o problema central está no abastecimento público às populações, utilizando o indicador de água não faturada, que não é o mais adequado para o efeito, tendo em conta que a maioria das entidades gestoras são municipais e que se deve descontar os autoconsumos e considerar como indicador as perdas reais de água.

A “Água que Une” não é uma estratégia nacional, é uma mistura de projetos, a maior parte sem financiamento garantido, de duvidoso suporte científico e é feita a olho e arbitrariamente.

Garantida que está a arquitetura do setor de distribuição da água, e tendo em conta que em 2026, a ERSAR vai passar a poder determinar os preços da água dos sistemas, quer evoluir na mercantilização da água na natureza, colocando as entidades gestoras encarregues da monitorização, ou seja, “pôr a raposa dentro do galinheiro”.

É fundamental sensibilizar os cidadãos para a importância de uma gestão adequada deste recurso. É importante inverter a política que tem vindo a ser seguida. Deve ser cumprido o preconizado na Constituição da República (artigo 80.º e 81.º), isto é, a salvaguarda dos interesses coletivos e a propriedade pública, que está a ser ameaçada com o horizonte de políticas de privatização. Era necessário e devia estar entre as preocupações centrais de uma verdadeira estratégia para a água, inserido num projeto de desenvolvimento nacional.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a CDU continua a lutar pela reconstrução da administração pública da água, permitindo-lhe cumprir cabalmente as suas funções, nomeadamente integrando de forma contínua e plena a várias escalas o licenciamento e autorização de usos da água e do domínio público hídrico, a fiscalização, o conhecimento e investigação, a inovação, a proteção das origens de água, o impedimento da mercantilização dos recursos hídricos e dos serviços de água e a reversão dos processos existentes.

São necessárias medidas de proteção e conservação da água, do uso eficiente da água, da questão da procura e para terminar, a manutenção e a melhoria das infraestruturas, a proteção e preservação da água, boas condições de trabalho, programas de educação e sensibilização para um consumo de água sustentável.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

No uso das minhas competências, solicito a palavra para colocar algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara sobre o processo de adesão às Rotas do Norte.

Na sequência das reuniões realizadas nos dias 27 de janeiro e 04 de fevereiro de 2025, para as quais fui convidada a estar presente sob a premissa de que a minha assinatura, tal como a dos meus colegas de Passos e Lamas de Orelhão, em virtude de gerirmos territórios detentores de pinturas rupestres, eram necessárias e eu percebi que seriam imprescindíveis, para a aquisição de um selo que visa identificar e promover rotas turísticas culturais da região Norte de Portugal, com o objetivo de valorizar o património cultural, a arte, a arquitetura e a arquitetura contemporânea.

A adesão a essas rotas, é um critério de admissibilidade para candidaturas a financiamentos do NORTE2030.

Fui recentemente informada, por terceiros, de que a candidatura em questão já foi submetida e que afinal, a minha assinatura não foi necessária.

Até ao momento, nada me foi dito nem apresentada qualquer explicação concreta quanto ao motivo da alteração.

Dado o meu envolvimento, que me foi solicitado e a relevância do assunto, questiono o Senhor Presidente, a candidatura já foi submetida? O prazo limite era até 31 de março.

Se foi submetida, quais as alterações? Uma vez que, como foi veiculado nas reuniões referidas, a aquisição do selo carecia das três assinaturas. Por que motivo, então, foi afastada a Freguesia de Suções? E, sobretudo, por que razão, numa reunião que nada tinha a ver com este processo, me foi dito que já não era necessária a minha assinatura?

A ser verdade e porque o responsável máximo neste processo, ainda na qualidade de Vereador da Cultura, foi o Senhor Presidente, porque não comunicou as alterações ocorridas à Freguesia de Suções, na pessoa da sua representante legal, que seria a Presidente de Câmara?

Aguardo alguma explicação.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Antes de mais, gostaria de agradecer à Mesa cessante, que desempenhou um bom trabalho durante estes três anos e meio.

Dar os parabéns também a nova Mesa em funções e desejar um bom final de mandato à Senhora Vereadora *Fernanda Mesquita* e ao Senhor Presidente *Vitor Correia*, até setembro.

Renan
Boa

Trago aqui um assunto já recorrente: a Praia Fluvial de São Pedro Velho e Torre de Dona Chama. Vejo que já houve alguns progressos desde a última Assembleia, pelo menos, estão lá os postes, não sei se já haverá eletricidade no espaço. E, já agora, gostaria de saber se vai haver concurso para o bar que existe lá. Uma vez que estamos à porta da época balnear, penso que dentro de um mês e pouco, não sei se haverá concurso, ou não, se já estará tudo pronto. Gostaria de o questionar sobre este assunto.

Aproveito também, uma vez que estão aqui presentes quase todos os Partidos que vão participar na próxima eleição, habitualmente estou na reunião de preparação com todos os Partidos para escolher os membros para as mesas e eu gostaria de chamar a atenção que os nomes indicados, os dados indicados, que houvesse essa tentativa de virem completos. É necessário apresentar o nome completo, a morada, o contacto telefónico, o NIF e o número do cartão de cidadão. Habitualmente, ou vem só o nome, ou apenas o telefone.

O recado é para todos os Partidos. O que acontece em São Pedro Velho, penso que acontece um pouco por todo o lado e depois surgem situações constrangedoras e desagradáveis.

É desagradável ter de dizer a um membro: "Olha, não podes ir para a mesa porque o teu Partido só trouxe o teu nome, não trouxe os teus dados." Acho que deviam ter esse cuidado, para não chegarmos a esse ponto.

Por fim, quero convidar os Membros desta Assembleia a estarem presentes na 15.ª Feira do Vinho e Morango, que terá lugar nos dias 10 e 11 de maio. Infelizmente ainda não com a estrada pronta, mas a caminho, espero bem que sim, já estão a iniciar os trabalhos, vamos lá ver se é desta.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Começava esta minha intervenção por agradecer à Mesa cessante, presidida pelo Senhor Dr. *Francisco Esteves*, pela isenção e profissionalismo com que sempre lideraram esta Assembleia Municipal. A todos deixo os meus sinceros agradecimentos.

Desejo também muita sorte aos novos Membros da Mesa da Assembleia, nestes poucos meses que faltam até ao final deste mandato.

Depois destas primeiras palavras, queria desejar também muito sucesso ao novo Presidente da Câmara, porque o sucesso do Senhor Presidente será também o sucesso de todo o concelho.

Senhor Presidente, Vossa Excelência deve recordar-se de que, enquanto Vereador, prometeu algumas obras para a minha União de Freguesias. Até aqui, eventualmente, se quisesse dar uma desculpa, podia alegar que a Presidente cessante não o deixava cumprir com essas promessas, mas agora não há desculpa possível.

Um dia, uma certa pessoa dizia que "*palavra dada é palavra honrada*" e eu concordo plenamente com essa afirmação. Por isso, espero que a palavra dada pelo Senhor Vereador *Vitor Correia* que hoje se tornou Presidente, também seja palavra honrada.

Permita-me que lhe coloque algumas questões e espero vê-las respondidas.

Senhor Presidente, para quando o início do saneamento do Carvalhal e da Palorca? Estas promessas foram feitas por si precisamente no início do mandato, em que referiu que os saneamentos, para si, eram obras prioritárias e que iam ser uma realidade. Pediram-me para arranjar terreno para as fossas, esse terreno já está adquirido há muito tempo e a Câmara não precisou de gastar um único cêntimo. Mais uma vez pergunto: para quando o início dos trabalhos?

Para quando o arranjo da entrada dos Avidagos? Como se deve recordar, deslocámo-nos ao local, Vossa Excelência chamou o engenheiro *Luis* e o engenheiro *Beleza* e ficou logo combinado como seria feita essa intervenção, pergunto mais uma vez, para quando será feita essa intervenção?

Quando vai dar instruções para a colocação dos candeeiros prometidos para o Largo de Pereira? Esta promessa também já tem "barba branca", aliás, como a minha, diga-me por favor, para quando está a pensar mandar instalar os candeeiros?

Parque infantil de Pereira, já andamos a falar neste assunto há vários anos. Vossas Excelências estão à espera que se magoe lá alguma criança? Depois não venham dizer que o Presidente da Junta não avisou.

Há muito tempo atrás, a Engenheira *Noémia* ligou-me e pediu a minha presença, precisamente junto ao parque infantil de Pereira. Desloquei-me ao local e apareceu a Engenheira *Noémia* e o vendedor da *Bricantel*. Fiquei satisfeito, porque foi-me dito que, finalmente, iria ser instalado um novo parque infantil, mas até ao momento, nada foi feito. Por isso, pergunto, Senhor Presidente: para quando esse parque?

Antigo Lagar de azeite do Navalho: recorda-se certamente, quando trocámos informações sobre este edifício, que Vossa Excelência ficou entusiasmado e dizia que o ia pôr a funcionar. Posteriormente, fez uma visita ao local e o próprio arquiteto que o acompanhou ficou maravilhado com o lagar e pediu para não deixarmos degradar mais o edifício.

O agora Senhor Presidente disse, na altura, que ia mandar fazer um projeto para recuperar aquele espaço, já foi feito o tal projeto, ou ainda vai ser feito?

Outro assunto que me preocupa é a recolha dos monstros. Pedimos para irem recolher os monstros a determinada aldeia e dá a impressão de que nem ligam ao pedido que o Presidente da Junta faz. Há muitos anos atrás, andavam todos os dias duas pessoas a fazer este tipo de trabalhos. Agora, para além de não virem e quando vêm, temos sorte que alguém aparece, mas mesmo assim, ainda temos que ter mão de obra à nossa custa, para carregar esse material.

Ontem trouxe um trator e duas pessoas a carregar monstros e a transportá-los para Mirandela e hoje continua no mesmo sentido.

Senhor Presidente, gostava de saber quem vai pagar estes trabalhos à Junta de Freguesia, porque que eu saiba, isto são deveres da Câmara Municipal.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.



Até que enfim posso dar os parabéns ao Senhor Presidente, andamos a pedir um subsídio desde 2018 e nunca mais era aprovado. Depois fala-se aqui às vezes, é só conversa, no 25 de abril e mais não sei quê. Alguns falam no 25 de abril e são uns fascistas pior do que o *Salazar*.

Já foi deliberado darem os 25 mil euros para a Senhora de Jerusalém, mas foi preciso tomar posse o Senhor Presidente da Câmara, porque enquanto estivesse aqui a Dra. *Júlia* era só aqui a mentir-me, é verdade. Andou aqui a dizer nesta Assembleia, vocês sabem, que a Câmara ia fazer as obras, depois andou aí a mentir-me e acabou por não querer dar o dinheiro à Junta de Freguesia.

Vou-lhe dizer Senhor Presidente, não vai dar o dinheiro à Junta de Freguesia, vai dar à Comissão Fabriqueira, mas são os mesmos indivíduos que vão gastar o dinheiro, é só para que tenha conhecimento.

Desconfiava da Junta, quando ela fez e deu a alguns indivíduos.

Também queria dizer uma coisa, que não é por mim, porque eu nem ligo a isso, mas não queria que o meu amigo *Arménio* ficasse prejudicado de o condecorarem. Eu já não preciso de condecorações, já estou com 46 anos na Junta e nesta Assembleia, a maior parte dos indivíduos ainda nem 46 anos têm. Pelo menos, que não me prejudicassem a mim, mas que façam a condecoração ao *Arménio*, que também já tem muitos anos.

Depois vêm dizer, volto a repetir, “o 25 de abril e não sei quê”. As pessoas vêm as pessoas pela política. Não podemos ser todos da mesma política, se não era uma chatice. Eu até me vou rir, mas se gostassem todos da mesma mulher, estava lixada.

Não podemos gostar todos do mesmo e às vezes até vamos para uma política, porque calhou, por causa dos pais, por exemplo, como é o caso dos meus filhos.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu quero só deixar aqui meia dúzia de reparos, uma vez que o Senhor Deputado *Mário Vilarinho*, na primeira reunião desta sessão, fez uma intervenção na qual me revejo completamente, no entanto, quero em viva voz, deixar aqui uma série de apontamentos que me parecem importantes e que dadas as circunstâncias, é relevante esclarecer.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos Membros da Mesa. Quero associar-me a todos os que aqui fizeram esse agradecimento e agradecer aos membros da Mesa cessante, que se demitiu no passado dia 28, pelo trabalho executado durante quase quatro anos. Foram importantes democraticamente, conduziram os trabalhos de forma muito correta, exemplar mesmo e daqui também deixar o meu agradecimento público aos Membros da Mesa.

Quero em continuidade, dar os parabéns à nova Mesa eleita na passada reunião e desejar-lhe o melhor e dizer que tiveram muita coragem em assumir esse trabalho para três reuniões que faltam, mas são três reuniões que vão ser, como se costuma dizer, “de faca nos dentes”, porque está toda a gente empolgada com as eleições que aí vêm, o trabalho vai ser difícil, mas cá estaremos também, na parte da Comissão Permanente, para vos ajudar sempre que for possível, a conduzirem os trabalhos de forma legal e de forma correta.

Dou também os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara *Vitor Correia*, pela sua subida à presidência, desejo-lhe o melhor para este final de mandato e fazer aqui um reparo porque, como o Senhor Deputado *João Reis* disse, eu também gosto de tirar o peso negativo e hoje já tivemos aqui esta parte importante de discussão democrática, sobre uma situação inusitada que nos aconteceu na passada segunda-feira e dizer que para quem acha que o tempo é pouco relativo e pouco importante, fazer aqui uma ressalva do que pode mudar em dois meses, no dia 28 de fevereiro, na primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, tínhamos uma Mesa diferente, tínhamos um Presidente de Câmara diferente, tínhamos um Governo em funções e de repente, tudo mudou em dois meses e estamos quase em cima de umas eleições legislativas extraordinárias, que não estavam previstas e que vieram alterar e mudar aqui as dinâmicas.

Quero também responder à provocação do Senhor Deputado *João Reis*, dizer que a dificuldade que temos em fazer o programa eleitoral não existe, nós estamos a fazer o programa e fá-lo-emos de forma competente e correta, salvaguardando os interesses dos mirandelenses.

Parece-me, pelas intervenções que ouvi do PSD, sem ouvir uma única intervenção construtiva, positiva, de proposta, que quem está com dificuldades em fazer o programa eleitoral é o PSD, ou o triunvirato de que se fala que se coligará para as próximas eleições.

É neste momento de início de corrida às eleições que vem ao de cima o melhor e o pior das pessoas. Tivemos aqui, eu não estive presente por motivos familiares, na reunião do 25 de Abril, a Sessão Solene e tivemos dois ou três tipos de discursos diferentes: todos democráticos e legítimos, mas que merecem da minha parte, algum tipo de reparo.

Tivemos os discursos evocativos da cerimónia e da data solene, tivemos alguns que dentro dessa solenidade e dessa evocação, expressaram opiniões políticas particulares, o que faz todo o sentido e depois tivemos discursos que, na minha modesta opinião, foram completamente despropositados para a Sessão e para a data solene que era, cada um levará e tomará as suas responsabilidades.

Quero também fazer aqui, porque estamos a aperceber-nos que há uma série de interpretações, opiniões, sobre umas pretensas divisões umas pretensas decisões que levam a estas considerações adivinhatórias, precipitadas e até abusivas, como têm sido feitas, sobre a suposta divisão no Partido Socialista.

O Partido Socialista é um Partido fundador da democracia, onde a diferença de opiniões não só é respeitada, como valorizada, fundamentada e incentivada, portanto, estas opiniões que se vão tendo, abusivas, seja aqui, seja nas redes sociais são extemporâneas.

Termino só com uma última frase, os Membros da Mesa cessante, que saíram na passada reunião, mantêm-se como Membros efetivos desta Assembleia, que eu saiba, não pediram suspensão, não se demitiram do seu mandato e certamente, caso tenham necessidade de prestar mais esclarecimentos, fá-lo-ão aqui, não precisarão que sejam outras pessoas a falar por eles.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Rena
Boa

Queria começar por cumprimentar a nova Mesa e dizer-vos que a Bancada do PSD contribuirá positivamente para que esta Mesa da Assembleia termine o seu mandato com a dignidade que o cargo exige, não deixando nunca de questionar o Executivo, ou a Mesa, quando achar necessário para o esclarecimento de qualquer questão que possa surgir.

Depois da vossa Tomada de Posse, instalada a nova Mesa estava sinceramente à espera que alguém da Mesa, ou mesmo algum dos Membros do Executivo, dissesse algumas palavras que a excelentíssima ex-Presidente da Câmara, Dra. *Júlia Rodrigues*, tivesse dirigido a esta Assembleia Municipal., parece que me enganei, ou não.

Isto só demonstra a importância que a Dr.ª *Júlia Rodrigues* atribuiu a esta Casa, rigorosamente nenhuma, meus Senhores.

Para a Dr.ª *Júlia Rodrigues* as Assembleias Municipais deviam ser uma chatice, o importante são as redes sociais, isso sim é importante para a Dr.ª *Júlia*, dirigir umas palavras a esta Assembleia Municipal não é preciso, que dignidade para com esta Assembleia Municipal, Dr.ª *Júlia*.

O que é que se passa com este Partido Socialista de Mirandela? O PS de Mirandela tem a maioria absoluta no Executivo, tem a maioria absoluta na Assembleia Municipal e tem a presidência da Mesa da Assembleia Municipal. O que é que vocês precisam mais para fazer bem feito? Que seja o PSD a fazer?

Depois da demissão em bloco da Mesa da Assembleia Municipal, a ex-Presidente de Câmara, que não queria mais ser Presidente de Câmara, mas afinal já quer um lugar no Parlamento, agora temos uma excelentíssima Senhora Vereadora que, apesar de o ser, não o é.

A seguir, temos um Presidente de Câmara que toma posse a poucos meses do fim do mandato e assim sendo, tem que responder por toda a presidência da Dr.ª *Júlia Rodrigues*.

Agora, num registo mais informal, só me apetece perguntar, parafraseando o refrão de uma canção popular: “*afinal quem é o pai da criança? Eu sei lá, sei lá...*”

Excelentíssimo Senhor Presidente de Câmara, digo isto com alguma tristeza, porque sinceramente não merecia que a Dr.ª *Júlia Rodrigues* lhe tivesse feito isto. Vossa Excelência é um Presidente de Câmara a prazo, sim, a prazo e não me estou a referir às próximas Eleições Autárquicas. Refiro-me ao facto de surpreendentemente, a excelentíssima ex-Presidente de Câmara, Dr.ª *Júlia Rodrigues*, ter suspenso o seu Mandato de Presidente de Câmara, sim suspendeu o mandato, não apresentou renúncia do mandato, pode sempre regressar ao cargo.

Se não vejamos, basicamente, a Dr.ª *Júlia Rodrigues* tirou umas férias para ir tratar da sua vida, vai andar por aí, não sei se a fazer a rodagem a algum carro ou não, mas certamente a pedir os votos a algumas das mesmas pessoas a quem há quatro anos pediu o seu voto para ser eleita Presidente de Câmara, para depois ir embora. Sempre a considerar, Dr.ª *Júlia*.

E no dia a seguir às eleições, qual *Linda de Suza*, talvez não de “mala de cartão”, segue a caminho de Lisboa. Adeus, Mirandela! Aqui estou eu, Lisboa. Só posso desejar que faça uma boa viagem.

Tenho aqui um outro assunto para Vossas Excelências.

Ao longo dos quase oito anos de presidência da Dr.ª *Júlia Rodrigues*, sempre apregoou que era próxima das pessoas, que as pessoas deviam ser ouvidas, defensora da democracia participativa, etc., etc, mas agora vejamos: o Executivo tinha à sua disposição a ferramenta por excelência que possibilita aos municípios participarem ativamente com propostas concretas e consequentemente essas propostas poderem vir a ser executadas pelo Executivo camarário, sendo aquilo a que chamamos Orçamento Participativo.

Justificações, ou melhor dito, as desculpas foram que, no primeiro Mandato, estavam a executar o Orçamento Participativo de 2016, sim meus Senhores e minhas Senhoras, é que a Câmara governada pelo PSD promoveu o Orçamento Participativo.

Depois, conseguem demorar quatro anos do primeiro Mandato a terminar o Orçamento Participativo de 2016. grande Orçamento este Participativo de 2016.

Questiono agora, excelentíssimo Senhor Presidente, qual a razão para nunca ter apresentado um Orçamento Participativo, ou o Senhor Vice-Presidente, visto ser ele que tinha essa responsabilidade ao longo dos quase oito anos, pelo menos aquilo que era transmitido pela Dr.ª *Júlia Rodrigues*.

É que comemorámos há apenas cinco dias o 25 de Abril, data que habitualmente, o Partido Socialista usa sempre o argumento da participação do povo, dar voz ao povo, etc., etc.

Mas, afinal, parece que são só discursos, palavras vãs e *post's* no *Facebook*.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Antes de mais queria agradecer as palavras que foram dirigidas à Mesa pelos Senhores Deputados e Senhores Presidentes de Junta, agradecer os votos formulados e as palavras gentis.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Começava por responder à primeira questão, colocada ainda na segunda-feira pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto*, onde falou aqui na questão do Parque Eólico, sobre este tema, que foi tornado público um pedido indemnizatório por parte do operador, não temos muito a dizer neste momento, porque como sabe, foi interposta uma providência cautelar e é mesmo cautelar, pelo que não podemos estar aqui a fazer considerações sobre o que se está a passar em termos de justiça.

Porém, há questões que posso esclarecer. Este processo iniciou-se já há algum tempo, ainda, como fez referência, no anterior Executivo do PSD, com os famosos PIP (pedidos de informação prévia), posteriormente foram contactadas várias entidades a dar participações, nomeadamente o ICNF, a APA e a CCDR-N.

Houve pareceres favoráveis, embora condicionados a uma via, houve uma Declaração, ainda proferida por anteriores Executivos, de Interesse Municipal, foi aprovado em reunião de Câmara e foi feito um relatório, entretanto também havia aqui questões ligadas



ao PDM, que depois também foram respondidas. Houve pareceres que inicialmente, não foram considerados e que depois mais tarde, foram considerados como favoráveis. Esses pareceres, quer internos, quer externos, permitiram uma avaliação, que deu lugar a um Despacho.

Surpreendentemente, surgiu uma situação completamente nova e alheia ao Município: a constituição de uma ZEP - Zona Especial de Proteção. Esta nova realidade levou à impugnação por parte do Ministério Público e é aí que o processo se encontra.

Há aqui um conjunto de trabalhos realizados para se ter chegado ao momento em que foi licenciado, com pareceres externos e internos e depois aparece uma situação completamente nova, que é a constituição dessa ZEP, que pode vir a alterar esse enquadramento.

Parece-nos que o Município não terá a responsabilidade, parece-nos, mas vamos ver o que vai acontecer. Se tivermos que assumir alguma responsabilidade, será assumida como sempre. O Município terá que assumir, mas parece-nos que a constituição dessa ZEP, depois de já ter sido criada aqui uma expectativa ao produtor, pode não ser da responsabilidade do Município, portanto, vamos aguardar com serenidade que tudo aconteça e depois, a seu tempo dar resposta.

Relativamente ao ponto da situação do Parque Eólico, não podia dar mais nenhum considerando que não seja este, que não seja a verdade. Até ao momento, ainda não fomos contactados, não nos foi dado conhecimento do quer que seja, para além da constituição dessa Providência Cautelar.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Mário Vilarinho*, agradeço as palavras que me dirigiu. Naturalmente, vou dizer ao Senhor Deputado, assim como vou responder a todos que efetivamente, estou aqui circunstancialmente, não até setembro, mas sim até ao dia 18 de maio, que é importante que se diga isto, não assumo qualquer outro papel que não seja esse.

Esta é a minha condição, esta é a minha forma de estar e estou aqui com toda a responsabilidade, para dar resposta naquilo que me for possível e capaz e quando não for, terei a humildade de falar com os meus pares para darmos as respostas adequadas, sempre na procura do esclarecimento e da verdade. Esta é a minha forma de estar, não a alterarei em função do quer que seja, nem muito menos dessa bandeira que já se agita para aí, que preocupa alguns, mas que a mim não me preocupa, que é a questão das Eleições Autárquicas.

Em relação ao Senhor Deputado *João Reis*, é sempre um prazer, é uma pessoa muito simpática, conheço-o há pouco tempo, mas habituei-me a esta sua forma profissional de estar e a esta forma interessante como aborda as questões, dando-lhe aqui um arejo para não ficar a pressão da própria pergunta.

A questão é muito simples, estamos habituados, eu estou habituado ao longo da minha vida profissional e também política, ainda que curta, a ouvir as pessoas, a perceber o que as pessoas querem. Só podemos chegar às soluções e dar resposta se as ouvirmos, se não o fizermos, não saberemos como responder, essa tem que ser a nossa prioridade, temos que arranjar tempo para ouvir as pessoas, para ouvir os jovens sobretudo.

Nessa mesma reunião, no final da Assembleia que decorreu, a munícipe *Patrícia* veio felicitar-me pela forma como respondi e mostrou-se disponível para termos uma reunião, com ela e um grupo de pessoas, para apresentar uma proposta sobre o que gostariam de ver enquanto cultura direcionada aos jovens.

Quanto ao Orçamento Participativo, já falado por si e pelo Senhor Deputado *Carlos Ventura*, agradeço terem trazido o tema, aproveito para responder este tema aos dois. Naturalmente não estou muito por dentro desta questão, pois trata-se de algo do anterior Executivo, no entanto, irei inteirar-me de alguma razão para não ter havido evolução desse Orçamento Participativo, que me parece interessante. Iremos dar-lhe essa resposta, não o posso fazer agora porque, efetivamente desconheço os motivos, mas haverá com certeza, alguma razão que tenha impedido o seu avanço.

Quanto ao precisar de ideias para o programa eleitoral, agradeço, se efetivamente tiverem boas ideias para o programa eleitoral e se esse programa eleitoral vier a ser o vencedor, não tenham problemas nenhuns de aplicar o quer que seja, proveniente de qualquer força política, não está em causa isso, o que está aqui em causa é o melhor para Mirandela, para os mirandenses, venha de que lado vier.

Se tiver alguma proposta, por favor, agradeço que nos faça chegar atempadamente, para que possamos incluir no programa. Tenho de lhe agradecer a forma sempre simpática como está aqui nesta Assembleia, o que eu aprecio.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, este é um problema grave, é um problema que temos em mãos e que ainda vivemos agora estes dias esta questão da “Água que nos Une”. Há aqui problemas de grande fragilidade no nosso Município, mas não estivemos à espera deste programa “Água que nos Une” para agir. Estamos a trabalhar proativamente, tenho aqui na minha posse um dossiê intitulado “Eficiência Hídrica e Estratégia de Ação para os Serviços das Águas de Mirandela”, de março de 2025.

Estamos a tratar isto para que possamos reduzir as perdas, que é algo que nos penaliza muito, pois essas perdas são pagas. Vamos ter ações concretas, sob o ponto de vista dos meios técnicos a aplicar na rede, mas também, como disse e muito bem, uma alteração do comportamento de todos nós, de forma individual, para que seja uma realidade a aplicação da eficiência.

Não basta só dizer que a eficiência hídrica é da responsabilidade do Município, não, a eficiência hídrica é da responsabilidade de todos, todos nós temos que ter um comportamento irrepreensível, sob o ponto de vista do que é o tratamento dos nossos recursos, que são poucos.

Alguém dizia também, e uma vez que gostam de utilizar estes ditados populares, que “*poupar é no cimo do saco*” e quer isto dizer que nos momentos em que temos abundância de água, é aí que devemos poupar. Quando não temos água, já não vale a pena poupar, porque ela já não existe. Neste momento, apesar de termos água, os problemas que temos tido não é a falta de água, o problema tem estado nas ruturas, falhas de energia e questões técnicas, a água tem existido, mas mesmo assim, aproveito para pedir a todos que promovam a poupança da água, quando a temos em abundância.

Aproveito para dizer que, na próxima Assembleia traremos o Plano Municipal de Ação Climática, que esteve em consulta pública e incorpora muito do que está neste trabalho de eficiência hídrica. Foram convidadas todas as entidades a darem algumas participações, internamente tivemos a participação da nossa Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola e agradecer também, essa participação que tiveram, o documento também foi aberto à participação pública para darem esses contributos. Na próxima Assembleia, em junho, vamos trazê-lo cá para que seja submetido a votação.

Reina
Pires

Se quiserem dar algum contributo, ainda estão a tempo, como foi aqui dito, muito mais do que criticar, é importante termos ações proativas e ações e propostas daquilo que possa vir a acontecer.

É muito fácil pegar num documento que está feito e dizer “*está mal feito*” e eu pergunto, o que contribuíram para a elaboração do documento? Zero, se contribuíram com zero para a elaboração do documento, parece-me a mim que não deviam sequer tecer comentários sobre uma coisa da qual não participaram e sobretudo, aquelas pessoas que têm responsabilidade e que estão aqui nesta sala. É mais fácil dizer mal do que participar. Aquilo que faço sempre é um convite à participação.

Relativamente à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *Luísa Deimãos*, aquilo que foi dito é que foi feita uma reunião com o Senhor Presidente da Junta de Passos, a Senhora Presidente da Junta de Suções e a Senhora Presidente de Lamas de Orelhão, foi dito claramente, que para nos podermos candidatar às Rotas do Norte precisávamos do selo, mas dissemos sempre que havia mais que uma fase, nomeadamente, a fase um, a fase dois e a fase três.

Foi possível candidatar-nos a primeira fase às rotas, que é a Fase da Junta de Freguesia dos Passos, que foi submetida dia 31 de março, sem prejuízo de irmos a fazer a segunda fase e a terceira fase, que é aquilo que se pretende. Porém, quando tivermos de avançar para essas fases temos obrigatoriamente que ter a colaboração da Junta de Freguesia de Suções e da Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão, sem as quais não podemos avançar, portanto, esta foi uma situação que foi muito esclarecida.

Naturalmente, colocaram muitas questões, porquê nos Passos? Por que não primeiro em Suções, ou em Lamas de Orelhão? É legítimo pensarem assim, mas foi decidido que era ali, porque a concentração de arte rupestre é maior nos Passos. Então decidimos, até porque havia uma candidatura aberta de cerca de um milhão de euros e tínhamos legalidade, com autorização da Junta de Freguesia dos Passos, de submeter esta candidatura.

Ninguém foi ultrapassado, nesta primeira fase foi a Junta de Freguesia dos Passos e nas fases seguintes serão as outras Juntas que fazem parte deste maciço, que é a Serra de Santa Comba.

Relativamente ao Senhor Deputado *Carlos Pires*, vou começar pelo fim, não é até setembro, é até dia 18 de maio, para o deixar mais tranquilo. Só até maio e depois poderemos ir avançando por aí fora.

Sobre a praia fluvial de São Pedro Velho e Ponte da Pedra, pertence às duas Freguesias, pertence à Freguesia de São Pedro Velho e à Freguesia de Torre Dona Chama, as obras atrasaram-se mais, porque houve ali uma circunstância do fornecimento de energia que, entretanto, está ultrapassada com a ajuda da E-Redes.

Pre vemos que até junho, até à altura da abertura da época balnear, esteja a funcionar, porém é importante que se diga que vai funcionar como parque de merendas, não pode funcionar de imediato como praia fluvial, pois não tendo as obras prontas até à data indicada, não pode ser classificada como praia fluvial, mas estará a funcionar como parque de merendas.

Depois as Juntas de Freguesia serão chamadas para fazerem a exploração. Terá que se fazer obrigatoriamente um concurso, porque não vamos dar a ninguém o privilégio de fazer a exploração sem ser através de um ato claro e transparente, para que se possa responder às necessidades da população. É um lugar emblemático, próximo de um monumento nacional, que é a Ponte da Pedra, temos toda a obrigação de o fazer e de o preservar.

Quanto à estrada que liga Vilar de Ouro a São Pedro Velho, esta é uma realidade, a obra já está adjudicada e já foi iniciada, é verdade que há obra feita. Quando muito se diz que “não se faz, não se faz”, a verdade é que, por mero acaso e só por mero acaso, é este Executivo que a está a fazer, fica só esta nota do “mero acaso” que acontece agora e não aconteceu anteriormente.

Relativamente ao Senhor Presidente *Arménio Vaz*, com um conjunto aqui de exigências, de facto, um Presidente de Junta quer-se exigente, sob o ponto de vista das obras para a sua Freguesia e é notório que tem uma União de Freguesias bem tratada e é claro que não o tem feito sozinho; fê-lo, sobretudo, com ajuda do Município.

Dizer-lhe que a promessa do saneamento para Carvalhal e para a Palorca é uma realidade, o projeto está concluído e foi submetido no âmbito do programa Portugal 2030, sempre dissemos que iríamos à procura de financiamento, o que aconteceu. Demos prioridade a este projeto, está inscrito no Orçamento e hoje é uma realidade. Está devidamente orçamentado e pronto para ser colocado a concurso, para a obra ser realizada. Palorca e Carvalhal vão poder ter esta resposta, que há muitos anos lhe faltava.

Em relação à questão da entrada dos Avidagos, é verdade, aliás, confirmo tudo que o Senhor Presidente de Junta *Arménio Vaz* disse aqui, é tudo rigorosamente verdade, estas conversas que tivemos, agora nós não conseguimos fazer tudo em simultâneo, não é possível. Já disse isto na primeira sessão da Assembleia, por muita boa vontade que tenhamos, não temos os recursos para fazer tudo a toda a gente.

É bem verdade que esta questão do arranjo da entrada dos Avidagos, também se me permite Senhor Presidente, podíamos ter feito isto de outra forma, o Senhor Presidente promoveu o alargamento da estrada e depois pediu a participação ao Município. Provavelmente, se tivéssemos feito de forma integrada o alargamento, podia ter sido feito logo de imediato o arranjo do separador e poderia ter sido uma obra mais consistente, sob o ponto de vista da sua finalização.

Está a cargo do Arquiteto *Luís Beleza*, que esteve no local, porém, como temos algumas prioridades nomeadamente, submeter candidaturas que nos possam trazer mais-valias sob o ponto de vista do investimento, naturalmente que algumas coisas, não é que vão ficando para trás, mas vão marcando algum passo. A mesma coisa acontece em relação aos candeeiros de Pereira, estivemos também no local e observamos essa situação.

Sobre o parque infantil de Pereira, já temos o orçamento da *Bricantel* e logo que haja disponibilidade orçamental, avançaremos com esse assunto.

Relativamente ao antigo Lagar do Navalho, que já é uma pretensão, nem é minha, já outras pessoas viram aquilo anteriormente, não tenho a veleidade de dizer que fui eu que olhei para aquilo e que achei aquilo interessante, acho que é muito interessante e é visto como a possibilidade de termos um complemento aquele equipamento muito visitado e que muito honra os mirandenses, que é o Museu de Oliveira e do Azeite, que possa ser uma extensão do Museu de Oliveira e do Azeite, porém é preciso arranjar um momento certo, para que uma candidatura possa acontecer, para que isto possa ser feito e ser uma realidade.

Em relação à recolha dos Monstros, é verdade que temos tido algumas fragilidades, mas também é verdade que devemos trabalhar num espírito de cooperação. As juntas de freguesias e o Município não podem ser entidades que estão de costas voltadas, tem que ser entidades colaborativas. O Município colabora numas coisas e as Juntas de Freguesia colaboram noutras. Também faz parte da

nossa obrigação, dar o cumprimento e resposta às necessidades dos nossos munícipes e dos nossos fregueses, portanto, esta entre ajuda tem que acontecer.

Sei que teve o cuidado de trazer ao ecocentro algum material que tinha lá, obrigado por isso e nós também saberemos compensar e temo-lo feito, até por estas questões todas, por esta dedicação que temos tido à sua União de Freguesias, parece-me que nos merecemos, mas pode ser um pensamento meu, mas permite-nos também, que possa ter esta ajuda com o Município e colaborar naquilo que é a limpeza da freguesia e do Município em geral.

Relativamente ao Senhor Presidente *Bernardino Pereira*, agradeço-lhe as palavras e quanto a esta questão, ninguém desconfia da Junta, eu nunca desconfiei da União de Freguesias dos Avantos e Romeu, nem das pessoas que a integram e o Senhor sabe perfeitamente disso, portanto, não há aqui desconfiança nenhuma em relação à Junta.

Apenas há aqui uma questão tão simples quanto essa, nós temos que atribuir o subsídio ao dono do património, dar pela Junta de Freguesia, ou dar pela Comissão Fabriqueira, o que conta é que o resultado seja feito e isso vai ser uma realidade e ainda bem. O Senhor Presidente *Bernardino Pereira* teve essa necessidade de ir relembrando este assunto ao longo dos tempos, não foi por a Senhora Presidente se ter ido embora que isto aconteceu, isto aconteceu agora porque tinha que acontecer agora, mas ainda foi uma decisão tomada pela Senhora Presidente.

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado *Rui Pacheco*, agradeço-lhe as palavras que são sempre elogiosas. Estarei sempre aqui, como bem sabem, como é a minha forma de estar e de abordar as questões com toda a objetividade, com toda a humildade, tentar resolver dentro daquilo que é o nosso âmbito, em colaboração com os nossos pares, com todas as Juntas de Freguesia, com o Executivo e com a Assembleia, só assim consigo perceber a razão de estarmos aqui, a razão de nós estarmos aqui é e foi a razão pela qual nos candidatámos, para um bem comum, para um bem maior, que é Mirandela.

Todas essas questões que há por aqui, muitas vezes deixam-me, a mim sob ponto de vista particular, com alguma tristeza, mas eu irei procurar, de alguma forma, mitigar algumas questões que possam vir aqui a acontecer, porque temos que arregaçar as mangas, temos que fazer um esforço por todos, estejam em que lado da Bancada estiverem, é para trabalhar por Mirandela, porque foi Mirandela, foi a nossa população que nos elegeu e é aqui que nós temos que continuar a fazer o trabalho por eles, que eles merecem que nós façamos esse trabalho, uma vez que nos confiaram esta missão.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Ventura*, a questão do Orçamento Participativo já foi respondida durante a minha resposta ao Senhor Deputado *João Reis*.

Sobre a Tomada de Posse, toda a gente sabe que a Senhora Presidente pediu a suspensão do mandato até ao dia 18 de maio, é nesta condição que estou, nem eu me revejo noutra condição que não seja esta, relativamente a isso, conte sempre comigo, com aquela pessoa que conhece, com aquela pessoa que sabe que eu sou e com a minha forma de abordar as coisas e é esta a minha forma de estar.

A questão que colocou aqui, relativamente à Senhora Presidente *Júlia Rodrigues*, parece-me que é um pouco injusto, por todo o trabalho que ela desenvolveu aqui no tempo em que esteve ao serviço do Município, mas é uma opinião minha, não vou fazer mais nenhum comentário, apenas lhe quero dizer que reconheço que fez um trabalho de grande relevo e esperamos que ela continue a trabalhar por Mirandela, embora seja noutros meandros.

Em relação a este assunto, Senhor Deputado *Carlos Ventura*, é só isso que se me oferece dizer.

Penso que terminei estaremos disponíveis para outros pontos.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente da Câmara, algum de nós está equivocado. Não foi uma reunião, foram duas.

A primeira teve lugar neste edifício, com os Técnicos. E não foi o que nos tinham comunicado. Estou disponível, quando chegar a casa, para imprimir a documentação e, se necessário, distribuí-la aqui. Não se tratava de um milhão de euros, eram dois milhões de euros.

Depois, tivemos uma segunda reunião. É verdade. Não sei se estavam ao corrente, se não estavam, se os Técnicos agiram por iniciativa própria, porque apenas estavam presentes dois Técnicos.

Fomos convocados ou "convidados" a estar presentes. Passou a haver convites de presença obrigatória. Viemos, estava a chover. Nem sabíamos bem onde era, só sabíamos que era na Biblioteca, fomos para uma sala na Biblioteca.

A partir desse momento, porque considerámos que era importante a presença política, pedimos mais uma reunião. E essa reunião foi feita no Salão Nobre da Câmara Municipal. Aliás, já com mais intervenientes, porque há pinturas, há projetos; a Serra de Santa Comba, neste momento, tem grande atividade, e ainda bem, e interesse de muitas pessoas. E fomos para lá.

Em momento algum nos foi dito que a nossa presença não era necessária, que era só uma fase. Em momento algum.

E, se existe alguma Ata, que seja trazida aqui, porque não nos foi entregue nada para assinar. Mas, mesmo que assim fosse, se a nossa presença não era necessária, então também não havia motivo para nos fazerem perder tempo. Se só iam avançar com a primeira fase, por que motivo estive lá eu? E por que estive lá a minha colega da Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão?

Somos adultos, temos profissões e temos vida. Quando vimos a uma reunião, perdemos tempo. Se não era para nós, não tínhamos que estar lá.

Agora, fico muito chateada e muito triste quando sou considerada uma peça de xadrez que, enquanto precisam, "venham cá".

Porque, mesmo que essa decisão tenha sido tomada depois, Senhor Presidente, e concordo consigo, a realidade é dinâmica; podia simplesmente ter sido dito, e ficaria muito bem: "Foram chamados para duas reuniões, mas, neste momento, decidimos avançar apenas com a primeira fase." Porque é isso que se faz quando se respeita as pessoas.

----- O Senhor Deputado *PAULO PINTO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:



Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, quando lhe falei no Parque Eólico, que é um processo que já se iniciou em 2008, a grande questão foi que a Senhora Presidente, neste Mandato, resolveu pegar novamente no protocolo e no contrato, foi rever algumas cláusulas, assinou um novo contrato e aquilo que diz a notícia é que aquilo que ela estabeleceu colide com o PDM.

Que eu saiba, no PDM ainda não existiria nenhuma ZEP e depois, há outra coisa, é que assina o contrato, por iniciativa própria e recebe adiantados 500 mil euros. Isto foi um autofinanciamento da Câmara Municipal.

Em relação a este investimento de 30 milhões de euros, mais este dinheiro adiantado de 500 mil euros, acha que não há necessidade de dar uma explicação mais cabal? Tanto é que o processo da derrocada do Lidl também está em Tribunal e a Senhora Presidente tem prestado todos os esclarecimentos aqui à Assembleia.

A Dr.^a *Júlia*, no seu mandato, foi rever o protocolo e assinou novo contrato, recebeu 500 mil euros e pelos vistos, a revisão do projeto colidia com o PDM. É só culpa dela? Ou é do Executivo?

Onde é que o Senhor Presidente andava, para associar a Senhora Presidente nesta questão, que se pode tornar um problema grave para o Executivo e para o próximo Presidente de Câmara? Porque as ilegalidades que andam por aí e que, algumas delas, estão em Tribunal, só o montante indemnizatório acaba e determinar qualquer Mandato, qualquer aspiração do Presidente da Câmara e as aspirações dos mirandenses, porque entretanto, ficam completamente manietados em termos de obra.

Senhor Presidente, gostava que falasse dos 500 mil euros que a Câmara Municipal recebeu adiantadamente quando a obra, pelos vistos, ainda nem sequer existe, nem tão pouco foi iniciada naquele equipamento.

Gostava que, se possível, também assumisse a sua quota-parte de responsabilidade, porque, pelos vistos, este projeto, que foi iniciado com o PSD, que o PSD deixa 30 milhões de euros a este Executivo, depois acaba por resvalar para Tribunal, ainda por cima com dinheiros adiantados por parte da empresa à Câmara Municipal.

----- O Senhor Deputado *CARLOS VENTURA* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Sempre apreciei na política a honestidade, a sua resposta relativamente ao Orçamento Participativo, foi honesta, eu tinha duas ou três questões muito rápidas a colocar.

Disse-nos que ia ver o que se tinha passado relativamente à não existência de nenhum Orçamento Participativo nos vossos dois mandatos.

Em relação ao primeiro mandato não posso dizer nada, mas em relação ao segundo mandato, Vossa Excelência estava lá, a pessoa que está ao seu lado estava lá, não havia reuniões internas? Não se falava sobre os assuntos? É um pouco estranho.

Compreendo que a resposta foi honesta e agradeço, mas é um pouco estranho.

Queria só que me dissesse se a não existência de um Orçamento Participativo, nos vossos mandatos, é um aspeto negativo da vossa governação?

----- O Senhor Deputado *JOÃO REIS* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, já sabia que o meu colega ia falar do Orçamento Participativo e eu falei do Orçamento Participativo por um motivo muito simples: já tinha uma ideia do que o Senhor Presidente ia responder quando o tema fosse levantado.

Tinha essa ideia porque, em várias ocasiões o Senhor disse e eu acredito que seja por convicção, que acha que pelo simples facto de os Senhores estarem aí, ou de estar aí qualquer outra pessoa, os outros deverão, ou têm a obrigação de dar informação, ou propor medidas para que os senhores as executem.

Senhor Presidente, posso estar enganado, mas a política não é assim. As pessoas vão a votos e votam num programa, com base nas suas convicções e naquilo em que acreditam que está vertido nos seus programas eleitorais e o Senhor não pode partir da premissa de que, por terem ganho as eleições, que não é o seu caso, uma vez que está aqui em representação da Senhora Presidente, que agora vamos ter toda a gente a dar a informação para fazerem aquilo que as pessoas querem. Isso é a parte fácil, Senhor Presidente. Isso é a parte mais simples.

Nós estamos aqui, os Senhores são a parte Executiva, nós somos a parte fiscalizadora, falar de assuntos muito específicos aqui, na minha perspetiva, não é para isso que cá estamos, não deveria ser para isso, a necessidade é que nos obriga a isso, Senhor Presidente.

E quando vemos uma pessoa que está a exercer funções executivas e que, ao que tudo indica, se está a preparar para ir novamente a eleições, para voltar a tentar continuar as suas opções políticas, mas são as suas opções políticas e isso preocupa-me enquanto mirandense, porque nós aqui devíamos estar a discutir aquilo que é mais macro, aquilo que são as políticas e os caminhos, está a perceber?

Aquilo que eu acho e fiquei preocupado com isso, porque já não é a primeira vez que o Senhor me responde assim, nós não estamos contra as políticas, contra aquilo que se faz. Não somos contra. Nós fazíamos o Orçamento Participativo e vocês tiraram-no, foi uma opção política, ponto final. O Senhor não estava lá, não foi responsabilidade sua.

Tal como o Senhor Deputado *Carlos Ventura* disse, no limite seria responsabilidade dos seus colegas do lado, mas assumam que não querem, não há problema nenhum. Tal e qual como nós vamos assumir aquilo que não queremos que aconteça.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Só quero lembrar aqui, até porque já aconteceu também numa situação comigo, que tivemos três intervenções que foram, efetivamente, pedidos de esclarecimento, perguntas concretas que foram feitas e que as respostas que tinham sido dadas pelo Senhor Presidente não foram, para os intervenientes, as mais corretas.



E tivemos esta última intervenção que foi tudo menos um pedido de esclarecimento. Porque, efetivamente, não se pediu qualquer esclarecimento, não foi feita nenhuma pergunta. Simplesmente fez uma segunda intervenção sobre o primeiro assunto.

Não que venha daí mal ao mundo, mas parece-me que, uma vez que também já aconteceu noutras circunstâncias, acho que deve ser respeitado estes exemplos.

Tivemos três bons exemplos de pedidos de esclarecimento e um mau exemplo de um pedido de esclarecimento.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO REIS* (PSD) solicitou a palavra para defesa da Honra:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu acho que esta intervenção do Senhor Deputado *Rui Pacheco*, além de extemporânea é também despropositada, tendo em conta as perguntas que ele fez ao Executivo na sua intervenção anterior.

Quem não fez perguntas foi ele, ele fez um comentário àquilo que estava a acontecer e portanto, eu aceito, aceito que ele diga isto. Estou perfeitamente à vontade, faço *mea-culpa*.

Quer dizer, daqui a nada somos “virgens ofendidas”, peço desculpa pela expressão, mas estarmos aqui a falar assim, também não vale a pena, ou há uma regra para todos, ou então não há.

Vir o Senhor Deputado chamar-me à atenção, ou melhor: chamar a atenção à Mesa para me chamar à atenção a mim, quando ele próprio fez o mesmo anteriormente, não é muito correto.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) solicitou a palavra para defesa da Honra:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado *João Reis* está equivocado numa coisa, o Período Antes da Ordem do Dia e está explícito no Regimento, permite qualquer tipo de assuntos de interesse, não está explicitado, rigorosamente em lado nenhum, que tenha de haver, da parte do interveniente, algum tipo de questão.

O que não acontece quando fazemos um pedido de esclarecimento. Um pedido de esclarecimento ocorre, porque alguma questão que tenha feito na primeira intervenção não ficou, na sua opinião, corretamente esclarecida. E é só essa a diferença.

Nada obriga a nenhum dos Deputados aqui presentes, nem em qualquer outra Assembleia, a que na sua intervenção Antes da Ordem do Dia que é por definição, o ponto da liberdade, em que cada um pode usar o tema que quiser relevante para o interesse do Município, que tenha de ser feito sobre a forma de questões concretas, ou o que quer que seja.

E tivemos um exemplo muito prático durante um mandato inteiro, que foi o professor *Pedro Beato* que, no seu uso do Período Antes da Ordem do Dia fez sempre intervenções profundíssimas sobre o património e sobre a história do nosso Município sem muitas vezes, ou talvez nunca, fazer qualquer tipo de questão, ou seja, acho que está aqui a haver um equívoco nesse sentido.

O pedido de esclarecimento subsequente à resposta do Presidente da Câmara serve para pedir esclarecimento sobre aquilo que não ficou concretamente respondido.

Só fiz uma interpelação à Mesa, porque o que o Senhor Deputado fez não foi isso.

Agora, dizer que eu, na minha intervenção Antes da Ordem do Dia, tenho de fazer questões: lamento, mas é errado.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhores Deputados, permitam-me apenas clarificar e relembrar o que está previsto no Regimento.

O Período Antes da Ordem do Dia destina-se ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município, é o que diz o nosso Regimento.

Relativamente às intervenções posteriores à do Senhor Presidente da Câmara, temos aqui algumas situações que gostaria de relembrar, e que os Senhores Deputados quando pedem a palavra nos devem informar.

Se for para exercer o direito de resposta, têm dois minutos, conforme o artigo 27.º do nosso Regimento. Portanto, se é para exercer o uso da palavra têm dois minutos, se for para esclarecimentos, que devem limitar-se à formulação concisa de perguntas, têm três minutos, se for para defesa da honra, têm três minutos, e o autor das alegadas ofensas também terá três minutos. Para invocação do Regimento ou interpelação à Mesa, também têm três minutos, para recorrer de decisões da Presidente da Mesa, também têm três minutos.

Sempre que pedirem a palavra nestas situações, solicito que, por favor, indiquem claramente em que circunstância estão a pedir.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimento à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Era para dizer ao Senhor Presidente, como disse que não podiam dar o dinheiro à Junta, mas inicialmente a Dra. *Júlia Rodrigues* disse que ia fazer as obras à Comissão Fabriqueira.

Então, se nós erramos a pedir o dinheiro, a Câmara também errou, porque ela disse que ia fazer as obras. E depois eu disse não podia fazer as obras, porque o edifício não era da Câmara Municipal.

Também gostaria de perguntar ao Senhor Presidente, quando é que está previsto dar a medalha ao Senhor Presidente *Arménio Vaz*? Se não lhe derem a medalha, na próxima Assembleia vou trazer eu a medalha e vou lhe oferecer eu.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente *Luísa Deimões*, com todo o respeito, parece-me que o que terá acontecido, na referida reunião, foi uma falta de perceção da globalidade do tema.

Rena
Pires

Foram colocadas lá duas questões, nós queríamos fazer o plano de salvaguarda da Serra como um todo, envolvendo todas as freguesias e para o plano de salvaguarda da Serra de forma integrada, precisávamos da convivência das três entidades aqui representadas: Junta de freguesia dos Passos, Junta de freguesia dos Suçães e Junta de Freguesia de Lamas de Orelhão.

A Senhora Presidente de Lamas de Orelhão que está ali pode confirmar e a Senhora Presidente *Luisa Deimãos* também, que até nos reunimos depois individualmente, sobre este assunto e entenderam que não estariam reunidas as condições para que fosse assinado, de uma forma genérica, o plano de salvaguarda da Serra.

Como tínhamos a necessidade de avançar para os projetos, avançamos para o projeto que já tínhamos decidido alavancar e no qual já estávamos a trabalhar e foi com base nisso que iniciámos esta fase.

Lamento, a culpa terá sido minha e assumo-a como tal, ficou sempre decidido que haveria uma fase um, dois e três. Relativamente à questão da porta de entrada de Lamas de Orelhão, dos Passos e de Suçães, isso ficou decidido e está no nosso critério.

Se não passou com toda a clareza naquela altura, a reunião era para garantir o plano de salvaguarda da Serra como um todo. Se tivéssemos conseguido esse plano de salvaguarda como um todo, já não careceria estarmos a pedir selos para a fase um, dois e três.

Foi nesse enquadramento que atuámos, provavelmente, não houve o esclarecimento suficiente que lhe permitisse ter uma perceção mais clara da situação, por isso, lamento, a si, e à senhora Presidente da Junta de Lamas de Orelhão, que também esteve presente e que já percebi por algumas expressões que não terá ficado suficientemente claro isso, mas era esta a decisão.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Presidente *Bernardino Pereira*, normalmente deve ser o responsável pelo edificado, salvo algumas exceções, em que se tem que fazer um protocolo que permita que o Município possa intervencionar, alegando algumas condições, num edificado que não seja seu.

Naquele caso, em função das obras que eram, pareceu-nos que o mais adequado seria atribuir ao proprietário do edificado o valor para a realização das obras. Portanto, neste caso concreto, sendo os mesmos, não vem mal nenhum ao mundo.

Quanto à questão da medalha, irei recuperar esse tema mais tarde, e voltaremos a ele em momento oportuno.

Relativamente ao Orçamento Participativo, referido pelo Senhor Deputado *Carlos Ventura*, já lhe tinha respondido anteriormente e a resposta mantém-se. Vou inteirar-me desta questão, para lhe poder dar uma resposta capaz. Estar aqui a responder só por responder não me parece, de todo, adequado.

E, por fim, em relação à resposta ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, deixei para último, não foi de propósito, nem por nenhuma razão especial, mas porque na sua intervenção foi referenciado a pessoa do Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* e se calhar, pedia-lhe, uma vez que manteve uma participação mais ativa nesse processo, que desse uma resposta mais cabal sobre este assunto.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES*, autorizado a intervir, disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Agradecemos, como sempre, que estes temas, que são temas que interessam a Mirandela, bem como as questões ou dúvidas que surjam, seja por parte dos Grupos Parlamentares, dos Senhores Deputados, das Juntas de Freguesia ou dos cidadãos, sejam aqui colocados, para que o Executivo possa responder ou informar sobre o ponto de situação da forma como ele é.

Por isso, em nome do Executivo, reiteramos o agradecimento.

De facto, o assunto do Parque Eólico começou a ser tratado em 2012, através de um pedido de informação prévia por parte da empresa Perform 3. Esse pedido de informação prévia, em 2012, levou-nos a 2015, e só em 2015 é que a entidade conseguiu evoluir o pedido e solicitou pareceres a entidades externas como o ICNF, a APA, a Direção Regional de Cultura do Norte e a REN.

Essas entidades disseram que seria possível em 2015, construir um Parque Eólico, condicionado à emissão de uma Avaliação de Impacto Ambiental. Em 2016, o Executivo, em Reunião de Câmara, aprova uma recomendação, dizendo que se tratava de um projeto de interesse municipal. Em 2017, a empresa Perform 3 retoma o processo, apresentando, a pedido do Município, novamente, um conjunto de documentos, informando que o Parque Eólico reunia condições para ser implementado no local, tendo em conta os pareceres favoráveis de todas as entidades externas.

Em outubro de 2021, com base nos pareceres da ANACOM, do ICNF, da IP, da CCDR-N, da DGEG, da ANAC e da Direção-Geral do Território, o Executivo e neste caso, eu próprio, assinei o Despacho de licença de construção.

Esta licença de construção estava condicionada à contrapartida de 500 mil euros por parte do promotor, ou seja, no contrato aprovado em Reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, constava que, na data do levantamento da licença, o promotor teria de transferir para o Município o valor de 500 mil euros. O promotor transferiu esse valor durante a manhã para a conta do Município e à tarde, veio ao Gabinete de Apoio ao Município e levantou a licença. Isto ocorreu em 2021.

Em 2022, através do Ministério da Cultura, é publicada uma ZEP - Zona Especial de Proteção que, com base em motivos arqueológicos, condiciona o arranque das obras. O Executivo, tendo tomado conhecimento da criação dessa ZEP, emitiu um Despacho, que eu próprio assinei, de suspensão da licença de construção, com base na ZEP, informando o promotor.

Em simultâneo, deu entrada no Tribunal uma impugnação à construção do Parque Eólico, interposta por um grupo de cidadãos, alegando interesses arqueológicos. O Ministério Público deu acolhimento a essa pretensão. Assim, paralelamente à suspensão decretada pelo Município em 2023, também o Ministério Público determinou a suspensão das obras.

Não conheço, em nenhum momento, o reporte a qualquer incumprimento do PDM - Plano Diretor Municipal. As obras do Parque Eólico estão suspensas por dois motivos e fica aqui esta informação à Senhora Presidente da Assembleia, aos Senhores Deputados e a todos os mirandelenses, por ter sido constituída uma Zona Especial de Proteção por parte do Governo e da Cultura e porque um grupo de cidadãos entendeu submeter uma impugnação, que foi acolhida pelo Ministério Público.

Por isso, não há aqui qualquer aspeto de ilegalidade, como o Senhor Deputado *Paulo Pinto* referiu nem muito menos, qualquer incumprimento do PDM.

Ordem do Dia

5 - Período da Ordem do Dia.

5.1 - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Presidente da Freguesia de Carvalhais *NELSON TEIXEIRA* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Boa tarde. Relativamente à Informação do Senhor Presidente, tenho três pontos a questionar e três pontos a comentar. Um deles, em primeiro lugar, é relativamente ao que se refere a informação que o Senhor Presidente dá sobre a Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola.

O primeiro ponto é relativamente à nota de serviço que foi dada, referente ao regadio do concelho de Mirandela. Foi elaborada uma nota de serviço enviada ao Ministério da Agricultura. Sendo assim, solicito um ponto de situação atualizado sobre a implementação do regadio no nosso concelho. Sabemos que houve algumas propostas que foram consideradas de interesse municipal, nomeadamente para o regadio tradicional da Serrinha.

Em primeiro lugar, gostaria de saber qual é o ponto de situação: se foi candidatado, se o Município está com alguma estratégia relativamente a esse regadio e outros do concelho.

Em segundo lugar, gostaria de questionar sobre o regadio tradicional de Contins, que tarda a ficar operacional. Tendo em conta a relevância estratégica desse sistema para o desenvolvimento agrícola, neste caso na Freguesia de Carvalhais, no que diz respeito ao regadio tradicional de Contins, importa esclarecer, a mim, a quem está a ver lá em casa e à nossa Assembleia, em que fase se encontra a sua execução e, especialmente, quando é que estará disponível para os agricultores usarem? Estamos em plena época da sua utilização e ainda não está operacional.

Relativamente ao estado das obras, se existem constrangimentos conhecidos para que ele não possa começar a ser usado, ou qual é o calendário estimado que vocês preveem?

Relativamente à informação prestada sobre o Polo de Inovação Agrícola de Mirandela, este polo, como sabemos, encontra-se também na Freguesia de Carvalhais, na conhecida Quinta do Valongo. Vi, e muito bem, que vocês estão interessados nisso. Em primeiro lugar, registo com interesse o trabalho das Equipas Multidisciplinares envolvidas.

No entanto, não posso deixar de manifestar a minha estranheza pelo facto de a Junta de Freguesia não ter sido ainda ouvida nem envolvida neste processo. Sei que é um processo preliminar, que está em fase de estudos, mas este projeto está inserido na minha freguesia, insere todo o território e poderá ter interesse local, que eu acho que terá, e é legítimo perguntar isso.

Qual é concretamente o objetivo desta candidatura? Se está em causa uma instalação técnica, um centro de formação, um projeto agrícola produtivo, uma incubadora de empresas? Não sei qual será o objetivo do Município nessa questão. Que modelo de gestão e envolvimento da comunidade poderá ter nesse objetivo? Como Junta de Freguesia, gostaríamos de estar empenhados, porque temos dois ou três exemplos que gostaríamos de adotar. Muita gente já falou com a Junta de Freguesia, pelo menos um deles, que seria importante para jovens agricultores.

Sabemos que aquele polo tem uma área vastíssima, e um objetivo que poderia ser criado é a criação de bancos de terras para jovens agricultores. Sabemos que às vezes há alguma dificuldade de pequenos agricultores se quererem instalar, e poderia ser um primeiro incentivo. Gostava de ver essas duas questões esclarecidas.

A outra situação tem a ver com o Serviço de Veterinária. Há cerca de dois anos fiz uma intervenção, o problema continua a persistir. Persiste na minha Freguesia, com certeza que persiste na cidade e, também, nas aldeias dos nossos colegas: refiro-me aos animais errantes.

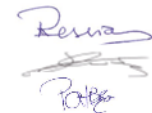
Vi que houve uma recolha significativa. Na Informação do Senhor Presidente consta uma recolha significativa neste período, que penso que é a 11 de março a 11 de abril. Mas deixem-me só dizer mais duas ou três coisas relativamente a isso.

A entrada em vigor da Lei n.º 27/2023, de agosto, aprovou as medidas para a criação de uma rede de centros de recolha de animais. Estabeleceu a proibição do abate dos animais errantes como forma de controlo da população. Nos termos do n.º 4 do artigo 30.º do referido diploma, o abate de animais em centros de recolha oficial, por motivos de sobrelotação, de incapacidade económica ou outra que impeça a normal detenção pelo seu detentor, é proibido, exceto por razões que se prendem com o estado de saúde ou o comportamento dos mesmos.

Os direitos dos animais são, sem dúvida, uma conquista civilizacional, isso não deixa dúvidas. Mas o combate ao abandono e aos maus-tratos dos animais deve ser uma prioridade. Todavia, o que constava com a implantação da referida lei é que garante poucas conquistas nesse âmbito. Pese embora o esforço do Município de Mirandela na captura dos animais, ainda assim considero que há uma falta de política voltada para os animais.

Confronta-se a Junta de Freguesia de Carvalhais, e, de certo, outras do concelho, com o problema concreto dos animais errantes. A sequência de deixarmos os animais abandonados leva a que alguns cidadãos mais compadecidos, ou menos conhecedores da lei, depositem ainda comida nos espaços públicos. E isso ainda se verifica em muitas aldeias e em muitos centros da cidade. Acho que o Município devia, pelo menos, tentar ter uma fiscalização sobre essas pessoas, porque são elas que alimentam estes cães, o que é proibido.

Os problemas que verificamos, não só na Freguesia, como já referi, quando digo que há uma falta de política virada para os animais errantes e para a sua resolução, pergunto, o canil? desde 2017, referem-se ao canil, à sua expansão. Até ao momento, gostaria de saber como está o projeto. Já começou? Há previsão de uma expansão? Qual seria a solução?



Gostaria também de ter visto, na Informação do Senhor Presidente, quantos incentivos educacionais houve? Seria uma boa solução estar previsto naquele relatório. Foram feitos 50 incentivos educacionais, quer nas escolas, quer nas aldeias, quer junto dos professores, para que, de uma forma complexa, se possa educar as pessoas também quanto a isso. Estimular a adoção animal, quantas ações de estimulação foram feitas nestes últimos períodos, nestes últimos anos?

Juntamente com a PSP e a GNR, sensibilizá-los para que, de uma vez por todas, se apliquem coimas a quem pratica estes atos ilícitos. É um incentivo. Também uma ação educativa.

Por um lado, temos a lei, que pretendeu resolver o problema do abate, sem antes ter resolvido o problema do abandono, e isso está claro. O que não podemos é continuar a ter medidas que não são eficazes e a não ter políticas viradas para isso. Não podemos continuar a ter três, quatro, cinco pessoas, não sei quantas terá o Município na captura, mas certamente também não serão suficientes.

O melhor seria montar uma equipa, dotá-la dos meios capazes, se é que não os tem. Assim, apelamos, e penso que posso falar em nome dos meus colegas das freguesias que terão estes problemas, à resolução destes problemas, implementando medidas urgentes, para que possam começar a ser ultrapassados.

Os animais são importantes. Mas as pessoas também.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Na questão da sua Informação aos Municípios, eu tenho aqui alguns pontos que gostaria que fossem, de certa forma, mais clarificadores. Começando pela ordem, digamos, de chegada.

No ponto 1.2, “Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia”, o Senhor Presidente menciona, na sua informação, e passo a citá-lo: *“No Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia foram desenvolvidas, via correio eletrónico, por telefone e presencialmente, ações e atividades diversas no âmbito do desempenho das competências das Juntas de Freguesia”*.

Senhor Presidente, obviamente que isto indica que existe um Gabinete, mas não nos dá mais qualquer tipo de informação adicional. Portanto, Senhor Presidente, há ações desenvolvidas por via de correio eletrónico e eu perguntava-lhe: quantas foram desenvolvidas por correio eletrónico? Quantas foram desenvolvidas por telefone? E quantas foram desenvolvidas presencialmente?

Estamos a falar de um Gabinete que foi criado já durante o vosso Executivo e que tem uma relevância muito importante, pelo menos da nossa parte, tem uma importância muito relevante. Na sua Informação, passa como uma simples informação singela, só porque existe.

Gostava de saber, enquanto município, concretamente, o que é que este Gabinete está a fazer? Obviamente que eu sei que ele recebe informação eletrónica, que eu sei ou quero acreditar que terá alguma ação de desenvolvimento e de apoio concreta junto dos Presidentes de Junta. Quero acreditar que sim, mas gostava de saber quais, para poder fazer uma análise mais concreta daquilo que este Gabinete representa, porque penso que este Gabinete tem de ter uma apreciação muito mais importante do que aquela que é dada pelo Senhor Presidente. Portanto, fico a aguardar que me dê essas respostas.

Na página 12 da sua Informação, o Senhor Presidente diz o seguinte: *“Aeródromo Municipal de Mirandela”*. Noutra informação que tinha dado, diz que no dia 21 de março houve uma reunião *online* do Aeródromo com a ANAC e, depois, diz que no dia 28 de março houve uma reunião presencial com os técnicos da ANAC no Aeródromo, sobre as não conformidades relacionadas com a certificação do Aeródromo. Já foi, desde o tempo deste Executivo, que houve uma promessa de um investimento de cerca de 1 milhão de euros no Aeródromo, se eu não estou enganado.

Estamos em 2025, a meia dúzia de meses das próximas Eleições Autárquicas, e eu agora gostava de fazer uma pergunta muito concreta: quais são as inconformidades? Ou, se existem, quais estão a demorar para que seja atribuída a licença ao Aeródromo de Mirandela?

Na página 15, nas Equipas Multidisciplinares, isto aqui, obviamente, vai ter de demorar mais tempo, porque estamos a falar no procedimento de alienação dos lotes da nova Área de Acolhimento Empresarial. Em que submete aqui mais dois Gabinetes. Portanto, o Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor e o Gabinete de Apoio ao Investimento em Mirandela. Senhor Presidente, na sua Informação, e vou passar a citá-lo, porque acho que é importante isto, por uma questão de sermos mais rigorosos naquilo que dizemos. No ponto 1 diz o Senhor Presidente o seguinte: *“O procedimento registou 34 manifestações de interesse e culminou na receção de 24 candidaturas, mobilizando um elevado número de potenciais investidores, exigindo uma resposta técnica e administrativa célere, rigorosa e coordenada.”* Estamos inteiramente de acordo.

No ponto 2 diz *“O programa de procedimentos e regulamento municipal com vista à redação do relatório preliminar destaca-se ainda à colaboração de consultores técnicos internos, cuja intervenção se tem revelado essencial na apreciação da componente económica das candidaturas, com especial enfoque na análise da viabilidade, coerência e sustentabilidade dos projetos empresariais apresentados, o que já originou um pedido de esclarecimento de alguns candidatos que apresentaram candidatura.”*

Primeiro, gostava de saber, porque nós estávamos aqui a falar que foram apresentadas 34 manifestações e 24 candidaturas, penso que é isto que está em cima da mesa. Mas eu gostava de saber mais, e gostava de saber mais pela ordem de grandeza, quais são estas 24 candidaturas e que atividade elas designam em termos de investimento em Mirandela? Era importante termos esse conhecimento. Eu não quero que me diga que é uma serralharia, mas gostava de perceber, pela ordem de grandeza, quais são as atividades que estão aqui a requerer pavilhões, para nós termos uma perceção de qual é o movimento de investimento que está a ser feito em Mirandela. Não quero que diga que são três serralharias ou quatro padarias. Só quero que me diga qual é o ramo de atividade que está aqui posto em causa.

Também gostava de perguntar, devido ao atraso que está a existir para a atribuição desta permuta, que requer aqui muito trabalho de avaliação, o que está a faltar para o relatório preliminar? O que é que está a faltar?

Nós votamos aqui na Assembleia Municipal o regulamento da atribuição dos lotes. Portanto, eu acho que, em termos de condições administrativas, não falta ao Município. O que eu lhe pergunto é: o que está a faltar para a elaboração do relatório preliminar? E, Senhor Presidente, se não acha que, devido ao facto de esta matéria ser muito relevante para o Município, não era necessário

Rena
Pete

deslocar ou adjudicar mais um corpo técnico que o Município tem, para acelerar a avaliação destas candidaturas, para que isto seja entregue o mais rapidamente possível? Visto que já não falta nada, o que está a faltar aqui será uma questão puramente administrativa e provavelmente burocrática. E acho que isso fica muito mal a um Município que está com uma necessidade urgente de investimento. Todos nós pedimos que haja investimento em Mirandela. Eu acho que era de bom tom, pegar nisto, como se costuma dizer “pela cabeça”, para não dizer outro nome, e dar um avanço substancial para que este processo seja concluído mais rapidamente, para que possamos ter aquele espaço a ser preenchido com atividade económica, que é aquilo que o nosso concelho precisa. Portanto, foram estas perguntas que eu lhe fiz.

Para concluir, gostava de questionar sobre a questão do Polo. Aliás, o Senhor Presidente da Junta de Carvalhais falou no Polo de Inovação Agrícola de Mirandela, na Quinta do Valongo. O projeto já está desenhado seguramente há mais de 2 anos.

Foram assinados protocolos com algumas entidades e associações, e aguardamos. Aliás, o meu Partido foi demasiado crítico, porque isto foi apresentado, se não estou em erro, antes das eleições. Já não sei precisar se foram Eleições Autárquicas ou se foram legislativas, mas sei que foi aqui propagandeado e feita uma discussão deste Polo de Inovação.

Senhor Presidente, aquilo que me chama a atenção ao ler este documento com algum cuidado, eu vou passar a citá-lo para perceber a gravidade que está aqui: *“Relativamente ao Polo de Inovação Agrícola de Mirandela, na Quinta de Valongo, em trabalho colaborativo entre duas Equipas Multidisciplinares: Equipa Multidisciplinar de Gestão Integrada de Investimentos e a Equipa Multidisciplinar de Empreendedorismo e Inovação Agrícola. Foi analisado o Aviso Norte 2030-2024, e concretamente foram apresentadas propostas no sentido de estabelecer contacto institucional de nível superior com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR-N), clarificando o enquadramento do projeto e a viabilidade da participação do Município”*. Ou seja, estamos no zero, ainda não começamos a fazer nada, Senhor Presidente.

Estamos há dois anos com este projeto assinado e, pelo que vejo na sua Informação, estamos a começar agora. Zero. Não se fez rigorosamente nada.

Mais grave ainda, eu pensava que a Câmara Municipal era um Órgão participativo, mas a Câmara Municipal está de fora e agora pede para começar a ter uma posição participativa nisso. Quer dizer, isto não faz sentido. Desculpe, mas isto não faz sentido. Perderam-se dois anos e agora vamos começar a perder mais dois, ou mais três ou mais quatro.

Era só isso. Tenho pena de não poder concluir, mas volto a seguir.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Vamos começar a abordar esta tarde a Informação escrita do Senhor Presidente. De facto, é um documento da maior relevância e importância.

Não está no documento, mas numa publicação da Dra. *Júlia Rodrigues*, na sua página de candidatura, escreveu ontem, face ao apagão: *“A prioridade é a nossa energia”*. Faltou energia no nosso país e ela faz uma publicação a dizer *“a prioridade é a nossa energia”*, e depois citou uma frase de *Barack Obama*: *“Uma nação que não consegue controlar as suas fontes de energia não pode controlar o seu futuro”*. Não poderíamos estar mais de acordo. Como se a Senhora Presidente, desde que iniciou as suas funções há cerca de oito anos, tivesse controlado a qualidade da água e do saneamento. Como se nós não dependêssemos da água que vem do Azibo de Macedo de Cavaleiros, sob pena de nos cortarem a água à entrada do concelho de Mirandela e nós, em Mirandela, ficarmos sem água.

Portanto, isto é uma afirmação populista, que seria melhor não ter sido feita ou, então, quis ser notícia, porque, de facto, hoje nas redes sociais o importante é isso.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Senhor Deputado, cinja-se à Informação do Senhor Presidente da Câmara, por favor.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Falou-se aqui na barragem da Serrinha Avidagos-Navalho, dizer-lhe que, por ter o respetivo estudo prévio pronto, foi selecionada entre 12 intervenções de regadio para a região Norte, pelo que ainda não entendemos, à data, o chumbo por parte do Executivo PS na sua comunicação.

A barragem da Serrinha Avidagos-Navalho, tinha um estudo prévio e foi selecionada entre 12 candidaturas. E depois, o Executivo deixou de exercer a influência necessária para que esta obra fosse concretizada. Isto é agenciamento económico e, sobretudo, na retenção de água, tão importante hoje para mitigar os efeitos das condições climáticas, além de ajudar a agricultura numa área do concelho tão importante.

Sobre as outras Informações do Senhor Presidente, deixem-me referir o seguinte: no que respeita aos processos judiciais e outros pendentes, estão aqui quatro processos contra as Águas do Norte. Eu tinha a ideia de que esta dívida já estava saldada, ou melhor, cerca de 1,5 milhões de euros que a Câmara Municipal tem em processos judiciais contra as Águas do Norte.

Quando fui à Câmara, ao abrigo do estatuto de Oposição, apresentar propostas para o Orçamento de 2025, foi-me dito que esta dívida já estava saldada. Sabe porque é que ela ainda não está saldada ou negociada definitivamente? Porque o Tribunal tem feito avisos, tem chamado a Câmara Municipal e outras entidades, e também outras personalidades para serem ouvidas. No entanto, a Câmara Municipal tem vindo a faltar sucessivamente. Mais uma vez, este problema, esta dívida pendente, é sempre empurrada para amanhã. O que é facto é que a Senhora Presidente, agora que vai ser eleita Deputada e vai deixar de ser Presidente da Câmara, não saldou a dívida e não teve interesse nenhum em resolver este problema, porque faltou sucessivamente às chamadas do Tribunal.

Agora, voltando um pouco mais atrás, sobre o agenciamento económico e, nomeadamente, sobre a Zona Industrial. Sinceramente nem sei se me devo dirigir ao Executivo da Câmara Municipal sobre o projeto da Zona Industrial ou sobre o não projeto, porque, ao fim de oito anos, aquilo que ali temos é uma mão cheia de nada.

Renan
Boa

É um processo que já começou há oito anos, com o anterior Executivo, e era um projeto de montante de 3,1 milhões de euros, com a aquisição de um terreno de 500 mil euros. O que foi feito de lá para cá? Nada. Uma obra. Sinceramente, eu, que não tenho funções executivas, mas sempre que passo na A4, a caminho de Bragança, e passo por baixo da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros, fico incrédulo, porque eu não sei o que é que hei de dizer sobre a grandeza da Zona Industrial de Macedo de Cavaleiros com lotes livres, enquanto a minha cidade de Mirandela, o meu Executivo, não consegue concretizar aquela obra em oito anos.

Portanto, apesar da propaganda feita pela Senhora Presidente da Câmara, com os diversos anúncios à comunicação social, uma vez aqui abordado o assunto nesta Assembleia, anunciou logo uma nova Zona Industrial para a A4. Isto é propaganda política, são *fake news* que não ajudam nada ao posicionamento do concelho de Mirandela e, sobretudo, àqueles empresários que contam cada tostão e cada dia, e que veem os seus projetos adiados porque um dia quiseram investir em Mirandela.

Senhor Presidente da Câmara, eram 41 lotes, havia a pretensão de 70 empresas se instalarem em Mirandela, foram registadas 34 manifestações de interesse e, afinal, agora, dos 41 lotes, só aparecem 24 candidaturas. Isto é quase negativa. Se fosse na escola, num total de 41 perguntas, ter 24 respostas certas, e falta saber quantas empresas vão desistir, isto era negativa.

Sinceramente, dada a relevância deste assunto, estamos a falar da Zona Industrial, que é uma das formas de fixar pessoas e empresas, e o Executivo de Mirandela continua com a obra fechada.

Senhora Presidente, se a Comissão Permanente quiser fazer uma ação descentralizada, pode convidar também os Senhores Vereadores da Câmara, o Executivo e a Oposição, para ir visitar a Zona Industrial porque, de facto, será uma visita breve, pois o que lá está é nada. Isto compromete-nos significativamente.

Olhe, com tanta dívida e processos judiciais empurrados para diante, e tendo em conta o fracasso desta obra, não sei o que terá levado a Dra. *Júlia Rodrigues* a não ser candidata a um terceiro mandato. O que a desiludiu? Não sei se foi ela enquanto líder ou se, porventura, a equipa que a acompanha nunca a ajudou de maneira nenhuma a resolver os problemas de Mirandela. E é isso que me inquieta.

Eu sei que o exercício é muito difícil, o facto de hoje ser Presidente da Câmara, o escrutínio é permanente e diário e a toda a hora, mas o que a norteou? O que a levou a não ser candidata a um terceiro mandato? Ou será que, de facto, cansou-se da forma de exercer a sua liderança ou, se no seu Executivo, não encontrou os parceiros ideais que a pudessem assessorar neste tipo de iniciativas?

Portanto, não há mais nada a dizer. São assuntos da maior importância.

Senhor Presidente, digo isto com respeito e com muita preocupação: a Zona Industrial de Mirandela deixa-nos a todos preocupados. Nós, que somos fiscalizadores da ação do Executivo, há Assembleias em que não tocamos neste assunto, porque também não queremos andar aqui todos os dias a abordá-lo. Era fácil abordar este assunto, mas a minha Bancada manteve-se na expectativa. Espero que, agora, Senhor Presidente, uma vez que vai entrar em eleições, não vá assinar os contratos à pressa com as tais 24 empresas que aqui se querem instalar, para depois tirar os devidos proveitos políticos. Porque, de facto, Senhor Presidente, ninguém está bem nesta fotografia. Ninguém está mesmo bem nesta fotografia.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Começo por responder aqui à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Carvalhais. Relativamente ao regadio coletivo de Contins, está tudo preparado para podermos avançar. Tecnicamente, a obra está feita. Agora carece, como já foi informado pela nossa Equipa Multidisciplinar que trata desse assunto, e até posso ler aqui a informação preciosa que nos foi enviada. Pedia também que o Senhor Presidente da Junta, que está genuinamente preocupado, como nós também estamos, nos ajude agora na gestão, que passa por celebrar um protocolo com a Junta de Agricultores de Contins, para podermos organizar a gestão de todo o processo.

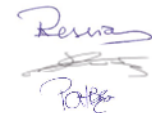
Era importante uma reunião com a Junta de Freguesia e que esta, por sua vez, contactasse os agricultores de Contins, para fazermos este protocolo e delinearmos a forma como iremos implementar o projeto. Isso é absolutamente determinante para o próximo passo. Tecnicamente, como disse, o projeto está concluído. Há apenas uma pequena fragilidade, uma rotura, que está a ser reparada pelo empreiteiro. De resto, está tudo pronto para passarmos à fase da gestão do sistema de regadio.

O desafio que lanço aqui é que promovamos brevemente, e quando digo brevemente, refiro-me mesmo à próxima semana, uma reunião com os principais agricultores de Contins, juntamente com a Equipa Multidisciplinar da área da agricultura, para definirmos os moldes do protocolo e fazermos a entrega do equipamento, para que se possa tirar o partido necessário daquilo para o qual foi criado o regadio. Obrigado por trazer aqui este assunto. O ponto da situação é precisamente este. Agradecia também que, logo que possível, na próxima semana, pudssemos reunir para tratar deste assunto, que é muito importante.

Quanto à questão do Serviço Veterinário, efetivamente temos algumas limitações, que são do conhecimento de todos. Não temos capacidade para recolher todos os animais, porque não há capacidade para o fazer. O Centro de Recolha Oficial está completamente lotado.

Temos feito campanhas de esterilização e ações de sensibilização, até com uma associação criada para o efeito, a ADAN. Temos procurado sensibilizar as pessoas para que não alimentem animais errantes, porque, embora todos tenham pena deles, cada vez que os alimentamos, perpetuamos a sua presença na via pública. Era muito mais útil identificar o animal, fazer a denúncia e tentar efetuar a recolha. Concorde em absoluto com tudo o que foi dito pelo Senhor Presidente de Junta, foi sempre muito esclarecedor. Não há ninguém nesta sala que não lhe dê razão. O problema é sempre o mesmo: a capacidade que temos para acolher todos os animais errantes.

Estão a ser feitos esforços para alargar o canil, mas mesmo com esse alargamento, se não houver ações preventivas e pedagógicas, nunca será suficiente. Precisamos de conscientização de que os animais têm direitos e devem ser tratados com respeito. Só com ações junto das escolas e campanhas pedagógicas podemos evitar o abandono. Muitas vezes há abandono, e não se diga que são os caçadores. Isso incomoda-me, porque nem sempre são cães de caça, pode haver um ou outro caso, mas não é a regra.



É importante que continuemos este trabalho. Todas as Juntas de Freguesia devem ter uma ação ativa, promover junto dos seus habitantes, ações pedagógicas e de informação, para mitigarmos este problema real, que nos diz respeito a todos. É uma preocupação nossa, e estamos muito atentos, para tentar dar resposta.

Todos os recursos humanos disponíveis são insuficientes. E serão sempre insuficientes se nós não tivermos esta ação preventiva. Parece-me claro que há muito a fazer em termos pedagógicos. As campanhas de esterilização e adoção são importantes, mas claramente insuficientes perante o que vemos diariamente. Agradeço o facto de ter trazido este assunto.

Relativamente à questão do Polo de Inovação Agrícola, esta resposta serve também para quem levantou anteriormente esta questão, nomeadamente o Senhor Deputado *Jorge Humberto*. Houve aqui esta alteração da Direção Regional da Agricultura para a CCDDR-N, e estes processos demoram tempo a implementar. Já temos o documento, dispense de o ler novamente, que contém toda a informação, também partilhada pela nossa equipa. Efetivamente, é necessário articular com a CCDDR-N para definirmos o nível de integração e percebermos qual a responsabilidade que nos cabe neste programa. Só depois disso é que poderemos avançar com ações concretas, como disse o Senhor Presidente da Junta.

Recentemente tive algumas abordagens com o Vice-Presidente *Paulo Ramalho*, que está aqui na CCDDR-N, com vista a este e a outros assuntos, nomeadamente a cedência de um terreno para podermos localizar até o Parque de Campismo, que está em leito de cheia para cima. Portanto, há efetivamente aqui questões que estão a ser tratadas em conjunto com eles. Mas esta questão da CCDDR-N, como digo, não é uma desculpa; isto é a realidade, e é em função disso que temos que fazer estas abordagens para que possamos ser integrados, porque a CCDDR-N está aqui situada, tem responsabilidades e está no nosso território. A Quinta do Valongo tem que dar uma resposta, e o próprio território exige uma resposta, como forma também de compensação, diria eu, por ter passado da Direção Regional para a CCDDR-N.

Relativamente à questão da barragem da Serrinha dos Avidagos-Navalho, com toda a franqueza, este é um assunto que irei abordar mais tarde. Não tenho todos os dados, pela razão de não ter evoluído, mas precisarei de o fazer para não estar aqui a dar uma resposta vaga. Não tenho como responder desta forma, mas ficará para informação o que aconteceu com a barragem da Serrinha e o que terá acontecido para não ter evoluído, porque, certamente, há alguma razão para isso.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*: o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia foi criado para dar resposta às necessidades das Juntas de Freguesia. Acredite que o Gabinete tem dado muita resposta, e os Presidentes das Juntas aqui presentes são testemunhas disso. É insuficiente, sabemos que não conseguimos dar resposta a tudo, mas estamos a dar resposta àquilo que é possível.

É verdade que também temos tido algumas dificuldades com recursos humanos, mas o que é certo é que eles têm se sentido apoiados o mais possível. Honra seja feita também às outras divisões com as quais temos contado para dar o apoio necessário. Não conseguimos dar o apoio necessário a todos. Às vezes, pode-se perceber que não há aquela palavra muito utilizada, equidade, damos a uns, não damos a outros, e é difícil para nós. Mas temos dado apoio a alguns projetos de algumas Juntas de Freguesia; a outros, já não conseguimos, pois não temos capacidade para o fazer em termos de recursos humanos, no que diz respeito a candidaturas. No entanto, temos estado sempre muito presentes no apoio, sempre que solicitado, com informações sobre as obrigações, que é muito por aí que desenvolvemos as nossas ações, quer de forma telefónica, presencial ou por *e-mail*.

Portanto, tem a ver com a informação necessária e imprescindível para que possam continuar a dar resposta legal às suas obrigações e isso tem sido uma realidade.

Relativamente ao Aeródromo Municipal, quais são as inconformidades? Bem, neste momento, e é muito recente, ainda é de ontem, temos apenas uma inconformidade que estamos à espera de resolver. Não sei se já recebi a resposta no meu *e-mail* hoje. Pedimos que fosse feita a pintura, mas só faltava uma numeração técnica, com toda a franqueza, que se me perguntar, eu não sei o que essa numeração significa, é uma questão técnica que me ultrapassa completamente. No entanto, sei que falta colocar um número na pista, que, salvo erro, é o número 36, e estamos à espera que nos informem qual o formato desse número para que possamos proceder à pintura.

De resto, todas as outras conformidades, como a vedação e outras necessidades, foram ultrapassadas. Ainda ontem a Agência Nacional da Aviação Civil foi contactada e está para, nos próximos dias, vir fazer a certificação. Portanto, tendo em conta que já queríamos ter a certificação feita com a pintura, embora tenham dito que a questão da pintura do número no pavimento, não seria necessária para a certificação, mas sim para uma vista aérea, temos essa única inconformidade. Quando digo brevemente, é nos próximos dias, e esperamos resolver isso para termos o Aeródromo perfeitamente credenciado.

Falou-se também na área de Acolhimento Empresarial, falou igualmente o Deputado *Paulo Pinto*. Relativamente a esta questão, temos que perceber que estamos, e não por vontade própria, com algum atraso, é óbvio. Não vale a pena escamotearmos dessa situação, é real. Porém, é importante dizer que há necessidade de análise, porque é um concurso internacional. É um projeto financiado, e qualquer análise deficiente pode pôr em causa a candidatura, obrigando-nos a devolver os fundos. Portanto, está a ser trabalhada e, inclusive, a equipa foi reforçada.

Neste momento, não consigo dizer quais são os ramos de atividade que estão ali, há várias candidaturas. Houve 24 candidaturas, e desses, 17 pediram esclarecimentos, o que demora algum tempo a responder, e há 41 lotes. O fato de haver 24 candidaturas e 41 lotes não significa que sejam insuficientes ou que sobrem lotes, porque há candidaturas que necessitam de mais do que um lote. Neste momento, as candidaturas estão a ser avaliadas, e o relatório preliminar será feito. Quando isso acontecer, poderemos disponibilizá-lo. Até à data, não seria prudente estar aqui a informar sobre o quer que seja.

O relatório preliminar será feito durante o mês de maio, e aí sim poderemos apresentá-lo, com a tipologia das atividades, os lotes que serão atribuídos, se vão sobrar, se não. Quanto ao atraso, reconhecemos a realidade dele. Concordamos que já deveríamos estar num processo mais evoluído, mas também não podemos ignorar que, muitas vezes, essa aceleração é um atropelo, queremos fazer as coisas depressa e isso pode fragilizar o processo, deixando-nos em situações mal resolvidas ou por resolver, que podem vir a ser penalizadoras no futuro. Esta é a situação como se apresenta. Estou de acordo com todas as abordagens que foram feitas, efetivamente, já deveríamos estar num processo mais evoluído. Concordamos.

Renata
Boa

Relativamente à questão do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, não posso responder sobre a questão da Senhora Ex-Presidente *Júlia Rodrigues*. Não posso de maneira nenhuma promover isso, porque é um assunto dela. Nem sequer viria aqui a talho de foice, neste ponto.

Relativamente à questão da dívida Águas do Norte, temos um conjunto de processos que estão em Tribunal, e teremos que aguardar pela decisão para saber o que vai acontecer. Se decidimos que vamos para Tribunal, é porque acreditamos que nos assiste alguma razão. Não estamos a colocar em causa que não haja dívida, mas os valores da dívida podem não ser os que nos estão a atribuir. É por isso que estamos a discutir essas questões nos Tribunais.

Esses processos estão devidamente identificados no Orçamento, e estamos preparados para lidar com qualquer penalização futura. Portanto, a resposta, sem conhecer os pormenores de cada um desses processos. Mas se, efetivamente, tiver necessidade de entrar em mais detalhes, poderemos agendar uma reunião e rever o que está em concreto em cada um desses casos. Seria impensável estarmos agora a detalhar todos os processos.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO (CDU)* solicitou um pedido de esclarecimento:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Reconheço que há situações em que o domínio dos problemas ultrapassa o que é expectável, mas o facto é que a questão das atividades que lhe coloquei ainda precisa de ser respondida. Vou deixar isso registrado e terei mais oportunidades para lhe fazer essa pergunta, para que me diga exatamente isso.

Agora, fiquei com uma dúvida na sua explicação. Ou seja, um dos problemas que está a subsistir na questão dos terrenos da Zona Industrial e na atribuição dos lotes tem a ver com o apoio comunitário que foi dado? Fiquei com essa sensação, porque disse que precisamos de respeitar.

Nós aprovamos aqui nesta Assembleia Municipal, e eu penso que esse é o documento mais importante e fundamental para que o processo se desenvolva de forma natural, pois está lá tudo. Não estamos à procura de fantasmas nem a inventar fantasmas; foi o regulamento da atribuição dos lotes na Zona Industrial que já foi aprovado nesta Assembleia e já foi há algum tempo. Não vou dizer uma data exata, pois não seria preciso, mas posso dizer que já foi há algum tempo.

Agora, o Senhor Presidente, na sua explicação, diz que temos um problema na avaliação, porque podemos perder o apoio daquele que foi o projeto inicial da Zona Industrial. Senhor Presidente, então faço-lhe a pergunta agora e peço que me esclareça: a Zona Industrial já está concluída na sua totalidade? Ou seja, já não há necessidade de mais nenhuma obra e a única coisa que estamos à espera é da atribuição dos lotes aos empresários?

Se for isso, aplicamos o Regulamento, e quem cumprir aquilo que está estipulado tem direito ao terreno. Pronto, era só essa a questão.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

É isso mesmo que está a acontecer. Estão a ser analisadas as candidaturas, já houve 17 pedidos de esclarecimento em função dessas candidaturas e são esses pedidos de esclarecimento que temos de analisar com cuidado, para não sermos frágeis na decisão que tomarmos.

5.2 - Proposta Protocolo de colaboração entre o Município de Mirandela e a Freguesia de Múrias.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 03/04/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Protocolo de Colaboração entre o Município de Mirandela e a Freguesia de Múrias, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO (CDU)* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

A CDU não pode deixar de congratular este protocolo, aliás, ele vai de encontro às nossas expectativas. Muitas vezes, temos a ideia de que despejar dinheiro nas Juntas de Freguesia resolve os problemas, isso não resolve nada, nas suas intervenções anteriores, ficou claro que há uma grande dificuldade da Câmara Municipal, do Executivo, em responder a todas as questões que são solicitadas. Acredito que sim, mas o que temos aqui é uma parceria que faz todo o sentido.

Às vezes, até é mais importante este tipo de protocolos do que propriamente o dinheiro. Vou passar a ler, para os Senhores Deputados que possam não saber do que estou a falar: proposta de protocolo de colaboração entre o Município de Mirandela e a Junta de Freguesia das Múrias, diz o seguinte: “*Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias*”. No ponto H, diz: “*Os municípios dispõem de atribuições nos domínios do património, da cultura, ciência, tempos livres e desporto, e promoção do desenvolvimento. A Freguesia das Múrias dispõe de um equipamento cultural, Centro Interpretativo do Castro de São Juzende, que acresce aos diversos equipamentos culturais do concelho de Mirandela.*” É um facto, mas o problema que a Junta de Freguesia enfrenta e que também é comum à maioria das Juntas, é a falta de capacidade humana para dar resposta às necessidades que surgem. E aqui fica claro que a interpretação que o Município e o Executivo faz está correta, e vai de encontro às expectativas da CDU.

Quando há Juntas de Freguesia que, para além das necessidades físicas, como o paralelo, têm também necessidades em áreas como atividades socioculturais, ciência, desporto, etc., fica claro que a Câmara Municipal, tendo essa capacidade humana, de ceder a Junta de Freguesia das Múrias pessoal que possa desempenhar este papel bastante importante, que é a divulgação do Centro de Castro de São Juzende. Muitas vezes, além do dinheiro, é necessário esse apoio.



Há pouco, falei do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia, Senhor Presidente. Não foi por acaso que mencionei isso. O que está aqui é uma matéria que muitas Juntas de Freguesia provavelmente podem e devem pedir apoio ao município, não apenas em termos financeiros, mas também pela sua capacidade técnica e humana. E aqui está uma resposta que poderia ser dada a muitas Juntas de Freguesia, na resposta às necessidades das suas populações e fregueses, colmatando duas necessidades: o município em desempenhar funções que são da sua responsabilidade, atribuindo competências às Juntas de Freguesia, disponibilizando não só o dinheiro, mas também pessoal técnico. Fica registrado, e muitos parabéns por esta parceria.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Nós temos tido sempre a preocupação de dar o apoio às Juntas de Freguesia, através do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia e como já disse muitas das vezes, muito para além do Gabinete de Apoio, junto das Divisões, neste caso a Divisão da Cultura, para propor as necessidades que as juntas de freguesia nos vão solicitando.

É verdade que não conseguimos socorrer todas as situações, mas dentro daquilo que nos é possível, temos feito. Os Senhores Presidentes da Junta são testemunhas disso e sem exceção, temos procurado tratar todas as pessoas de forma imparcial, com toda a equidade que se impõe. Este é mais um exemplo disso.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções e 45 votos a favor, aprovar o Protocolo de Colaboração entre o Município de Mirandela e a Freguesia de Múrias.

5.3 - Certificação Legal de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. – Relatório Anual 2024.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/04/2025, que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.
Submeter este Relatório à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO (CDU)* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Está um relatório que vem sempre a acompanhar as auditorias feitas pelo ROC, e o que eu tenho observado, e é uma preocupação que já levantei aqui várias vezes, é que sempre que é apresentado este relatório, apesar de termos analisado que houve algumas melhorias nas partes negativas mencionadas pelo ROC, há uma questão que continua a subsistir e que, do nosso ponto de vista, tem uma relevância bastante importante.

Vou passar a lê-la. No ponto F, na página 4, diz a Sociedade de Visões Oficiais de Contas o seguinte: “Não existe seguro de inventários que permita salvaguardar potenciais responsabilidades, riscos e contingências por parte do município”.

Já fiz algumas intervenções a este respeito, em nome da CDU, e tenho mostrado esta preocupação, que tem a ver exatamente com esta situação. Não havendo um seguro de inventários, a Câmara Municipal e o seu Executivo estão numa situação complicada. A minha pergunta é muito direta: visto que já tinha feito esta pergunta à anterior Senhora Presidente da Câmara, quero saber concretamente porque é que não há um seguro de inventários. E quero que me responda com sinceridade: é porque o inventário não está feito? Senhor Presidente, se o inventário não está feito e estamos a falar não só de bens imóveis, mas também de outros bens, fica claro que há aqui uma negligência grosseira. Porque têm-se passado situações em que há destruição do património municipal, e falo concretamente em algumas situações de vasos e outros equipamentos municipais, que muitas vezes são destruídos por pessoas que não são apanhadas. Outras são apanhadas e, depois, é-lhes aplicada uma coima sobre um património que não está inventariado. Isso é ilegal. Está-se a fazer algo ilegal.

Portanto, aquilo que eu lhe pergunto muito francamente e diretamente, Senhor Presidente, é: existe um inventário do bem patrimonial da Câmara Municipal de Mirandela?

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente, porque é uma competência que ele tem no pelouro. Assim, estes quatro pontos serão respondidos por ele.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES*, autorizado a intervir, disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

No resumo do relatório anual da auditoria externa do município de Mirandela, feito pelo Revisor Oficial de Contas, assumimos que ainda não conseguimos dar cumprimento a algumas inconformidades. Uma dessas questões é relativa aos seguros de todo o património municipal. Em relação ao inventário, ainda não conseguimos concluir a avaliação necessária para podermos abrir um procedimento de contratação pública, um concurso público para contratar esse seguro.

Essa questão é sem dúvida, uma urgência e uma necessidade que foi bem reportada pelo Senhor Deputado, no entanto, quanto à elaboração desse procedimento, há alguma complexidade. Tanto a Divisão de Administração Geral, em articulação com as restantes Divisões, ainda não conseguiram, até ao momento concretizar esse trabalho, no entanto, as circunstâncias estão cada vez mais a pressionar-nos.

O Executivo está a trabalhar nesse assunto e esperamos que, no próximo relatório do ROC, já não conste essa nota.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.



5.4 - II Alteração Orçamental Modificativa.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/04/2024, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a decisão de autorização da II Alteração Modificativa ao Orçamento, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO (CDU)* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Para os Senhores Deputados que estão aqui, para poderem acompanhar a leitura do processo, gostaria de falar sobre isso, porque é importante. A única pergunta que tenho a fazer é: o que aconteceu concretamente?

Fizemos a primeira Alteração em fevereiro deste ano, já estamos em abril e eu gostaria de saber concretamente o que aconteceu para que tivéssemos que fazer outra Alteração Orçamental. Era só essa a pergunta e gostaria que fosse respondida.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES*, autorizado a intervir, disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

A informação e os considerandos foram remetidos para os Senhores Deputados, por parte da Divisão de Administração Geral, contudo, vamos conseguir fazer isso e vamos reforçar algumas rubricas de forma a poder fazer as amortizações ao Banco Europeu de Investimento. Vamos também ter que reforçar outras rubricas, porque o Executivo decidiu reforçar os quadros do município, conseguindo recorrer à bolsa de recrutamento e permitir que mais trabalhadores entrem para fazer face a um conjunto de necessidades internas.

Em geral, é esse o motivo. Trata-se de uma situação de gestão do Orçamento.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO (CDU)* solicitou um pedido de esclarecimentos:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Eu percebo que tenha que haver esta Alteração, aliás, eu não consegui perceber, agora percebi que esta Alteração não tem a ver só com a entrada desses cerca de 250 novos trabalhadores para a Câmara Municipal, eu percebo isso. O que eu gostava de perceber é quando o Senhor Presidente fala dos pagamentos ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão... Eu gostava de saber é qual a razão para isso. Nós estamos a fazer uma Alteração, mas não sabemos que valores é que vão ser alterados, só sabemos as rubricas. Os Senhores Deputados, se virem o documento, como provavelmente tiveram oportunidade de analisar, o que nós temos aqui são apenas rubricas: a rubrica 8.3 do POCAL, a rubrica 8.2 do plano do POCAL, a rubrica 8.3.1.3...

Para quem não tem formação na área económica e de gestão, como é a grande maioria dos Senhores Deputados, mas que teve a oportunidade de ver esse documento, perceberam que tiveram dificuldade em perceber que montantes estão a ser explanados. Eu gostava de saber exatamente que montantes estamos a discutir, porque vamos votar um documento que faz uma Alteração, mas não sabemos que valores é que vão ser alterados. Eu agradecia somente mais essa explicação.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES*, autorizado a intervir, disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Não tenho aqui os dados concretos, mas vou tentar explicar melhor. Em relação ao Banco Europeu de Investimento, o Município, em função das obras que tinha em curso no âmbito do Portugal 2020, submeteu uma proposta à Assembleia Municipal para que recorrêssemos ao Banco Europeu de Investimento para esse investimento, entretanto, as empreitadas, com base nos concursos públicos, previam ter um determinado valor, um determinado custo e também prevíamos que o financiamento fosse feito em função da maturidade das operações.

Aqui chegados, o município teve aprovado um determinado valor, cerca de 4,5 milhões de euros de financiamento do Banco Europeu de Investimento e não vamos precisar de usar meio milhão de euros, por isso, no dia 3 de maio, estaremos em condições, se for aprovada esta Alteração, esta Revisão Orçamental, de pagar, ou devolver ao Banco Europeu de Investimento 500 mil euros, reduzindo também aquilo que é o nosso compromisso com a Banca, porque temos condições para o fazer. Esse é o principal valor.

Também estão aqui previstas no Plano Plurianual de Investimento novas rubricas, novas empreitadas que não estavam previstas inicialmente, fruto das candidaturas ao Norte 2030.

Esta Revisão Orçamental visa a transferência de dotações entre rubricas, não interferindo em nenhuma forma no Orçamento, ou seja, não aumenta, nem diminui o valor do Orçamento. Trata-se de uma gestão corrente do Orçamento, permitindo que o Executivo continue a sua função normal a nível orçamental.

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 39 votos a favor e 10 abstenções, aprovar a II Alteração Modificativa ao Orçamento.

5.5 - Prestação de Contas 2024.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/04/2025, que se transcreve:



“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2024 da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em cumprimento do indicado preceito e ainda do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Sobre este expediente, esta estratégia agora do Município de apresentar as Contas antes dos Deputados Municipais se pronunciarem sobre elas, se vai ser habitual, ou se a Oposição, por exemplo, a Bancada do PSD, tem a mesma prerrogativa de poder usar também uma apresentação em *PowerPoint*, na próxima situação.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Esta situação do Executivo prestar esclarecimentos, tem ocorrido ao longo das Assembleias Municipais. Em relação ao que está a propor, penso que é inédita e isso poderá ser abordado numa Comissão Permanente.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Em relação à estratégia da Câmara Municipal, é a segunda vez consecutiva. Em tempos, houve um Presidente da Câmara que utilizou, ao nível das atividades e eventos. Agora, o que é desigual é a explicação que é dada à Assembleia Municipal. A comunicação que é feita à Assembleia é muito desigual, porque o Executivo acaba por usar um *PowerPoint* e os restantes Membros da Assembleia não têm essa possibilidade.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Para votarmos, quanto mais esclarecidos estivermos melhor, não vejo impedimento nenhum de o Executivo querer clarificar.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Vou passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* para fazer uma breve apresentação.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES*, autorizado a intervir, disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Desde já agradecemos, tem sido, habitual neste ponto da Prestação de Contas o Executivo, desde 2018, fazer sempre uma apresentação prévia da Prestação de Contas aos Senhores Deputados.

Esta Prestação de Contas é referente à execução das Grandes Opções do Plano de 2024. O Orçamento foi aprovado em Assembleia Municipal e, como determina a legislação, o Município obriga-se a aprovar as Contas até ao final de abril e submetê-las ao Tribunal de Contas. O Município de Mirandela está obrigado a utilizar o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública, como sabemos.

A execução global do Orçamento em 2024 foi de 95,5% da receita e 90,34% da despesa. Este é um objetivo e uma obrigação dos executivos, que deveriam ter uma taxa de execução tanto da receita quanto da despesa superior a 85%. Nem sempre conseguimos alcançar esse índice, mas em 2024 conseguimos alcançar esses dois indicadores muito positivos. Gostaria de deixar também claro que a execução do Orçamento e o cumprimento dos objetivos são fruto de um trabalho de cooperação entre a Assembleia Municipal, que aprovou o Orçamento, que ao longo das Sessões da Assembleia Municipal, aprovou um conjunto de Alterações e Revisões Orçamentais e também o Plano de Investimentos do Município.

Também uma palavra de agradecimento aos Senhores Vereadores da Oposição pela cooperação, que na esmagadora maioria dos casos, em Reunião de Câmara aprovaram aquilo que foram as propostas do Executivo em relação a Execução Orçamental e foi também sempre dito pelos Senhores Vereadores da Oposição que confiavam naquilo que era a execução do Executivo, porque é o Executivo que está a executar e também um agradecimento aos Senhores Vereadores, aos Senhores Deputados Municipais, por termos conseguido chegar a este ponto.

Ao longo dos últimos anos, a execução orçamental tinha rondado os 80%, com 74% em 2022, 75% em 2021 e 83% em 2020, ano marcado pela pandemia da Covid-19. Tivemos alguma dificuldade em atingir os 85% e não cumprir integralmente o que o Tribunal de Contas determinava, que era uma execução de 85%, mas a situação da pandemia foi considerada uma atenuante e o Município de Mirandela cumpriu integralmente esta norma. O quadro evidencia o cumprimento dessa regra, onde a receita cobre a despesa, e temos uma margem positiva de 1,483 milhões de euros. Em relação à receita de 2024, a execução orçamental foi de 95,5% e verificamos que a receita corrente foi de 26,7 milhões de euros e a receita de capital de 5,2 milhões de euros.

A receita de capital está associada à captação de investimento através de Quadros Comunitários. O ano de 2024 foi um ano de conclusão de empreitadas e de transição de Quadro Comunitário, o que explica a queda da receita de capital, enquanto a receita corrente aumentou. Esse aumento foi, em grande parte, impulsionado pelo IMT (Imposto Municipal sobre Transações), que teve um impacto significativo, o que significa que houve um aumento nas transações imobiliárias.

O IMI teve uma ligeira redução devido a alguns mecanismos, como o IMI Jovem e o IUC manteve-se praticamente inalterado. O IMT, por outro lado, teve uma subida gradual. Outro ponto positivo foi o aumento da Derrama, pois, em 2024, as empresas do nosso concelho tiveram um lucro líquido superior ao de 2023.

Em relação à receita corrente, o maior percentual vem do Fundo de Equilíbrio Financeiro, que representa 56% da receita. As demais fontes de receita têm percentuais menores. Em relação à despesa, a despesa corrente foi de 30,745 milhões de euros, e a despesa corrente foi de 25 milhões de euros e a despesa de capital de 5 milhões de euros. A despesa corrente aumentou devido ao esforço do município nas áreas da educação, cultura e dinamização do território, bem como ao apoio às Juntas de Freguesia. Também houve um aumento na despesa com pessoal, o que é positivo tanto para a Câmara, quanto para a economia local, já que é dinheiro que circula na economia do concelho.

Em relação à análise patrimonial, o Município de Mirandela, em 2024, passou a valer 66 milhões de euros. O ativo é de 80 milhões de euros, e o passivo é de 13 milhões de euros. A diferença entre o ativo e o passivo dá-nos o património líquido do Município, que é de 66 milhões de euros. Estas demonstrações financeiras mostram que o Município fez um bom trabalho, pois o ativo subiu 1,24%, o património líquido aumentou quase 10 milhões de euros e o passivo foi reduzido de 22 milhões para 13 milhões.

O património líquido, em 2024 aumentou cerca de 10 milhões de euros. Entre 2017 e 2024, o património líquido registado estava em 28 milhões de euros e passou para 66 milhões de euros em 2024. Em 2024, o património líquido da Câmara não seria certamente 28 milhões de euros, seria mais, não estava era registado. Como se recordam, nós tivemos uma pressão forte em 2018 e 2019 com as depreciações, porque ao registar o património, este vai-se depreciando e o impacto sobre as contas também é maior. Todos estamos aqui a fazer esse caminho e em abono da verdade, o caminho foi este. Neste momento, o património líquido do Município está todo ele registado, apenas aquele que ainda está em trânsito, cujas obras não foram rececionadas e não estão devidamente inventariadas.

A demonstração de resultados, por natureza, leva-nos também a um indicador positivo. Em 2024, não aconteceu isso em 2023, mas em 2024 conseguimos que o Município tivesse um resultado líquido positivo, em que o resultado líquido antes das depreciações era de 5,725 milhões de euros. Depois, com as depreciações e com o acréscimo do registo do nosso imobilizado, nós tivemos, aos 5 milhões, descontamos o valor das depreciações, porque com o tempo o património vai valendo menos. Apesar de tudo, tivemos, como dissemos há pouco, um resultado positivo de 1,195 milhões de euros.

Em relação ao endividamento Municipal, em 2024, a 31 de dezembro de 2024, a dívida global do Município era de 9.962.672,61 milhões de euros era a dívida total. E são esses os nossos compromissos com a Banca e com os fornecedores. Para efeitos de apuramento da dívida relevante e para efeitos de limites legais da DGAL, nos termos do artigo 52.º e artigo 54.º da Lei n.º 73/2013. De facto, só contam os 5,455 milhões de euros, porque 4,5 milhões de euros são empréstimos ao Banco Europeu de Investimento e o Banco Europeu de Investimento só empresta dinheiro para investimentos. Esses 4 milhões de euros foram investidos em património líquido do Município, como a Estação Ferroviária, as rotundas e um conjunto de obras. Mas a dívida global do Município, aquilo que nós temos que pagar e amortizar todos os meses, são os 9,9 milhões de euros. Com base nesta regra da DGAL, a margem de endividamento que o Município tem ainda líquida é de 4.638 milhões de euros, tendo em conta um conjunto de travões que a DGAL impõe aos municípios para que não se use aquilo que é a margem real.

Permitam-me dizer que, em 2024, o valor da dívida representa apenas 16% daquilo que é o seu limite de endividamento. Este é o ponto de situação entre, onde estávamos em 2017 e onde estamos em 2024. Um aspeto positivo e que é real, o Município de Mirandela desceu a sua dívida nos últimos anos em 8 milhões de euros. Isto é um aspeto que ninguém pode negar.

Este é o mapa oficial que é enviado e é um modelo da DGAL que é enviado para o Tribunal de Contas, que também disponibilizamos.

Em relação ao histórico da dívida total, também é importante que a Assembleia e os munícipes percebam que, neste mandato, já não reportando ao mandato anterior, mas neste mandato, a dívida do Município era de 12,166 milhões de euros, em 2021. Foi descendo, em 2023 passou para 13 milhões (houve um ligeiro aumento), mas depois, em 2024, a dívida passou para 9,6 milhões de euros, por isso, a margem de endividamento neste momento é superior àquela que conseguimos em 2021 e por isso, o Município está numa situação de contas e numa situação financeira muito positiva.

Um outro aspeto e último, que gostaríamos de trazer aqui para os Senhores Deputados, também é aquilo que era a situação do prazo médio de pagamentos em 2017 e a situação do prazo médio de pagamento em 2024. Em 2017, estávamos a pagar aos fornecedores a seis meses, este prazo médio de pagamento tem vindo a descer gradualmente. Apresento aqui um mapa da DGAL, onde o prazo médio de pagamento em 2024 foi: no primeiro trimestre, 47 dias; depois passou para 37 dias no segundo trimestre, 27 no terceiro trimestre e, no último trimestre, 17 dias.

Agradeço a vossa paciência, dizer que, sobre este ponto, nós estamos a pagar as faturas assim que entram na Câmara são validadas pelo Gestor do contrato e a partir do momento em que são validadas pelo Gestor do contrato, a equipa de contabilidade procede ao pagamento. Muitas vezes, as empresas demoram a entregar as Declarações de não dívida e outra documentação que nos impedem de pagar de imediato. Há pequenas dívidas que o Município tem aos fornecedores locais, que são muito importantes e que precisam desse dinheiro, mas que nós não conseguimos pagar porque também não nos ajudam a ajudar. A nossa equipa de contabilidade liga sistematicamente para esses fornecedores, um exemplo, os fornecedores que estiveram no Festival do Rancho, ou na Feira da Alheira e noutros eventos de apoio ao Município, mas que depois se atrasam na entrega das Declarações de não dívida e na emissão das faturas.

Por isso, digo aqui perante a Assembleia, à Senhora Presidente da Assembleia e aos Senhores Deputados, que o circuito e a situação do Município é de pagarmos contra fatura, tendo em conta estas questões administrativas que acabei de referir. Pedimos também aos Senhores Deputados que esclareçam os fornecedores quando estas questões vos sejam colocadas.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECHO* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Antes de mais, quero agradecer a apresentação por parte do Senhor Vereador *Orlando Pires* e confesso que, em quase oito anos que estou regularmente presente aqui, é a primeira vez que vejo alguém reclamar com o excesso de transparência e de clarificação dos dados que devemos fiscalizar. Confesso que já tinha recebido o *feedback* de muitas vezes haver transparência a menos, mas agora, ao vermos a transparência a mais. Parece-me que estamos a viver uma semana de primeiras experiências inusitadas. Mas é fácil compreender o porquê, depois de ouvir a explicação do Senhor Vice-Presidente. A explicação torna claro o motivo de ser

Reina
Pires

incómodo fazer-se uma apresentação esclarecedora, que torna bastante difícil o trabalho subsequente de argumentar de uma forma séria sobre o que é a realidade, a qual não está sequer sujeita a interpretações. E é impressionante como conseguimos transformar uma situação tão positiva em algo negativo.

Gostaria de deixar aqui uma reflexão: muitas vezes, quando não sabemos para onde queremos ir, acabamos por ir para onde não queremos. O que é concreto, é que nós sabemos perfeitamente para onde queremos ir. Também sabemos de onde viemos e sabemos para onde não queremos voltar. Todo este caminho, toda esta apresentação e toda a realidade que acompanha a apresentação feita pelo Senhor Vereador responsável pelo pelouro financeiro, *Orlando Pires*, que, mais uma vez, me permita dizer, foi uma ótima apresentação, vai ao encontro do que torna realmente difícil conseguirmos ser negativos em relação a isto.

Eu vou pegar aqui numa série de pequenos tópicos que são um resumo importante da realidade e do que temos hoje em 2024, porque as contas dizem respeito a 2024. Neste momento, poderá haver aqui algumas alterações que, mais uma vez, são factos, não estão sujeitos à opinião, são factos. Temos vindo a assistir a uma redução muito marcada da dívida. Temos vindo a assistir a um aumento da capacidade de endividamento por parte do município, com todos os benefícios que isso traz. E temos, e este é um ponto importantíssimo, uma redução drástica, e a palavra-chave é “drástica”, do tempo médio de pagamento para valores historicamente baixos, o que é uma vantagem para a economia local e para os empresários, que dependem do recebimento e que muitas vezes reclamavam. Aliás, isto era um assunto recorrentíssimo no programa da Rádio Terra Quente, em que tive a oportunidade de participar, com o *Jorge Humberto* e vários outros Membros, seja do PSD, seja do CDS. Era sempre falado esse assunto.

Começámos com 176 dias, aproximadamente meio ano, em 2017. Chegámos a 52 dias. Aliás, em 2023 passou para 36 dias, ou seja, 1/6. E em 2024 conseguiu-se reduzir de tal maneira, e o Senhor Vice-Presidente já explicou aqui também por que, muitas vezes, ainda não é pago contra fatura, que chegámos a ter um prazo médio de pagamento de 17 dias, praticamente duas semanas, no quarto trimestre de 2024. Isto está ao nível dos melhores indicadores nacionais. Não tenho a mínima dúvida. E com todas as vantagens que isso traz para a nossa economia local.

Mas ainda vamos atrás, porque, mais uma vez, não nos podemos esquecer de onde viemos. Onde estávamos quando o Partido Socialista chegou a esta Câmara Municipal. Quando chegámos à Câmara Municipal, em 2017, tínhamos um município em saneamento financeiro, com intervenção em saneamento financeiro. E com o trabalho que vinha a ser feito, que continuou a ser feito e foi acelerado, conseguimos sair do saneamento financeiro antes do tempo previsto.

E mais, que não nos podemos esquecer, com obra feita. Foram usados todos os mecanismos e foi feita uma série de obras. Por exemplo, não tenho problemas em dizer, se alguém me perguntar onde: e eu digo. Uma série de exemplos que já foram aqui discutidos muitas vezes, desde a requalificação do Bairro do Gate, à requalificação do Bairro da Cerdeira, à requalificação da Estação Ferroviária, à Rotunda do Hospital, à zona do Bairro do Pombal e a ligação à Avenida *Camilo de Mendonça*, às residências dos estudantes do IPB que, em parceria com o IPB, são importantíssimas. E que ontem, ou anteontem, tive a oportunidade de reparar que foram retiradas as proteções do antigo edifício do Hotel Mira Tua, o que nos permitiu, pela primeira vez, vislumbrar como é que vai ficar aquilo. Aquela mancha, aquela marca negativa que estava ali, infelizmente, no centro nobre da cidade, vai, com certeza absoluta, requalificar aquele espaço, requalificar aquela zona e, melhor ainda, permitir que haja aqui uma flutuação no mercado imobiliário em Mirandela. E que se permita que haja uma alteração, com mais habitação disponível, que está, neste momento, a ser ocupada pelos estudantes, e bem, e que permitirá ter mais habitação disponível para quem queira fazer vida em Mirandela.

E ainda temos mais. Temos uma redução de impostos. Quando chegámos, em 2017, tínhamos a taxa de IMI no esforço máximo, na taxa máxima permitida por cada município. Bem sei que era uma imposição inicial, mas isso foi sendo reduzido, tal como o IRS, permitindo que cada mirandense ficasse com mais dinheiro no bolso todos os anos. Isto foi acompanhado por uma taxa de execução que, em 2016, pouco mais era, a nível da receita, do que, aliás, nem sequer chegava a 60%. A nível da despesa, era 57,45%. Neste momento, atinge 95% a nível da receita e 90% a nível da despesa. Ou seja, todos estes indicadores são francamente positivos, são francamente vantajosos. Daí a dificuldade em haver aqui algum tipo de problema.

E depois temos também outra coisa: temos efetivamente um resultado positivo. Um resultado positivo nas contas do município. Quando se ouvem dizer uma série de coisas, como que o Estado é isto, que o Estado é aquilo, o despesismo, etc., nós conseguimos ter, não obstante o aumento das despesas que foram assumidas por parte dos municípios, seja pelas escolas, seja por outras competências que passaram para os municípios por causa da descentralização, conseguimos ter este resultado positivo. E com uma redução significativa da dívida. Também não nos podemos esquecer que, em 2017, orçava-se, se não me falha a memória, cerca de 18 milhões.

Em dezembro de 2017, a dívida global do município era de 18 milhões. Neste momento, a dívida global, não a dívida da DGAL que permite o endividamento da autarquia, pouco falta para chegar aos 10 milhões. Ou seja, houve uma redução, não obstante todo este trabalho, de aproximadamente oito milhões.

E é isto. É isto que me apraz dizer. É isto que, neste contexto, com toda esta mudança de dinâmicas, com toda esta criação de condições para o futuro, parece que seja muito difícil criticar de forma séria e não demagógica.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Começo por referir que foi anunciado para 2024 um Orçamento de 38 milhões de euros, mas toda a Prestação de Contas demonstra que foram executados apenas 30 milhões de euros. Isso significa que o Executivo não conseguiu executar cerca de oito milhões previstos no Orçamento, o que representa cerca de um quinto do valor total. Outro aspeto a salientar é que, dos 30 milhões de euros executados em 2024, 25 milhões de euros foram gastos em despesas correntes, ou seja, 82% do total foram despesas correntes. Estamos a falar de despesas do dia a dia, o que significa que, atualmente, a Câmara Municipal tem compromissos correntes de elevado valor, o que poderá colocar em causa o futuro do nosso concelho, nomeadamente ao nível do investimento. A prova disso é que, na despesa de capital (quando falamos de despesa de capital, falamos de investimento), só foram executados cinco milhões de euros, o que representa 18% do valor total do Orçamento. Mas o mais grave ainda, e isso eu não vi plasmado no *PowerPoint* do Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires*, é o valor do PPI (Plano de Plurianual de Investimentos), nesta rubrica importantíssima, só

Renan
Pires

foram executados cerca de três milhões de euros de uma previsão total de nove milhões de euros, ou seja, um terço do valor previsto.

Agora podemos entender o porquê de o nosso concelho estar num marasmo, uma completa apatia no que diz respeito ao desenvolvimento e à atração de investimentos, simplesmente porque vivemos num vazio de ideias e de projetos. Com estes resultados, podemos começar a entender algumas das razões do porquê de a Excelentíssima Dra. *Júlia Rodrigues* ter decidido não se candidatar a um terceiro mandato, sabendo ela que não tem projetos para executar no futuro próximo, ao contrário de quando tomou posse, quando recebeu do anterior Executivo do PSD um total de 30 milhões de euros de fundos comunitários aprovados e prontos a executar. Isto é algo que o próximo Executivo do PSD da Câmara Municipal de Mirandela, não irá encontrar quando tomar posse em outubro próximo.

Outra questão que tem a ver com a seriedade democrática com que por vezes colocam as questões e agora vou referir-me propriamente ao Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires*, que tem o Pelouro financeiro. Surgiram publicações nas redes sociais a dizer que a dívida do Município rondava os cinco milhões de euros, apesar de depois, numa segunda publicação, já referir que estava incluído o valor da dívida ao Banco Europeu de Investimento. Dívida é dívida, gostava que alguém me explicasse como é que não se paga dívida ao Banco Europeu de Investimento. Pronto, vou tentar explicar um pouquinho o que se passa.

Existem dois quadros, o quadro 20 e o quadro 21. O cálculo da dívida é apresentado conforme o modelo da DGAL, que não considera para endividamento os empréstimos contraídos para executar projetos financiados. Isto é feito para que as autarquias possam ter recursos financeiros na execução de projetos com Fundos Comunitários, evitando assim que Portugal tenha que devolver os fundos comunitários. Até aí, estamos todos de acordo, pois é para isso que serve este modelo DGAL. É através deste modelo que se define se uma Câmara entra, ou não em incumprimento financeiro. Mas sejamos intelectualmente honestos, a dívida real da Câmara Municipal está vertida no quadro 21, como há bocado o Senhor Vice-Presidente fez questão de referir e aponta para cerca de 10 milhões de euros de dívida. Por isso, para podermos ser sérios a abordar este tema, o valor da dívida não são cinco milhões de euros, deem-lhe a maquilhagem que quiserem, a dívida da Câmara Municipal de Mirandela é de cerca de 10 milhões de euros.

Não sendo mentira os valores apresentados usando o modelo da DGAL, mas é faltar à verdade e criar publicidade, permitam-me, enganosa junto dos mirandelenses. Andar com esta manipulação dos números. Temos que ser claros: o valor da dívida da Câmara Municipal a 31 de dezembro é de cerca de 10 milhões de euros, quase o dobro do valor apresentado pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente nas redes sociais. Mas já, infelizmente, isso não é novidade. O Senhor Vice-Presidente, enquanto responsável pela parte financeira da Câmara Municipal, já em 2023, relativamente à questão da Prestação de Contas de 2022, prestou declarações aos órgãos de comunicação social, conforme notícia pública, anunciando ter reduzido a dívida de dois milhões de euros. Depois, conforme pode ser verificado no quadro 21, à data, a dívida afinal só tinha sido reduzida em 20 mil euros.

Para o PSD, é uma questão de ser politicamente honesto, não podemos andar a maquilar os números. Números são números. Uma outra situação idêntica foi a questão dos gastos com as Festas da Cidade. Foram apresentados nas redes sociais valores que depois foram mais do que uma vez demonstrados que não eram os verdadeiros. Eu penso que, de uma vez por todas, temos que ser um pouco mais rigorosos quando usamos as redes sociais para fazer publicidade, seja do que for. Pelo menos, relativamente aos números, acho que devemos ter algum cuidado. Conseguem imaginar o Ministro das Finanças a ter este tipo de postura? Sinceramente, atrevo-me a dizer que este “Ministro das Finanças” não se manteria muito tempo no cargo.

Ao longo destes oito anos, nomeadamente na campanha de 2017, o PS usou estes argumentos contra o PSD, que, afinal, agora o Partido Socialista aplica, utilizando táticas muitas vezes para desviar as atenções. Vossas Excelências diziam que nós omitíamos dívidas das Participadas, mas afinal, nesta Prestação de Contas, é bem claro quem omite o valor da dívida das Participadas. Passando de 2023 para 2024, houve uma redução de 1,6 milhões de euros para cerca de nove mil euros. Quando na próxima Assembleia formos discutir o valor da dívida das Participadas, vamos ver quem tem razão. Eu acho que temos que ser sérios com os números.

Quando tomaram posse, decidiram realizar uma auditoria sobre a situação financeira da Câmara e passaram quase o primeiro mandato todo sempre a abordar este tema. Eu pergunto: Que efeitos práticos isso teve? A questão da dívida oculta, mas afinal, quem anda a maquilar os números? Se calhar é o atual Executivo. Vou parafrasear um ditado que todos nós conhecemos bem: “Bem prega *Frei Tomás*, faz o que ele diz, não faças o que ele faz”. Agora percebemos porque razão a Dra. *Júlia Rodrigues* não quis candidatar-se ao terceiro mandato, como acontece com a grande maioria dos nossos Presidentes: com um tal vazio de ideias e de projetos, para não falar de financiamento zero. O melhor mesmo é ir embora.

Vou terminando com outro refrão. *António Mourão* tinha uma música que dizia: “Ó tempo, volta para trás.”

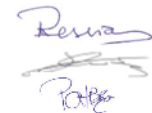
----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e online.

Eu não estive de manhã por razões pessoais, já justifiquei à Mesa, mas queria fazer aqui, se me permitem, só duas considerações. Primeiro, felicitar a Mesa, que ainda não tinha tido a oportunidade, por este novo desafio. Desejo-vos os maiores sucessos e um bom trabalho até ao final deste mandato.

Eu estive a acompanhar *online* as intervenções de manhã, mas não vou pronunciar muito porque já está tudo decidido. No entanto, queria também só deixar aqui a minha opinião sobre o que foi feito, no meu entender, aquilo que foi feito de manhã era aquilo que deviam ter feito antes. Primeiro, ligar para o Tribunal para ver se efetivamente era permitido entregar no dia cinco, ou no dia seis, e depois deixavam as coisas tal e qual como estavam. Isto é meramente a minha opinião, porque é de lamentar que se tenha tomado uma decisão no dia cinco para realizar esta Assembleia, quando tínhamos aqui os Líderes das Bancadas, o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Vice-Presidente, que andam nestas andanças, pelo menos, há quatro anos e sabem que têm que entregar no Tribunal de Contas depois do 30 de abril, mas tem que ser aprovado com a data de 30 de abril. Portanto, nunca seria sequer posta esta hipótese do dia 5 de maio. É só esta a minha opinião.

Depois, também ouvi falar aqui sobre as senhas de presença. Não pensem que eu vim tarde para receber senhas de presença nenhuma, porque nós nem temos direito a senha de presença, como já fiz questão de dizer em 2024, numa Assembleia. Isto é uma



continuação, portanto, não há direito a senha de presença. Só haveria direito a senha de presença se efetivamente houvesse a convocação de uma nova Assembleia.

Posto isto, vou à minha intervenção em concreto. Face à contradição que tem sido vinculada pelo Executivo Socialista. Pergunto e agradeço uma resposta clara, concisa, sem floreios de empréstimos excepcionados, pois, independente destes empréstimos serem ou não excepcionados, todos efetivamente têm que ser pagos. Mesmo não sendo economista, como já o referi também na Assembleia de setembro, entendo que o conceito de dívida é diferente do conceito de endividamento, ou da capacidade de endividamento. O que eu pretendo é muito simples, qual é efetivamente o total da dívida do Município, incluindo todos os empréstimos ao Banco, a dívida a fornecedores, a dívida proporcional das Entidades Participadas, ou seja, tudo e a todos a quem o Município tem dívida a pagar? Senhor Presidente *Vitor Correia*, Vossa Excelência, como responsável máximo da Câmara Municipal, gostava de ouvir da sua boca, qual é efetivamente o valor real da dívida a 31 de dezembro de 2024? Esqueça os empréstimos excepcionados, pois estou-lhe a perguntar alhos, não vai responder bugalhos. A pergunta é simples e vou repetir, qual é o real valor da dívida? Visto que acabámos de ver na apresentação do Senhor Vice-Presidente uma coisa, que são 9.952.892,00 euros e depois fala do mapa da DGAL de 5.495.000 euros, portanto, isto da DGAL é uma coisa, outra coisa é a capacidade de endividamento. O que eu pretendo é efetivamente saber qual é o valor da dívida da Câmara Municipal?

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

De facto, hoje à tarde só dá mesmo *Orlando Pires*. Como é que nós, os Líderes das Bancadas e não só, temos de andar a estudar os Orçamentos e o Senhor Presidente da Câmara, que hoje tinha a oportunidade de mostrar outra imagem, não fez outra coisa senão declinar respostas sobre assuntos que teriam de ser também dele. Isto é uma constatação, interpretem como quiserem, vale o que vale.

De facto, Mirandela está parada no tempo, não há gente na rua e é isso que o comércio tradicional nos diz todos os dias, porque há um vazio de ideias e de projetos. Agora, vou-vos dar números para tentarmos perceber. A execução orçamental em 2021, foram executados 41 milhões. Em 2022, 42 milhões. Em 2023, 42 milhões. Em 2024, 34 milhões. Isto quer dizer que a Execução orçamental, dinheiro gasto do Orçamento no último ano, cá para baixo. Este é que é o resultado. Está nos números, não vamos andar a maquilhá-los. Por isso, bastava só um *slide* para vocês poderem ler isto melhor. Isto é factual, quer dizer que Câmara fez menos negócios, Mirandela teve menos Orçamento, teve menos execução orçamental.

Plano Plurianual de Investimentos: 2021, 4,3 milhões de euros; 2022, 10,7 milhões de euros. Passou de 4 para 10. Em 2023, 12,6 milhões de euros. 2024, 3,4 milhões. Plano Plurianual de Investimentos: 4,3, 10,7, 12,6, 2024, 3,4 milhões de euros. O que eu ouvi, de facto, isto da maquilhagem dos números é mesmo uma arte. Sabem porquê? Sabem porquê? Eu nem vou falar nas despesas de capital, que o meu colega já falou melhor que ninguém, porque fui fazer um apanhado. Porque é que estes números eram verdadeiros, de acordo com os documentos à data publicados, a dívida municipal no primeiro semestre de 2017 era de 16.805.000 euros. Passamos para quanto? A diminuição da dívida não foi como dizem, porque não foi.

Com estes dados e com mais dívida, o Executivo do PSD, conseguiu concluir e candidatar o número significativo de obras. Para relembrar, a Escola Superior de Comunicação e Administração de Turismo do IPB, representa o maior investimento num edifício público, 5 milhões de euros, já realizada em Mirandela, mas representa também a maior aposta na sustentabilidade, já hoje confirmada pelo aumento sucessivo do número de alunos, ano após ano, que estão a contribuir para o desenvolvimento económico de Mirandela.

Mas também o Museu da Oliveira e do Azeite, a Ecoteca, o campo desportivo da Reginorde, o Quartel da GNR da Torre Dona Chama, os mini GAM, a reabilitação energética do Centro Cultural e da sala de cinema, o aumento da eficiência energética com a colocação de redutores de fluxo de LED na iluminação pública, o acesso Norte A4 de Mirandela, os acessos estradas de Miradeses, Vila Verdinho, Pousadas, Jerusalém do Romeu, Mascarenhas, Paradela, Avantos e Navalho, Ervideira, Milhais e Pereira, o saneamento de Vilar de Ouro e a ETAR dos Avidagos, a casa mortuária de São Salvador, Lamas de Orelhão, Eixes, Vale da Sancha, Cedães, Pereira, Freixeda e Contins, os projetos de regeneração urbana do Tua Mirandela, Avenida das Amoreiras, Ponte Velha, Zona Antiga e ainda o apoio à intervenção com a reabilitação da sede da Associação dos Socorros Mútuos e dos Artistas Mirandelenses, a Casa Paroquial da Nossa Senhora da Encarnação e a Igreja da Misericórdia.

Ao longo deste mandato, foram sempre possíveis continuar a apoiar a sociedade civil, quer em termos sociais, culturais, desportivos e recreativos: o Quartel dos Bombeiros da Torre Dona Chama, o Lar Residencial da APPACDM, o Lar da Terceira Idade de São Pedro Velho e o Lar do Romeu são exemplos de equipamentos cuja componente não financiada das respetivas candidaturas foi integralmente suportada pela Câmara Municipal. Também o apoio ao movimento desportivo, na ordem dos 500 mil euros, ao nível criativo mais de 600 eventos promovidos na cidade, destaca-se ainda o início do saneamento financeiro, complementando diversas associações como: A ACIM, Clube de Campismo, o CTM, foram apoiados na realização das suas dificuldades, mas também das empresas municipais como, o Metro ou o Matadouro do Cachão, que apresentaram resultados positivos, praticamente pela primeira vez na sua história, em 2017.

No entanto, foi ao nível do planeamento que se destacou muito o trabalho realizado, desde logo pela conclusão do eterno processo de Revisão do PDM, que ainda hoje está por aprovar, concluída em 2015, mas que agora continua atrasado, mas também pela preparação atempada de elementos de planeamento essenciais para competir no então Quadro Portugal 2020. A constituição de duas ARU, Áreas de Reabilitação Urbana, permitiu a concretização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbana, PEDU, que se traduziu numa candidatura aprovada e contratualizada de 14,5 milhões de euros, acrescido já de mais de 1,5 milhões de euros por eficácia na execução, através do mecanismo acelerador do investimento. Isto foi o PSD.

No âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM-TTM, foram negociadas verbas essenciais para a formulação do parque escolar. Fomos nós, nas áreas de eficiência energética, do combate ao insucesso escolar, da modernização administrativa, do empreendedorismo ou mesmo para o regadio tradicional de Contins que ainda hoje se continua a falar. Agora, volvidos oito anos. A eficácia destas negociações está traduzida em quatro obras em curso no Parque Escolar de Mirandela: o novo polo da Escola Básica Luciano Cordeiro, Escola do Convento, a Escola do Fomento e mesmo a Escola Secundária de Mirandela. Obras do PSD, bem como na aquisição estratégica do edifício PIAGET, como um espaço de acolhimento provisório com

Reina
Pereira

excelentes condições, evitando o recurso a desconfortáveis contentores, que quando o Executivo PS ganhou as eleições faltando apenas 1/3 de pagar a compra efetuada. Destaque ainda para o processo de expansão e reabilitação da Zona Industrial, com uma pré-candidatura assente na atempada aquisição do necessário terreno, que foi aprovada no valor de cerca de 3,1 milhões de euros, aguardando apenas a sua abertura de aviso.

A multiplicidade de candidaturas apresentadas e aprovadas são exemplos concretos de um contexto global de mais de 30 milhões de euros, que eu ainda não sei o que é que o Executivo PSD irá receber, contratualizados neste Quadro Comunitário: PEDU, 15,5 milhões de euros; parque escolar, 6,7 milhões de euros; 1,3 milhões de euros para o edifício PIAGET; Zona Industrial, 3,1 milhões mais 500 mil euros para a aquisição do terreno; Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, 2 milhões garantidos pelo Governo na negociação da agregação das águas em baixa, Ecopista da Linha do Tua, 550 mil euros, reabilitação do Pavilhão de Inatel, que continua por fazer e foi aprovada em dezembro de 2021, regadio tradicional de Contins, 350 mil euros, candidatura aprovada pelo PDR 2020, PICIE - Combate ao Insucesso Escolar - 550 mil euros, POSEUR - cadastro de água e saneamento 200 mil euros, POSEUR - ETAR dos Avidagos 150 mil euros, PROVERE - 200 mil euros aprovados, modernização administrativa 500 mil euros no âmbito da CIM-TTM.

Estão a perceber porque é que as taxas de execução caem no último ano? Porque acabaram as obras e as candidaturas do PSD, ainda que seja a Câmara a executá-las, porque passou de 4,3 para 10 no ano seguinte, 2021 para 2022. Esta é que é a realidade, e que não vemos nenhuma ideia para o futuro, porque nada está programado nem refletido nos documentos. E mais não digo. Porque somos diferentes, a nossa matriz autárquica está aqui plasmada, o quanto lutamos pela cidade e o quanto nos responsabilizamos perante os mirandenses em relação às suas expectativas. Não me venham cá mascarar os dados, porque aquela rubrica que ali estava de despesas de capital é prova provada de que não há boas despesas investidas neste momento no concelho de Mirandela.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO (CDU)* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Estou comovido, comovido porque, com a comoção de quem nos está aqui a assistir e quem está em casa, provavelmente a ver *online* é uma pena não nos acompanharem pela rádio, porque senão também seria uma comoção total, nem a chuva parava esta comoção.

Não vou entrar nessas dissertações porque realmente fica claro, depois de ouvir o que eu ouvi, tanto do Deputado *Rui Pacheco*, quanto do Deputado *Paulo Pinto* e obviamente, também do Senhor Vice-Presidente. Eu costumo dizer assim, aqueles dois humoristas portugueses que tinham um programa na rádio, que eram os irmãos (peço imensa desculpa por não saber o nome), mas que diziam assim: “Então e o povo, pá? Então e o povo? O povo, pá?” Bem, o PSD deixou aqui uma obra que o povo atrapalha-se a mexer nela, a tocar, a sentir e o PS para lá caminha. É engraçado, é engraçado, por isso é que eu digo que estou comovido, porque me lembrei desses tais dois irmãos que diziam: “Então, e o povo, pá?” E é verdade, é verdade, então, e o povo, pá?

Senhor Vice-Presidente, eu ouvi muito bem, estas explicações e obviamente, que os números são o que são e a representação dos números nas vidas das pessoas é aquilo que nós esperávamos que fossem, e não são e tem a ver com a vida de cada um de nós, de quem nos ouve.

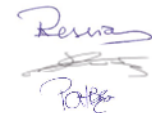
Não vou dissertar como o *Paulo Pinto* sobre as obras que fizeram, que deixaram de fazer e as execuções orçamentais, os Orçamentos que nós tínhamos de 30, 40 milhões e, depois, chegávamos ao fim do ano e a taxa de execução não chegava aos 70%, não passavam dos 70%. Às vezes, até muito menos, portanto, os 4 milhões, os 30 milhões, valem o que valem quando nós percebemos o que são afinal esses 20, 30 ou 40 milhões. Antes de continuar, eu só lhe queria perguntar, Senhor Vice-Presidente, duas coisas muito objetivas, porque sabemos como é que isto funciona e fica claro. Eu só lhe queria perguntar duas coisas. Uma delas é importante, porque eu tenho aqui o quadro número 12, o resumo da execução do Plano Plurianual de Investimentos. Só tenho duas perguntas para fazer, olhando para a taxa de execução e eu vou passá-las a enumerar:

Temos funções gerais, serviços gerais da Administração Pública: 92% da taxa de execução, administração geral 92%. Depois, temos segurança e ordem pública, com uma dotação corrigida de 1.500 euros, execução orçamental: zero. Temos funções sociais: educação, com 71%; no ensino superior, temos também 31,41%. E agora, chegamos à questão que me parece, e que fica claro, que devemos ter alguma leitura mais cuidada na questão da segurança e ações sociais, temos 0% de execução e 0% de dotação corrigida.

Isso demonstra exatamente o que está a passar. Quando falo “então e o povo, pá?”. Há outra questão aqui que eu deixo aberta para percebermos o quanto é importante, não só falarmos na questão dos bilhões, mas naquilo que se reflete concretamente na vida das pessoas. Tem a ver com os serviços culturais, recreativos e religiosos. Senhor Presidente, nós para a cultura e para os serviços culturais, religiosos e recreativos temos 47% de dotação, nem chegamos aos 50%. Para a cultura temos 50,25%, passamos um bocadinho os 50%, para o desporto, recreio e lazer, temos 45,57%. E aqui estamos a falar das pessoas, dos jovens, dos menos jovens, estamos a falar, provavelmente, a seguir ao paralelo, aos milhões que se encheram aqui a boca neste auditório, parecia uma Reunião do Conselho Europeu das Finanças Públicas e dos Orçamentos. Isto é o que diz respeito diretamente às pessoas, a questão da ação social e a questão da cultura: 47% na questão dos serviços culturais e religiosos, na cultura, 50%, e no desporto, recreio e lazer, 47,86%.

Senhor Presidente, isto mostra bem o estado da saúde do nosso concelho, porque falando de obras e aquelas que dizem diretamente com as pessoas. Eu tenho aqui um documento, não vou aprofundá-lo, porque vou ter a oportunidade de tocar neste assunto em outras Assembleias Municipais, mas tem a ver com a questão da oferta pública de imóveis feita pela Câmara Municipal, com uma dotação orçamental na ordem dos 4,700 milhões de euros para aquisição e reabilitação de imóveis na nossa cidade, que tem a ver exatamente com as pessoas, com o povo pá, com a questão da primeira habitação. Foram assinados contratos com vários proprietários e estamos a falar no investimento de 4,700 milhões de euros públicos para renda acessível.

Tive a oportunidade de fazer já uma pergunta ao Senhor Presidente, tenho aqui a pergunta para saber exatamente em que ponto se encontra este investimento. Porque, olhando para o quadro plurianual de investimento, temos aqui, na questão da habitação, uma taxa de execução de 98,70%. E depois, naquilo que também tem a ver com as funções económicas deste município: agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca, temos 99,84%. Estamos a falar de quê? Que taxas de execução são essas? 99,84% na agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca. Estamos a falar de uma dotação orçamental de 180 mil euros. Quando isto tem a



ver exatamente com a vida das pessoas: a agricultura, a pecuária, que é a grande maioria do tecido económico do nosso concelho. Estamos a falar numa dotação orçamental de 189 mil euros, e obviamente que temos uma taxa de execução de 99%. Porquê? Porque chegamos a meia dúzia de pessoas. Chegamos a meia dúzia, e obviamente que não é meia dúzia, isto é apenas uma forma de expressão, mas que não representa a realidade económica do nosso concelho.

Agora, para concluir, porque já não vale a pena falar mais, fiquei agradavelmente surpreendido, mas mesmo muito, muito, muito agradavelmente surpreendido pela satisfação e pela felicidade que o seu Vice-Presidente demonstrou quando disse que a derrama rendeu mais dinheiro a Mirandela. Reparem bem, aquilo que o PCP era criticado por poder exercer a derrama para ter exatamente no município formas de financiamento. O senhor Vice-Presidente veio dar razão à CDU, ao PCP: a derrama rendeu mais aos cofres da Câmara Municipal. Porquê? Porque a atividade económica foi maior. Muito obrigado, Senhor Presidente, pelo voto de confiança que nos deu.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço a brilhante apresentação que fez o nosso Vice-Presidente, *Orlando Pires*. Os números estão aqui muito claros, muito plasmados e podemos perceber e levá-los para a leitura que quisermos. É factual que há aqui uma melhoria no prazo médio de pagamento, quando chegamos a este Executivo, percebi que comecei a ter alguns contratempos, quando íamos para pagar, o prazo médio de pagamento que tínhamos era perfeitamente vergonhoso e hoje, está em dia. Isto tem que ser algo que tem que ser ressaltado e a economia local tem que nos dar esse mérito e dá-nos esse mérito. Quase não tínhamos as portas abertas, quase ninguém queria vender ao Município, mas neste momento o Município recuperou, fruto de uma gestão muito rigorosa este valor.

Isto é mesmo dizer as coisas e chamá-las pelo seu verdadeiro nome. Este é o maior indicador de uma saúde financeira que não existia até então. Tudo o que foi dito aqui, foi dito sob um ponto de vista de quase uma propaganda política. Não foi dito aqui nada da Prestação de Contas. O que foi falado aqui foram, efetivamente, algumas perguntas objetivas. Qual é o valor da dívida? Depois, eu respondo de uma forma muito objetiva, até porque ela está ali plasmada na apresentação que foi feita, na brilhante apresentação que foi feita.

Efetivamente, a responsabilidade do Município é de 9.962.672,61 €. Esta é rigorosamente a verdade, é a dívida do município. Porém, importa dizer que, para efeito de dívida, para efeito de capacidade de endividamento, são 5.465.167,91 euros, que é este valor que nos permite quando quisermos, socorrer a empréstimos para podermos fazer investimentos. Isto é factual. O valor da dívida de responsabilidade que temos que pagar é 9.962.672,61 euros, enquanto o valor da dívida para efeitos de capacidade de endividamento, que nos permite endividarmo-nos em mais de 4 milhões de euros, para aquilo que entendermos ser prioritário, é de 5.465.167,91 euros. Não há dúvida quanto a isso.

A capacidade de execução também é histórica, portanto, é factual. Não vale a pena estarmos aqui a olhar para elas. Todo o resto são considerações, mas podemos olhar para as coisas da forma que quisermos. Sabemos que, sob o ponto de vista da economia, olhamos e fazemos, e agora estamos aqui a dizer que temos Orçamentos grandes, mas depois, ao olharmos para a capacidade de execução, vemos 40%, 50%. Desculpem, vale o que vale. Acabam por criticar uma coisa que praticam. “Que bem prega *Frei Tomás*, fazeis o que ele diz, mas não fazeis o que ele faz”, foi isso que foi dito aqui hoje.

Eu vou ser muito lacónico nesta informação. Passarei a palavra ao Senhor Vice-Presidente para responder a alguma questão, se assim o entender. E depois, “Ó tempo volta para trás”, mas qual tempo? O tempo em que eu tinha uma luz acesa e uma luz apagada, porque não tinha capacidade para pagar a energia. É esse tempo que queremos voltar? Não, obrigado.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES*, autorizado a intervir, disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço ao Senhor Presidente. Se a Senhora Presidente permitir, gostaria de responder, pois também foram colocadas algumas questões, além das que o Senhor Presidente já respondeu. Respondendo diretamente ao Senhor Deputado *Carlos Ventura*, efetivamente, o Plano Plurianual de Investimentos em 2024 teve uma taxa de execução de 83,9%, como podemos ver na página 30 da Prestação de Contas, e também no quadro 20 e 21.

Neste caso, gostaria de dizer que, em relação ao Plano Plurianual de Investimentos e respondendo também a todos, entre 2021 e 2024, este Executivo investiu em Mirandela 31 milhões de euros, volto a repetir, entre 2021 e 2024, este Executivo investiu 31 milhões de euros e foi este Executivo que executou as obras nas escolas, na reabilitação do parque escolar.

É verdade que, quando chegamos ao Executivo em 2017, a obra da Escola Secundária já estava a arrancar e a obra da Escola do Fomento também já estava no início. Entretanto, este Executivo deu continuidade a esse plano de reabilitação de todo o parque escolar, reabilitamos a Escola do Convento e também a Escola Luciano Cordeiro, além de termos construído outro polo. Por isso, fizemos um investimento na ordem dos 8 milhões de euros, mas há aqui uma transição e um legado de 2017, para 2018 e anos seguintes. Este Executivo soube dar continuidade e conseguiu fazer face àquilo que era o garrote financeiro em que estávamos. Não paramos nenhuma obra, desde o Santuário de Nossa Senhora do Amparo, que também estava a iniciar, até a reabilitação das escolas, a ação ferroviária, as rotundas, o ciclo urbano da água, o investimento em ETAR's, a conduta de Cedães, a frota que estava uma situação deplorável e que temos vindo a reabilitar, a Bronceda, o envolvimento da ESACT, o regadio de Contins, a Ecopista, o Centro Municipal de Proteção Civil, o Bairro do Gate, a eficiência energética, entre outros projetos que fomos nós que implementamos, pois os custos eram brutais e não conseguíamos pagar. Daí estarmos com a dívida que estávamos. Além disso, o Vale da Cerdeira, o cemitério novo e a Zona Industrial.

Por isso, foram 31 milhões de euros que nós investimos e tem que ficar bem claro para os mirandelenses que, em 2017, o Município de Mirandela estava com uma dívida de 18 milhões de euros e que essa dívida passou para 9,9 milhões de euros. O prazo médio de pagamento situa-se atualmente em 17 dias. Isto sim, são contas certas de um Executivo do Partido Socialista.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou um pedido de esclarecimentos:



Senhora Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Vice-Presidente contradiz-se a si próprio na sua página do *Facebook*, em 25 de janeiro, afirmou que a dívida histórica do município, em 2024, passa para 5,5 milhões. Acaba de dizer agora que são 9,9 milhões.

Então, isto não faz sentido. Eu também posso levantar uma suspeita: está-me a dizer que o pagamento a fornecedores é feito em 17 dias. Se calhar, até não é. Peço, por favor, que seja enviada a prova do pagamento do primeiro trimestre a fornecedores. Faça chegar esta informação durante o decorrer desta Assembleia, que são os verdadeiros 17 dias, porque está a dizer que são 17 dias e podem ser 27 dias. Faça chegar durante esta Assembleia, por favor.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) solicitou um pedido de esclarecimentos:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Isto já está tudo manipulado, uns de uma maneira, outros de outra, e não se sabe mais o que se está a pedir. Apenas gostaria de referir uma coisa: o peso da despesa corrente, aquela do dia a dia, na despesa total é de 82%. É verdade, Senhor Vereador, diga isso.

Primeira pergunta, despesa total 82%, imaginem a gestão da vossa casa, da vossa Junta. A despesa de capital, é aquela que vocês querem lá nas Juntas, as obras, as ETAR's. É despesa de capital, aquela despesa boa que vocês fazem nas Juntas. Só foi 18%. O Plano Plurianual de Investimentos na despesa total corresponde a 11%.

O Senhor Vereador *Orlando Pires*, PS e cor-de-rosa, é o Vereador mais cor de laranja que eu conheço no País, pelo que acabou de fazer e agradeço a intervenção que fez, estou a falar sobre isso porque é o ponto mais importante desta Assembleia e acho que devemos explorá-lo e estudá-lo até ao limite.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECHO* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez, volto a ter de vir aqui, não chamar a atenção à Mesa, mas voltar à mesma questão de manhã. Um pedido de esclarecimento, é feito em função das respostas que são, ou não dadas de forma correta por parte de alguém do Executivo. Mais uma vez, depois de termos sido brindados com um comício de oito minutos do PSD, nesta parte, temos mais uma vez um pedido de esclarecimento que não foi rigorosamente nada, a não ser um acrescentar de um minuto e meio de propaganda.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta, *José Carlos Teixeira*, os números são da DGAL. É só consultá-los, nem sequer é um número apresentado pelo Executivo, ele é consultável na DGAL, portanto, relativamente aos 17 dias, pode consultá-lo, está lá e depois, se quiser colocar alguma questão, também poderemos responder.

É importante, porque nós precisamos perceber que, neste Orçamento, o valor que é transferido para as Juntas de Freguesia pela transferência de competências não está lá, mas está no nosso território, ou seja, aquilo que está nas Juntas de Freguesia, a Câmara abdicou desse valor e a DGAL transfere diretamente para as Juntas de Freguesia. Esta é a realidade, e isso não está aqui. As Juntas de Freguesia hoje têm uma capacidade de gerir os seus territórios, porque este Executivo o permitiu e sobre isso, ainda não foi dito.

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 31 votos a favor, nove abstenções (uma Membro CDU, seis Membros PSD e dois Membros CDS), oito votos contra (Membros PSD), aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2024 da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”

5.6 - Inventário 2024.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/04/2025, que se transcreve:

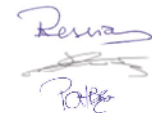
“**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o Inventário de 2024, de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município de Mirandela à data de 31 de dezembro de 2024 e respetiva avaliação nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;
- 2 - Submeter o referido documento à respetiva apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

5.7 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário Freguesia de Frechas.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/04/2025, que se transcreve:



“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 17.000€ (dezassete mil euros) para execução das obras propostas, à Freguesia de Frechas, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, na última Assembleia Municipal, tive aqui uma discussão com a anterior, não sei se é anterior ou atual, Presidente da Câmara, e tem exatamente a ver com o procedimento, vou dizer procedimento, vou dizer facilitismo, e que não acarreta, obviamente, custos, para quem faz a proposta, mas que devia merecer da nossa parte um maior escrutínio para aquilo que são os subsídios extraordinários atribuídos às Juntas de Freguesia ou qualquer outra instituição.

Não posso pactuar, e volto a repetir, a CDU não pactua com este procedimento. Não é aceitável para um pedido de subsídio, que tem um custo na ordem dos 17 mil euros, ou seja, está acima daquilo que é permitido dos 5 mil euros da contratação direta, vir acompanhado só por um orçamento. Isto não é admissível. Não é transparente. Peço desculpa. Há mais casos ali, e os que estão ali eu vou voltar a esta tribuna e vou denunciá-los. Isto não é admissível.

No mínimo, têm que apresentar três orçamentos. No mínimo, porque é aquilo que a Lei exige. Aquilo que a Lei exige, Senhores Presidentes de Junta, quem quer pedir apoios às Câmaras Municipais, tem que vir munido com três orçamentos. Se não, a CDU vai votar contra estes orçamentos, independentemente de estar a prejudicar a população de Frechas. Não posso pactuar, e volto a repetir, a CDU não pactua mais com esta situação. No mínimo, têm que apresentar três orçamentos, por uma questão de transparência.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta questão colocada e é legítimo que a possa colocar, nós estamos a atribuir um subsídio, mas se ler bem, na proposta diz que o Município vai fiscalizar a atribuição do mesmo, e naturalmente, que a Junta de Freguesia, através deste subsídio, não deixa de estar sujeita às regras da Contratação Pública. Só isso. Qual é a falta de legalidade? Nenhuma. portanto, será fiscalizado.

Este valor aqui foi meramente indicativo, pode custar mais, pode custar menos, mas nós temos que partir deste princípio. Vamos fiscalizar e vai ser cumprido o Código da Contratação Pública. Não tenha dúvidas quanto a isso.

----- Efetuada a votação e estando 45 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções e 42 votos a favor, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 17.000€ (dezassete mil euros) para execução das obras propostas, à Freguesia de Frechas.

5.8 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário Freguesia de Carvalhais.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/04/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 51.000€ (cinquenta e um mil euros) para execução das obras propostas, à Freguesia de Carvalhais, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, temos aqui mais um subsídio só com um orçamento. E o que é caricato, Senhor Presidente, com a questão da fiscalização e da contratação pública, eu não estou aqui a criar uma situação que possa levar a pensar aos Senhores Deputados que estamos a desconfiar de alguém. Não estamos a desconfiar de ninguém. Estamos a falar é no rigor e na transparência. Sabe porquê? Olhe, Senhor Presidente, aqui vamos atribuir um subsídio à Junta de Freguesia de Carvalhais de 51.892 euros. Mas, depois vemos o orçamento, no valor de 48.955 euros. Ou seja, o orçamento é feito à medida daquilo que é dado no subsídio. Então, qual é o critério? Meus amigos, isto não faz sentido nenhum. Desculpem lá, mas isto não é forma.

Quando nós falamos em transparência, quando falamos em execução, e estamos a falar em execução, que é muito importante. Para quem nos ouve lá em casa, através da transmissão *online*, que toda a gente quando vem aqui gosta de agradecer a participação de quem está *online*. Eu por acaso nunca o fiz, porque acho que isso é uma redundância. Mas quem nos está a ver, estamos a falar de dinheiro público.

E eu quero ver aqui três orçamentos, nem que os três digam a mesma coisa, que eu não acredito que o digam. Mas estamos a falar de três propostas, de três empresas diferentes, que podem fazer este trabalho a um preço mais baixo. Por isso é que se pedem os orçamentos. Ter um orçamento ou não ter nenhum, Senhor Presidente, peço-lhe imensa desculpa, não conta para nada.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *NÉLSON TEIXEIRA* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.



É uma dúvida aqui do Senhor Deputado, e só para lhe dizer que o orçamento não é feito à medida da verba que nos vai ser transferida, é o contrário: a verba que nos vão transferir é de acordo com o orçamento. Para bom rigor, nem orçamento se devia chamar. Isto chama-se uma consulta de preço ao mercado.

Para pedir um orçamento ao Município, seja do que for, e aqui, a obra que vai ser executada até é da competência do Município. Estamos a trabalhar para Mirandela, devemos fazer este esforço e, neste caso, o Município fez a transferência para a Junta de Freguesia para fazer isto. Pedimos preços ao mercado, para nos podermos basear num subsídio.

A obra vai ser executada, o dono da obra será, de facto, a Junta de Freguesia. O Município terá, neste momento, muitas contratações e confiou uma competência do Município na Junta de Freguesia. O dono da obra será a Junta de Freguesia de Carvalhais, que irá fazer o procedimento de contratação pública, que se chama pedido de preço ao mercado, que está feito. A seguir, será feita uma consulta prévia, que será com três orçamentos. Este é o preço do mercado que eu me baseei para pedir o preço ao Município e agora irá ser feito a consulta prévia.

O dono da obra será a Junta de Freguesia, será feita a contratação pública, em nome da Junta de Freguesia, que irá pedir para fazer a consulta prévia a três empresas. Será publicado no portal e será feito um contrato, juntamente com a empresa que ganhar esse subsídio. Isto poderá ser a mais, poderá ser a menos, poderá ter trabalhos a mais, poderá ter trabalhos a menos; cabe à Junta de Freguesia fiscalizar a obra e a Câmara só pagará este subsídio quando, no final da obra, eu lhe entregar a fatura correspondente à obra total. Só aí é que diz “a obra está aqui, a fatura total está aqui” e a Câmara fiscalizará a obra e transferirá a verba.

Não me vai transferir o dinheiro e eu faço o que quero com ele. É o rigor de fiscalização. Isto aqui é uma consulta, não posso pedir preços ao mercado a 10 empresas ou a três empresas. Este é o valor de mercado.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Em complemento da informação, se formos rigorosos na leitura do documento, podemos ver no documento da Obra Justa, neste caso concreto, Carvalhais, diz “*pré-proposta*” e depois, vai ser sujeito à contratação pública. Em função do valor, terá que ser sempre assim. E a fiscalização vai ser feita por parte do Município, de acordo com o estabelecido.

Não está aqui ferida de forma nenhuma, de qualquer ilegalidade. Acredite no que estamos a dizer. É uma questão de perspetiva. O Senhor Presidente *Nelson Teixeira* esclareceu muito bem, que isto deveria ser uma consulta ao mercado, para ser mais esclarecedor e se calhar, essa dúvida podia ser evitada, porque é assim que é feito: fazemos uma consulta ao mercado antes, para depois lançar um procedimento público, que é para percebermos do que estamos a falar. Para sabermos quanto o Município podia dispensar para a obra pretendida, tínhamos que ter essa consulta. Portanto, não está ferida de qualquer ilegalidade. Isto está tudo corretíssimo.

----- Efetuada a votação e estando 46 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções e 42 votos a favor, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 51.000€ (cinquenta e um mil euros) para execução das obras propostas, à Freguesia de Carvalhais.

5.9 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, Freguesia de Torre de Dona Chama.

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 101.000€ (cento e um mil euros) para execução das obras propostas, à Freguesia de Torre Dona Chama, conforme proposto.”

----- A Senhora Secretária da Mesa *PATRÍCIA BERNARDO*, invocou o art.º 9.º e a alínea a) do n.º 1 do art.º 69.º do Código do Procedimento Administrativo, ausentando-se da Reunião não tendo por isso participado na discussão e votação do referido assunto.

----- Efetuada a votação e estando 43 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções e 40 votos a favor, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 101.000€ (cento e um mil euros) para execução das obras propostas, à Freguesia de Torre Dona Chama.

5.10 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, Freguesia de Suções.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/04/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 21.000€ (vinte e um mil euros) para execução das obras propostas, à Freguesia de Suções, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Reina
Boa

Senhores Deputados, tenho aqui a proposta de atribuição de subsídio extraordinário à Freguesia de Suções. Tenho aqui a da Torre Dona Chama, que não intervi há pouco, porque ia repetir o mesmo. Guarde-a para o fim para poder repetir as duas coisas.

O subsídio de Suções, Senhor Presidente, apresenta três orçamentos: *DesterraTua Lda.*, *SM Máquinas* e *Paulo Jorge Alves Martins*. Então diz assim o Senhor Presidente da Junta de Carvalhais: “o mercado é que dita isto”. Estamos a falar num subsídio para a Junta de Suções de 21 mil euros. O que diz o mercado? O mercado da *DesterraTua Lda.*: 17 euros por m². O preço pela quantidade de 1775 m², deduzo eu que será isso. Preço de mercado do *Paulo Jorge Alves Martins*: 18 euros por m². Preço de mercado da *SM Máquinas*: 18,5 por m². E agora fazemos a média, como alguém diz, e fazemos o preço. Então, em que ficamos? Em qual ficamos? Ficamos no do mercado, que é um número de referência ou ficamos pelos orçamentos que estão aqui? Em que ficamos? Ficamos nos 18 euros por m², nos 17,5 por m², nos 18,5 euros por m² ou nos 17 euros por m²?

Senhores Deputados, já disse que não tenho qualquer tipo de problema nisto, só que eu estou a votar num subsídio que, a meu ver, a partir destes três orçamentos, até podia ser dois, mas são três. Quero acreditar que vai ser aprovado o de 17 euros por m². Correto? É isso que eu vou votar. Vocês estão a pedir que eu vote, mas desculpem lá, vamos ser claros! Vou dar o meu voto a um subsídio, estamos a falar de dinheiro público. Quero saber qual é o valor que a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia, não me interessa, o dinheiro é o mesmo, é público, qual é o valor que vai pagar por esta obra?

Tenho aqui três orçamentos, e eu deduzo que o meu voto, sendo a favor, vai ser para a empresa que apresentou o melhor preço: 17 euros por m². Vou dar o meu voto a uma empresa que apresentou uma proposta de 80 mil euros mais 95 mil euros. E fico sujeito a isto. Fico sujeito a isto! E não quero sentir-me condicionado no meu voto. Ou seja, para votar a favor, tenho que perceber o que está em causa. É só isto que eu peço: transparência e clareza. Mais nada, Senhor Presidente.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avantos e Romeu *BERNARDINO PEREIRA* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Com a minha experiência, tenho que dizer que com 17 euros por m² ninguém consegue fazer um metro de calçada. Depois colocam a obra a concurso e aí depende: pode ser 20 euros por m², pode ser 21 euros por m², pode ser 25 euros por m², porque aquilo foi mais ou menos o orçamento e quem fez o orçamento, depois, quando concorrerem, têm de fazer as contas.

Agora fizeram um orçamento, pediram-no e apresentaram-no. Mas depois, no concurso, é que se vê. Até pode, de um momento para o outro, o preço dos materiais subir, como às vezes acontece com os cubos, que sobem muito rapidamente, podendo ir até aos 25 euros por m². Quer dizer, os orçamentos são como tudo: um indivíduo pede orçamento a este, àquele e ao outro, mas quando a pessoa tem má-fé, rouba-os de qualquer maneira. O problema está na má-fé.

Para mim, o orçamento aqui é mais ou menos uma estimativa para a Câmara atribuir o subsídio. Depois, se esse valor não chegar, tem de ser a Junta de Freguesia a cobrir a diferença. Se for mais barato, acontece o contrário.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente *Bernardino Pereira*, eu sei que essa é a prática. Mas eu aprendi uma coisa com um amigo, que há muitos anos atrás me disse: “*Meu amigo, não compres sem teres dinheiro e sem teres um orçamento*”. Não compres se não tiveres dinheiro, e não faças a obra se não tiveres um orçamento.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Quería fazer um pequeno esclarecimento relativamente aos três orçamentos. Sim, são 20 mil euros, pedi os três orçamentos. No entanto, os valores não podem ser taxativos. Tanto mais que, a obra para a qual pedi o subsídio já tinha parte do material, porque a Câmara Municipal doou parte dele e, depois, era tudo o resto.

Portanto, parte do material já estava, o que é diferente de uma obra em que seja necessário tudo. Por isso, se acham que é muito barato, é precisamente por causa disso.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *NÉLSON TELXEIRA* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a estes assuntos e a estes subsídios, solicitava à Mesa, acho que já foi aqui pedido, que estes subsídios nem têm que vir à aprovação da Assembleia.

Acho que existe uma prerrogativa no Orçamento Municipal, onde dita que estes subsídios têm que vir à Assembleia. Mas que venham à Assembleia, por uma questão de transparência do Executivo, para conhecimento. Não é uma competência desta Assembleia estarmos a aprovar se é X ou se não é; por uma questão de transparência. Fazia este repto à Mesa ou ao Executivo, para que fizessem isso. Não estávamos aqui a perder tempo a votar contra ou a favor. À partida, não há nenhum colega que vote contra, porque é um investimento para Mirandela e não é nossa competência.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *LUÍS SOARES* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, permita-me, em relação a esse assunto, explicar por que razão vêm à Assembleia Municipal os subsídios extraordinários às Juntas de Freguesia.

Está inscrito no Orçamento da Câmara Municipal de 2025 que quaisquer subsídios extraordinários às Juntas de Freguesia têm que vir a este Órgão Deliberativo. Pode a Câmara, se entender, fazer uma proposta à Assembleia para dispensar a deliberação deste Órgão. Contudo, terá que vir, naturalmente, sob proposta da Câmara, aprovada inicialmente em Reunião de Câmara e só depois poderá, então, vir aqui a esta Assembleia para deliberação.



----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Jorge Humberto*, efetivamente, o facto de termos aqui três orçamentos encerra o mesmo quadro, e quando for a consulta prévia não quer dizer que quem apresentou 17 euros por m² não possa vir a apresentar 20 euros por m², ou que quem apresentou 20 euros por m² não possa apresentar 15 euros por m².

Isto continua a ser só uma consulta ao mercado, que vai delinear depois, até porque, como disse e muito bem o Senhor Presidente *Bernardino Pereira*, que tem essa experiência, não sabemos, no ato da contratação qual é o custo do material, em que estado é que se encontra. Portanto, temos que ver isto sob o ponto de vista de entendermos qual é o valor que vamos atribuir e depois ser feito o procedimento. E no procedimento, esse orçamento é que tem validade.

Este orçamento, neste momento, não tem validade. A Junta de Freguesia não vai atribuir a A, B ou C, porque vai ter que fazer uma consulta prévia. E ao fazer a consulta prévia é que vai ter que depois a resposta, em função do que cada operador económico, e em função inclusivamente daquilo que vier a ser colocado no caderno de encargos. Portanto, isto obedece ao Código de Contratação Pública. Não há aqui nenhuma questão ilegal. As questões que estão aqui são só para nos orientarmos em relação ao valor a atribuir.

Concordo perfeitamente com o Senhor Presidente de Junta, *Nélson Teixeira*, já tínhamos até abordado esta questão. Podemos também, no futuro, propor que estes aspetos sejam dados a conhecer, porque não há histórico nenhum de um subsídio proposto a uma Junta de Freguesia ter sido reprovado. E acho que é um tempo que podíamos utilizar para outras questões, que não estas. Também concordo consigo.

----- Efetuada a votação e estando 48 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções e 45 votos a favor, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 21.000€ (vinte e um mil euros) para execução das obras propostas, à Freguesia de Suções.

5.11 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário, Freguesia de Passos.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/04/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 50.000€ (cinquenta mil euros) para execução das obras propostas, à Freguesia de Passos.”

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções e 45 votos a favor, aprovar a proposta de atribuição de um subsídio extraordinário de 50.000€ (cinquenta mil euros) para execução das obras à Freguesia de Passos.

5.12 - Proposta de Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para assunção de compromissos plurianuais.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/04/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter a discussão e aprovação da Assembleia Municipal, conforme proposto:

1. A emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:
 - Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou
 - Os seus encargos não excedam o limite de 500.000 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ou
 - Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma financeiro de investimentos ou aquisições de bens e serviços por atraso no início, arranque ou no decurso da execução dos respetivos contratos.
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no n.º anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, sem prejuízo do previsto no art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.



3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.
4. O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes do n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025.”

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com três abstenções e 44 votos a favor, aprovar:

1. A emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:
 - Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou
 - Os seus encargos não excedam o limite de 500.000 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ou
 - Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma financeiro de investimentos ou aquisições de bens e serviços por atraso no início, arranque ou no decurso da execução dos respetivos contratos.
2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no n.º anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas, sem prejuízo do previsto no art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.
3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.
4. O regime previsto na presente deliberação aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes do n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025.”

5.13 - Autorização para abertura do procedimento para a concessão do direito de exploração do Bar da Central de Camionagem do Município de Mirandela.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 17/04/2025, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e submeter à Assembleia Municipal, para que esta autorize a abertura do respetivo Concurso Público, celebração posterior do correspondente contrato de concessão do direito de exploração do Bar da Central de Camionagem e aprove a proposta apresentada de composição do júri do concurso, bem como as condições gerais do mesmo, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções e 45 votos a favor, aprovar a abertura do respetivo Concurso Público, celebração posterior do correspondente contrato de concessão do direito de exploração do Bar da Central de Camionagem e aprove a proposta apresentada de composição do júri do concurso, bem como as condições gerais do mesmo.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

6 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Deputado Municipal **JOÃO REIS** (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Fui questionado há pouco, ali fora, pelo facto de não ter intervido no Relatório de Contas. Normalmente, sou eu que faço essas intervenções e não vim porque vou falar de uma coisa muito semelhante e muito próxima daquilo que se passou, em termos genéricos, com a apresentação dos números e com a questão da execução orçamental.

Reina
Bete

Já me ouviram aqui dizer que sou um apologista de que os orçamentos devem ser o mais realistas possível, dentro daquilo que é a possibilidade de fazer uma previsão e isso evitaria estas questões de haver sempre orçamentos retificativos. Se repararmos, são quase sempre para baixo. Se nós disséssemos: “basta abrir a rubrica da obra e depois, se vier o dinheiro, então aí sim”, tudo bem. Mas há esta necessidade de fazer orçamentos grandes, de 42 milhões, de 45 milhões e não estou, neste momento, a criticar o Executivo, acho que isto é transversal a toda a gente, mas acho que a seriedade faz falta na política e nós temos que ser o mais sérios possível.

E é por causa disso que vou falar, agora sim, relativamente aos números e unicamente aos números, ninguém está aqui a pôr em causa a obra, antes pelo contrário, é necessária e importantíssima, as comportas do açude, foi amplamente divulgado que seria um investimento de 1,9 milhões de euros, em que 75% era financiamento europeu, se não estou em erro, 15% pelo Fundo Ambiental e haveria 10% a ser pago pela Câmara. O que é certo é que ouvimos este número de 1,9 milhões de euros e dizem-me: “agora sim é que vai ser uma obra em condições, porque é preciso automatizar as comportas, porque é preciso controlar o caudal de uma forma mais automática” e por todos os motivos, mas depois, quando vamos ao concurso, são 358 mil euros, que é a primeira fase e eu digo assim: “Muito bem, é a primeira fase.”

Avançou-se publicamente com o número de 1,9 milhões de euros, mas os senhores correm o risco e acho que tenho o direito de achar que, provavelmente a execução não vai ser vossa. Portanto, estão-nos a dar a nós um benefício de quase 1,5 milhões de euros, ou então já querem tirar os dividendos daquilo que eventualmente não vão fazer. Pronto, é um bocadinho por aí.

Depois, relativamente a outro assunto: enquanto estava a verificar os dados no Base.Gov, apercebi-me de um contrato que, ou é engano, ou é ridículo, ou então passou-se ali algum problema, não sei, não faço ideia. Relativamente à conversão da Escola Primária dos Passos para um centro de acolhimento, foi contratado um projeto de arquitetura e especialidade, é um ajuste direto e penso que quem contrata é o Município, pelo que lá está escrito. Quem faz o serviço de arquitetura é uma sociedade e aqui é que começam as questões: *Sociedade Agrícola Herdeiros de Pedro Simões, Lda*. Achei interessante ser uma sociedade agrícola a fazer um projeto de arquitetura e especialidade, mas podia acontecer. Fui procurar o que aquela empresa, efetivamente, fazia. O CAE principal é o 02100, alguém sabe o que é? Silvicultura e outras atividades florestais. Gostava de saber se é engano? Se é mesmo assim? Se é normal? Só estou a questionar, não estou a pôr em causa.

Em setembro do ano passado, enviei dois requerimentos, que até hoje não foram respondidos e o Senhor Presidente, na altura disse-me, pelo menos sobre um deles, que era difícil, por causa da elaboração e do cálculo, mas agora que está na Presidência, anseio que se vá resolver a situação em breve e que teremos a resposta antes do final de setembro, porque se não, corremos o risco de ter de pedir a outro Presidente e eu acho que lhe ficava bem apresentar esses dados.

Entretanto e a propósito daquilo que há pouco se falava sobre a água e o Senhor Deputado *Jorge Humberto* falou e bem, a água é um problema que vai surgindo ciclicamente, no próximo verão, vamos continuar a ter esses problemas.

Vou falar de uma situação que surgiu após o apagão, mas que acontece recorrentemente, uma munícipe pediu-me encarecidamente para ler aqui uma mensagem para vosso conhecimento e para que as pessoas percebam que nem tudo são flores e que há pessoas com dificuldades reais e a água é um problema que é recorrente nos últimos anos. A culpa não é sempre do São Pedro, até porque agora chove imenso.

Então é assim: *“Sempre que há problemas no abastecimento de água em Mirandela ou roturas nas condutas, a zona da margem direita do rio fica sempre sem água durante horas, até dias. No ano passado, pela altura da festa, ficámos quase 48 horas sem água. Vi-me obrigada a contactar a empresa Águas do Norte, que inicialmente disse que ainda nem sequer tinha sido informada pelo Município.”*

Aconteceu recentemente, após a Feira da Alheira. Se é o volume de turistas que faz a água dos depósitos acabar, eu recuso-me a que haja mais festas na cidade. Acabemos com tudo, já que o Município não apresenta soluções. Antes éramos abastecidos pelos depósitos dos Eixes e isso não acontecia com tanta regularidade e agora é o caos. Esta madrugada, quando a água começou a regressar, demorou mais de 30 minutos a encher os depósitos da sanita. O banho da manhã foi com toalhas molhadas, porque a água não tinha pressão suficiente para permitir, sequer, que o esquentador acendesse.”

Depois falou-me de uma situação da qual não tinha conhecimento: naquele bairro parece que há uma construção ilegal há algum tempo. Aparentemente, houve ocupação de um terreno que estava abandonado ou algo do género. Não sei se têm conhecimento disso, talvez seja melhor ser a própria munícipe a fazer esta denúncia, mas, como senti da vossa parte tanta benevolência em fazer reuniões com os municípios, achei por bem trazer também esta situação.

A questão da água é exatamente esta, não é por ser cara, nem por ser barata. As pessoas querem é água, porque as pessoas pagam o que lhes pedirem, pois não têm outra solução, portanto, se quando chove e com as barragens cheias não temos água em casa, quero ver como vão resolver quando não houver água.

----- O Senhor Presidente da Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

É a primeira vez que tenho a oportunidade de cumprimentar a Mesa e também é a primeira vez que tenho a oportunidade de cumprimentar o Senhor Presidente, que se portou muito bem hoje. É a minha opinião, vale o que vale, mas acho que é relativamente unânime.

Eu não tive oportunidade no dia 25 de abril, por muito que me tivesse custado, de intervir. Fiquei com dois “espinhaços” na garganta, e não tenho como não desabafar agora neste momento. E é a isso que dedico esta intervenção.

Começo por manifestar a minha grande preocupação, porque agora temos ali o “Chega”, já não é o CDS-PP, portanto, é um CDS travestido. A intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares* roçou a ofensa, o Senhor Deputado e tenho pena que aqui não esteja, aproveitou o momento Solene do 25 de Abril para atacar e insultar tudo e todos, todos os que pôde. Começou por atacar quem não estava aqui para se defender: a Senhora Presidente, julgando as intenções e tudo que está por trás da decisão da Senhora Presidente em concorrer à Assembleia da República.

Renata
Boa

Depois, pôs em causa o processo absolutamente natural da subida do atual Presidente, por ser o segundo da lista, pôs em causa as qualidades do Senhor Presidente para ser Presidente da Câmara, pôs em causa a mim, não falou no meu nome, mas foi direto. A mim e ao meu colega *Nelson Teixeira*, por sermos Presidentes de Junta e simultaneamente funcionários municipais. Tenho pena que o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* não esteja aqui, porque tinha todo o gosto em lhe dizer isto olhos nos olhos. O que ele fez foi um triste papel para o 25 de Abril.

Disseram-me que o Senhor Deputado *Hernâni Moutinho* o abraçou. Custa-me acreditar, porque quem se recorda da intervenção do Senhor Deputado *Hernâni Moutinho* no ano passado aqui nesta sala, sabe que foi um discurso de outra categoria, aliás, o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* surpreendeu-me. Normalmente, pauta as suas intervenções por uma alta qualidade, não sei se foi esta véspera de eleições que provocou algum desnorte, mas foi com profundo desagrado que ouvi a sua intervenção.

Depois, o outro “espinhaço” que também me ficou entalado aqui na garganta, esse num tom difícil, porque tenho um relacionamento pessoal e é uma pessoa que considero meu amigo, que foi o meu colega, Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, dizer que Mirandela mergulhou num coma há 8 anos, isso é cuspir no prato onde se come, não é mais nada.

O Senhor Deputado *José Carlos Teixeira* tem uma coisa muito boa e isso ninguém o pode negar, que é a transparência absoluta. E é de tal forma transparente, que publica tudo o que faz na página de Frechas, portanto e estavam a dizer que não era do interesse do Município, mas é, saber o que faz uma freguesia da dimensão de Frechas.

Portanto, em 2025, o meu caro colega Presidente de Junta *José Carlos Teixeira* já fez o seguinte e vou ler o que está publicado:

- Fez o espaço envolvente da Escola Primária de Vale da Sancha;
- Construção de um muro de suporte na rua D. *Manuel I*;
- Promoveu uma viagem gratuita para maiores de 60 anos, um passeio de barco nas seis pontes do Rio Douro;
- Promoveu um curso gratuito de 50 horas de aplicação de fitofármacos;
- Fez a pavimentação de passeio no bairro da Bela Vista do Nordeste, no Cachão;
- Melhoramento do espaço do Jardim de Infância e Sede da Junta;
- Intervenções para segurança no Cachão;
- Projeto em parceria com o Parque Natural Regional do Vale do Tua — um projeto de *birdwatching* e astroturismo.
- Fez a pintura dos muros dos cemitérios de Frechas, Cachão e Vale da Sancha;
- Fez o canteiro no Cachão;
- Limpeza de bermas e regularização de caminhos rurais;
- Herbicida e controlo de pragas na foz da ribeira de Frechas;
- Ramal de água para o cemitério de Vale da Sancha;
- Melhoramento do local de aprovisionamento e logística;
- Instalação de ar condicionado num dos equipamentos;
- Limpeza da ribeira do Cachão;
- Pavimentação da rua em Vale da Sancha;
- Pavimentação do passeio da rua C, no Cachão;
- Eventos promovidos: 5.º Convívio de Canoagem, fecho do ano letivo dos jardins de infância, Feira dos Ramos, passeio sénior, entre outros;
- Tem dois funcionários e uma carrinha.

E agora pergunto, é isto um concelho que está em coma? Comas destes, toda a vida.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) solicitou a palavra para defesa da Honra:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Tenho que felicitar o colega de Junta *Eurico Carrapatoso*, que muito me elogiou e agradeço. É sinal que fiz obras. Gostava que mencionasse também as de Alvites, é pena que não as tenha mencionado. Agora, fez mal o trabalho de casa e eu vou-lhe explicar porquê.

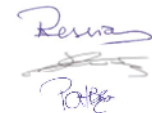
Quando menciono alguma obra que é o Município que faz, eu digo que é do Município e agradeço. O muro da Rua D. *Manuel I* ainda não está concluído, portanto, não está no folheto da Junta de Freguesia, porque o folheto a que se está a referir é entregue sempre em dezembro do ano anterior. O passeio sénior vai-se realizar no dia 8 de junho, só ainda estão abertas as inscrições. Assim como a formação que mencionou é uma parceria com a Associação dos Apicultores, só ainda foram feitas as inscrições, ainda estamos à espera da homologação da sala e do respetivo trator, portanto, inventou um bocadinho, desculpe que lhe diga, fez mal o trabalho de casa.

Só mais uma coisa, nós não temos dois funcionários. A Junta de Freguesia tem um funcionário, que é dos quadros há mais de 20 anos. Depois temos pessoas que prestam serviço para a Junta de Freguesia, um prestador de serviço, que vai à base de contratação e faz recibo verde em função das horas que está para a Junta.

Quanto à carrinha, ela é nossa e está paga, não devemos nada a ninguém.

----- O Senhor Deputado Municipal *HERNÂNI MOUTINHO* (CDS) solicitou a palavra para defesa da Honra:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.



Antes de mais, eu gostaria de felicitar a Mesa pela sua eleição e dizer uma coisa que me parece elementar e de certo modo, inédito, que é o facto desta Assembleia, pela primeira vez, ser presidida por uma mulher. Felicito-a por isso.

Quanto ao resto, eu penso que este é um espaço de liberdade e como tal, a declaração que o Senhor Deputado, Professor *Virgílio Tavares*, fez aqui, fê-la no exercício desse direito de liberdade e democrático. Não pode, Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso*, surpreender-se com o facto de eu cumprimentar o Professor *Virgílio Tavares* pela intervenção que fez aqui. O que é surpreendente para mim é que o Senhor Deputado venha atacar o Professor *Virgílio Tavares* sabendo que ele não está aqui.

O que disse do CDS não percebi muito bem, mas o CDS continua a ser o CDS. Tem uma declaração de princípios fantástica, nascida com o Eng.º *Adelino Amaro da Costa* e com o Professor *Freitas do Amaral* e no CDS não há o hábito de insultar ninguém, de tratar mal seja quem for. A nossa postura aqui tem-se pautado sempre pelo respeito das opiniões dos outros, ainda que porventura divergentes das nossas.

É lamentável que tenha feito isso, tenho pena. Tenho consideração por si, como sabe, tenho respeito por si também, mas não posso deixar impune um ataque desses a uma pessoa que não está cá.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS ESTEVES* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Existe um projeto de interesse municipal, na Quinta do Choupim, em Barcel. Gostava de saber em que situação se encontra este projeto? Uma vez que foi aprovado por esta Assembleia no passado 10 de setembro de 2020 o seu interesse extraordinário, e já passaram quatro anos, será que ainda não passou do papel? Existe este investimento? Em que situação se encontra?

Em relação ao desafio que lancei à Assembleia em defesa da Unidade de Saúde de Mirandela, constatei que até à data, pelo menos publicamente, a Assembleia ainda não se manifestou sobre este assunto.

A propósito do apagão do passado dia 28, informo que a Unidade de Mirandela foi a única das três unidades que conseguiu dar resposta ao nível do exame de tomografia computadorizada, TAC. Além dos doentes de Mirandela, demos resposta aos de Bragança e aos de Macedo de Cavaleiros. É de louvar a resiliência dos Técnicos Superiores de Radiologia desta Unidade que, não obstante ostracismo político, a que frequentemente é votada esta Unidade, continuam firmemente a dar o seu melhor.

Já agora, não posso deixar de reconhecer também o Serviço de Instalações e Equipamentos de Mirandela, pelo planeamento feito com a devida antevisão e preparação para este possível cenário, pois foi a única Unidade que conseguiu trabalhar nestas condições. Em meu nome pessoal e do grupo municipal do PSD, muito obrigado.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sinto-me muito identificada com o Senhor Deputado *Jorge Humberto*: “*E o povo pá?*” É do povo que eu venho falar e venho falar de um povo em especial, que faz parte da minha freguesia, o povo dos Eixos. Quando foram eleitos, quando o PS entrou para a Câmara, por vontade do povo, os Eixos tinham o saneamento praticamente completo. Estavam a negociar um terreno e depois foi doado um terreno com um depósito enorme que está lá a estragar-se ao sol e à chuva, para a aldeia ter saneamento, passado este tempo todo, continua sem saneamento.

A Rua da Escola, a tão famosa Rua da Escola, que há tanto tempo já veio para a comunicação social, foi-me dito e o Senhor Presidente estava presente que, a seguir a estas eleições, portanto no início deste mandato, que era uma promessa pessoal da Senhora Presidente da Câmara. Senhor Presidente, como é? Deixou-lhe isso escrito em Ata, que tem que ser cumprido, ou então vem a Senhora Presidente cá para completar a rua? Como é? O pessoal dos Eixos vai continuar sem rua? É que eles só conseguem subir e descer os carros, porque a Junta de Freguesia já, mais que uma vez, teve que lá ir betumar aquilo, mas passado uns tempos, está tudo outra vez na mesma. É que esta rua já cá veio não sei quantas vezes e não foi só aqui, foi à rádio. As pessoas dos Eixos estão cansadas de pagar saneamento e não o ter.

Há lá um café, é o único que há lá, que só tem direito a que vão lá uma vez esvaziar a fossa, portanto, ter um café numa outra localidade qualquer, se calhar até em outras localidades, onde nem há café e investe-se, toda a gente tem direito ao saneamento, mas as pessoas cansam-se de esperar, é só isto que eu quero dizer.

Portanto, dizia “o povo”, eu digo as pessoas, porque o povo somos todos e há pessoas do povo que estão muito satisfeitas e têm razão para estar e há pessoas do povo que não podem estar satisfeitas de maneira nenhuma. Agradecia que o Senhor Presidente me respondesse, se é a Senhora Presidente quem vem cumprir a promessa que fez pessoalmente às pessoas de lá, ou se é o Senhor Presidente que vai cumpri-la.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É pena que o meu colega *Eurico Carrapatoso* já não esteja presente, porque vou-lhe dizer, sou o único Presidente de Junta que se dá ao trabalho, há quase sete anos, com transparência, de mostrar aquilo que faço. É preciso transparência para se mostrar onde se gasta os dinheiros públicos. Isto é que é transparência, mostrar onde se gastam os dinheiros públicos, para que as pessoas do Cachão saibam, para que tenham perceção do que se faz em Vale da Sancha, em Frechas, porque muitas vezes não têm essa ideia. Isto é que é trabalhar com rigor e transparência.

Senhor Presidente da Câmara, diz que está na DGAL e gostei da sua resposta, o problema é que eu estive a pesquisar e só encontro dados na DGAL até 2023. Vocês têm computador, já fizeram uma projeção, agradecia que no decorrer desta Assembleia, fizessem uma projeção dos dias de pagamentos referentes ao primeiro trimestre de 2025, se faz favor.

Há quem diga que a Senhora Presidente *Júlia Rodrigues* também não fez rigorosamente nada neste mandato. Desculpem, mas não posso concordar, não posso concordar, nomeou quatro Adjuntos, repito, quatro Adjuntos para o seu Gabinete de Apoio à Presidência, isto é que é obra. Então e todas as nomeações dos Secretários para os Gabinetes de Apoio ao Executivo? Os 10 dedos



das mãos não chegavam para contabilizar estas nomeações e o mais caricato é que, quando abandonou a Presidência, não tinha nenhuma Secretária. Eram todas tão boas profissionais que, pasmem-se, entraram todas para o quadro de trabalhadores da Câmara. Ainda mais caricato é que, ao abandonar a Câmara, o atual Executivo Municipal passou a contar com outra Vereadora, mas sem Pelouro nenhum, vai à Câmara de duas em duas semanas.

Chegados aqui, também não posso deixar de dizer, é de louvar que a Senhora Presidente, ao abandonar a Câmara, tenha empurrado o Senhor Vereador *Vitor Correia* para Presidente. Na verdade, este Vereador não tinha sequer aceiteado desempenhar o cargo de Vice-Presidente. Quando falei na Assembleia de setembro, alegadamente, tinha já muitos pelouros e muito trabalho como Vereador. Afinal, o problema estava apenas numa pequena palavra, mas que faz toda a diferença, pois não é a mesma coisa ser Vice-Presidente, ou ser Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Até já o trataram por Doutor nas cerimónias do 25 de abril e também nesta Assembleia, existe obra da Senhora Presidente *Júlia Rodrigues*.

Aproveito para saudar a Mesa que cessou funções, pelo exemplar trabalho e rigor, transparência e profissionalismo como sempre conduziram os trabalhos desta Assembleia Municipal. É pena que não esteja presente o Dr. *Francisco Esteves*, mas permita-me que, na sua pessoa, felicite também os Secretários da Mesa pela imparcialidade e dedicação com que os três Membros sempre exerceram as suas funções. Muito obrigado aos três pelos serviços prestados.

Contudo, apesar da vossa conduta exemplar, ao tomarem a decisão de se demitirem em bloco pelas razões que aqui invocaram, mas mantendo as vossas funções até à formação, nos termos da lei, da nova Mesa, lamentavelmente, ainda houve duas tentativas de empurrar a Mesa antes do tempo permitido por esta Assembleia.

Primeiro, um abaixo-assinado para convocar uma Assembleia Extraordinária, sem ter em conta sequer as despesas que isso acarreta e que pagamos todos nós, os contribuintes. Esse abaixo-assinado foi subscrito por 25 Membros da Bancada do PS e dois da Bancada dos Independentes, que veio a ser chumbado na Comissão Permanente, com sete votos contra e um só a favor do Partido Socialista. Daqui retiro uma conclusão pessoal, na política, os nossos inimigos políticos estão na nossa Bancada e os nossos adversários políticos estão nas outras Bancadas.

Não satisfeitos, houve uma segunda tentativa, pelo Líder da Bancada do PS, fez uma comunicação com a mesma finalidade, com base num parecer de três Juristas do Grupo Municipal do Partido Socialista que, curiosamente, também são trabalhadores da Câmara Municipal. Chegados aqui, pergunto: então os três Juristas do quadro de pessoal da Câmara também já dão pareceres para a Bancada do Partido Socialista? Cobraram honorários? Independentemente desta possível incompatibilidade, que deverá ser denunciada pela nova Mesa que hoje inicia funções.

Isto é que é obra, minhas Senhoras e meus Senhores. Isto é que é obra.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira *ARMÉNIO VAZ* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Só queria colocar mais algumas questões ao Senhor Presidente, visto que de manhã não consegui fazê-lo.

Na anterior Reunião da Assembleia Municipal, questioneei a Senhora Presidente *Júlia Rodrigues* sobre os cães vadios, sobre o matadouro e sobre a empresa de Lãs do Cachão, como se deve recordar, a Senhora Presidente *Júlia Rodrigues* ficou de resolver estes assuntos dizendo que, quanto à empresa das Lãs, o atual Senhor Presidente *Vitor Correia*, iria reunir com a Direção da empresa e que me daria conhecimento. Foi feito alguma coisa para resolver estes assuntos? É que os cães vadios continuam por lá a fazer as mesmas asneiras e quanto aos outros assuntos, nada se alterou.

Senhor Presidente, espero e desejo que a sua forma de gerir o nosso concelho possa ter agora “um novo caminho”.

----- A Senhora Deputada *GRACIETE RAMOS* (PS) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

O assunto que vou abordar tem a ver com a segurança rodoviária. Tenho assistido a um forte crescimento de utilizadores de trotinetes elétricas na nossa cidade. As trotinetes são soluções de mobilidade muito versáteis, económicas e promotoras da sustentabilidade ambiental. Contudo, a crescente utilização deste meio de transporte alternativo reflete-se também no incremento de acidentes envolvendo estas trotinetes elétricas.

Segundo o Relatório Anual da Sinistralidade, Fiscalização e Contraordenações Rodoviárias 2023, da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária: em 2023, os acidentes com trotinetes e bicicletas aumentaram 38,2% em relação a 2019 e 8,1% face a 2022. Ao todo, contabilizaram-se 3.239 acidentes com aquele tipo de veículos e 26 mortos na sequência destes desastres, nomeadamente aqui no Distrito de Bragança. Mas os números podem ser bem mais alarmantes por vários motivos, por exemplo: os acidentes que não foram registados pelas autoridades e ainda não temos conhecimento do Relatório Anual referente ao ano de 2024.

Creio que as pessoas que usam estes meios de mobilidade não estão conscientes de que as regras do Código da Estrada também se lhes aplicam, e que podem ser punidas por comportamentos de risco, como: conduzir com excesso de álcool; com auriculares; circular em sentido contrário ou em contramão; circular no meio da estrada; não utilizar luzes à noite; conduzir com apenas uma mão. Enfim, várias situações. Há um longo caminho a percorrer em termos de boas práticas e de respeito pela legislação em vigor. Torna-se necessário impactar os utilizadores destes meios de mobilidade, gerando consciencialização e responsabilidade social.

Neste sentido, os municípios possuem um papel essencial no fortalecimento da segurança pública, sendo agentes estratégicos para a promoção de um ambiente mais seguro e organizado, formulando políticas públicas integradas, eficazes e adaptadas às suas realidades. As cidades devem estar preparadas para enfrentar os desafios de segurança, adotando medidas preventivas.

Deixo aqui a sugestão ao Município para que, em colaboração com as diversas entidades, possa avançar com campanhas de sensibilização junto destes utilizadores, também dos mais jovens, das escolas, dos cidadãos em geral e, principalmente, dos utilizadores destes meios de mobilidade, alertando-os para que adotem um comportamento mais responsável e que à luz da legislação em vigor, também eles estão abrangidos pelo Código da Estrada, podendo ser punidos por eventuais infrações, de forma a podermos tornar a nossa Cidade mais segura, tanto para os automobilistas, como para aqueles utilizadores de trotinetes. No fundo, para todos os mirandelenses.

Reina
Boa

Aproveito o ensejo para homenagear todos aqueles trabalhadores que, no dia 1 de maio de 1886, iniciaram uma greve com o objetivo de conquistarem melhores condições de trabalho e que serviram de inspiração para muitos de nós. Digo: já passaram 139 anos e continuamos nessa luta.

Aproveito para homenagear também todos os trabalhadores atualmente, que muito têm dado de si e que têm lutado por melhores condições pessoais e de trabalho. Desejo a todos um bom feriado de 1 de maio.

----- O Senhor Deputado Municipal *EMANUEL BATISTA* (PSD) disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

O que me traz aqui tem a ver com o setor agrícola e com o pouco empenho deste Município no setor. Como mudámos de Presidente, pode ser que as coisas venham a melhorar e traz-me aqui a situação do apagão.

O apagão não foi solucionado, a nível agrícola, pelo Município nem se calhar, teve conhecimento. O Matadouro do Cachão foi suspenso às 11:30 horas da manhã e esteve assim até às 18:00 horas, momento em que voltou a haver luz, para que as câmaras frigoríficas pudessem dar sequência a 26 animais que foram abatidos naquela manhã.

Pergunto ao Município se existe, ou se estão a prever, alguma medida para situações futuras, nomeadamente a aquisição, ou instalação de geradores, para que tal não volte a acontecer. Digo isto porque tenho informação de que, se passassem mais duas ou três horas, aquelas 26 carcaças iriam para o lixo.

Pergunto ainda, dado que existe uma Equipa Multidisciplinar no Setor Agrícola, se essa Equipa tem dado apoio suficiente à situação pecuária, porque tenho conhecimento e fazendo parte do Conselho Consultivo Agrícola, existem anos de atraso no apoio à pecuária e esta falta de apoio está a levar os agricultores e os pastores a abandonarem. Sabem quantos bovinos existem no concelho de Mirandela? 571. Isto não é nada. Temos 22 mil pessoas em Mirandela. Se tivéssemos as fronteiras fechadas, ou se deixássemos de ter retorno de alimentação, pouco mais de uma semana bastaria para abater todos os animais e ficávamos sem carne.

Sabem quantos pequenos ruminantes, ovelhas e cabras, existem no concelho de Mirandela? 13.336. Precisamos de muito mais. Em vez de termos apenas Sapadores Florestais, podíamos ter ovelhas a fazer o papel de sapadores florestais. Assim, teríamos caminhos limpos e acessos livres pelos montes fora. Gostava que esta política do Município e dado que somos um Município com 80 a 90% ligado ao setor agrícola, tivesse outra visão para a pecuária.

Também queria perguntar ao Município o seguinte, no final da Rua F da Zona Industrial, está a ser depositada os monstros da cidade de Mirandela, dado que não existem locais próprios em Mirandela para depositar os mesmos, agradecia que o Município, de 15 em 15 dias, ou ao final de cada semana, fizesse a limpeza daqueles monstros.

O caminho que dá acesso à Escola Agrícola, está a tornar-se um autêntico local de detritos, que são depositados na bermã da estrada da tal Rua F e depois passam para o caminho adjacente. Gostava também de perguntar quais são os limites da Rua F, relativamente à sua continuação, entre onde depositam os detritos e o início do lote que pertence à família *Paulo Sousa*? Isto é, gostava de saber onde são os limites e gostava de saber se aqueles detritos que estão a ser colocados lá e que na semana passada foram cobertos com argila, se têm autorização do Município, ou se é um privado que está a deixar que esses detritos sejam depositados ali e depois sejam cobertos com argila?

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) solicitou a palavra para defesa da Honra:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Não vou fazer nenhum tipo de consideração sobre o que é que o Senhor Presidente da Junta de Frechas é, ou deixa de ser. Vou falar aqui, sobre o que aconteceu nesses dois momentos.

O que aconteceu e ficou bem esclarecido, penso eu, ou pensava eu que tinha ficado bem esclarecido, em sede de Comissão Permanente foi que, à luz de passar dois meses entre duas reuniões, foi amplamente consensual por quase metade dos Deputados desta Assembleia, que esse tempo seria excessivo e uma demissão que foi voluntariamente pedida, ou seja, ninguém a provocou, ninguém empurrou, ninguém demitiu a Mesa cessante, não justificava um intervalo de dois meses. Quisemos apenas que essa situação fosse resolvida de forma mais célere, essa era a nossa única vontade.

Quanto à questão levantada em relação ao segundo documento, sobre o entendimento de três Juristas que fazem parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, deixe-me só lembrar uma coisa, todos nós que aqui, uns com um tipo de vínculo, outros com outro, temos um contrato de trabalho com uma qualquer entidade, seja ela qual for, eu, por exemplo, tenho com o Hospital, com o Centro Hospitalar, ou com a ULS do Nordeste, mas nos dias em que estou aqui, não sou funcionário da ULS, tenho dispensa da minha atividade profissional.

Era o que faltava que qualquer um de nós, nos seus tempos livres, não pudesse tomar, ou dar opiniões, seja a um Partido, seja a uma associação, seja a um clube, seja ao que for. Se há dúvidas nesse entendimento jurídico, sugiro-lhe que faça uma exposição ao Ministério Público sobre essa matéria e logo veremos.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Boa tarde a todos. Vou então procurar dar resposta aqui aos diversos pontos, começando pelo Senhor Deputado *João Reis*.

Relativamente às Comportas do Açude, o projeto elegível era de cerca de 2 milhões de euros, foi financiado em cerca de 1,5 milhões de euros, aprovados esta semana, com uma taxa de financiamento de 75%, sendo certo que, desses 75%, do valor de 1.5 milhões de euros, 500 mil euros são da responsabilidade do Município, que terá de os cobrir com capitais próprios, mas está aprovado, o valor é cerca de 1,5 milhões de euros. A obra já está a decorrer, já temos maturidade na obra, o que significa que rapidamente poderemos recuperar este capital, portanto, não é meramente especulativo, não é publicitário, não é político. É com passos seguros que estamos a mostrar o trabalho desenvolvido. A questão das comportas e da sua segurança era uma necessidade e agora é uma realidade. O projeto foi aprovado com uma taxa de financiamento de 75%.

Renan
Boa

Relativamente aos dois requerimentos que tem pendentes, o primeiro refere-se ao investimento feito nas Juntas de Freguesia. Infelizmente, não temos ainda uma contabilidade analítica, que nos permita ir ao pormenor de tudo o que é investido em cada Junta. Mas procuraremos fazer um apanhado daquilo que for possível, para informar aquilo que é sabido, aliás, tudo o que é atribuído às Juntas passa pela Reunião de Câmara e depois vêm à Assembleia Municipal.

Depois, há outros valores que não passam por aqui, nomeadamente aqueles apoios diretos quando, por exemplo, se vai fazer a reparação de uma porta, o que seja. Há muito trabalho a fazer e é muitas vezes aí que nós não temos a verdadeira noção, mas procuramos, de forma indiscriminada, dar o apoio a toda a gente. Naturalmente, se tivéssemos essa capacidade de transformar essas ações, esse trabalho, nomeadamente, dos trabalhadores, estaríamos aqui na presença de um apoio muito substancial às Juntas de Freguesia e teríamos até algumas surpresas. Havemos de caminhar para essa capacidade de contabilidade analítica, que nos possa dar essas respostas de forma imediata e automática.

Relativamente à problemática da água e aproveito também para agradecer a simpatia com que referiu a questão da proximidade: sim, gosto de ser próximo das pessoas, mas não por uma questão política, são maneiras de ser. Só para perceberem a minha proximidade, ontem estive até às 02:00 horas da manhã, não fui para casa, não fui dormir enquanto não vi a água a correr no depósito R1, que é aquele que abastece Golfeiras. Tinha que perceber, com os meus olhos, o que é que se passa efetivamente. São sempre as mesmas pessoas a serem sacrificadas e é verdade que as pessoas que estão do lado de lá do rio, sempre que há uma falha de água, são os últimos a ter água.

Percebi muito bem e vou transmitir aqui, o funcionamento da água depende da gravidade, portanto, a água chega ao depósito de Vale de Madeiro via Azibo e depois é transferida de Vale de Madeiro para os depósitos do canal. A partir daí, é transferida para os restantes depósitos. Significa que neste *bypass*, quem está mais longe, mais a jusante, fica naturalmente prejudicado. Em relação a isso, não pode acontecer serem sempre os mesmos.

É verdade que outrora existia uma ETAR que estava em funcionamento e que dava resposta a esse setor. Ainda ontem, com a administração, estive em contacto telefónico e vamos ter que reativar esse reservatório dos Eixos, para dar resposta em momentos de crise. Não podemos fazê-lo de forma simples e continuada, mas sempre que haja uma questão de crise, esse depósito tem que estar preparado para dar essa resposta. Existe essa ETAR e é obrigação das Águas do Norte e na próxima semana vamos ter uma reunião e vamos ter que “obrigar” a que seja protocolado. Essa questão é, para este Executivo, prioritária, não podemos ter aqui dois níveis de abastecimento sempre que há uma rotura e serem sempre os mesmos a serem prejudicados.

Efetivamente, acontece por esta razão, pela razão de o fornecimento ser gravítico e pela questão da localização. Não é nada contra aquelas pessoas, naturalmente, se fosse ao contrário, seriam os do lado de cá que sofreriam, mas não pode acontecer e tendo em conta que já existe uma solução, temos que a colocar em ação para dar resposta a isto. Obrigado pela oportunidade que nos está a dar de nós resolvermos estes assuntos e é assim que gosto e é assim que deve ser, serem apresentados problemas concretos e depois nós apresentarmos soluções concretas.

Ao Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso*, agradeço pela sua intervenção.

Relativamente ao Senhor Deputado *Carlos Esteves*, naturalmente fiquei muito satisfeito que o Hospital de Mirandela tenha esta capacidade de resposta, aliás, para mim não é novidade nenhuma, conheço bem a mais-valia e a resiliência de todos os funcionários que trabalham lá, que conseguem contrariar algumas vicissitudes a que estamos sujeitos ao longo destes anos todos e que são, para nós, muito constrangedoras. Muitas vezes, sentimo-nos quase com alguma impotência de poder dar resposta, mas parabéns por isso.

Também dizer que, foi possível fazer as TAC, porque o aparelho da TAC já foi repostado, antes, não havia TAC em Mirandela, tínhamos que recorrer a outras Unidades Hospitalares, mas felizmente, foi um ganho e é preciso dizê-lo, que está lá a TAC e que felizmente, está disponível essa resposta.

Sobre a proposta que fez aqui à Assembleia: naturalmente, não pode sair inconsequente. Ela foi aprovada e efetivamente, tem que se lhe dar saída e temos que fazê-la cumprir. Obrigado pela forma como apresentou os assuntos, que é muito importante. Saber apresentar o assunto é meio caminho andado para ele ser bem recebido e para ser bem entendido.

Relativamente à Quinta do Choupim e à Zaitun, passava a palavra ao Vice-Presidente *Orlando Pires*, que teve recentemente uma reunião com essas entidades, na qual não pude estar presente, que está mais dentro do assunto para dar o ponto de situação.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES*, autorizado a intervir, disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Tendo em conta que o Plano Diretor Municipal está em fase de conclusão e considerando que o Município e a Assembleia Municipal aprovaram um projeto de Interesse Municipal para o projeto da Zaitun, neste caso, a Quinta de São Silvestre, o Executivo entendeu, em sede de Revisão do PDM, constituir Unidades Operativas de Planeamento e Gestão para a Quinta de São Silvestre em São Pedro de Vale do Conde, para o Choupim e também para a Quinta do Convento.

Isto significa que, tecnicamente, a partir do momento em que são constituídas como Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, para que possam evoluir do ponto de vista do licenciamento, será necessário celebrar contratos para planeamento entre a entidade promotora e o Executivo Municipal. Trata-se de um assunto que será trazido a esta Assembleia, uma vez que este contrato para planeamento vai trazer obrigações aos promotores e também, vai vincular e legitimar os técnicos do Município para terem uma ação fiscalizadora.

Isto significa que os trabalhos serão feitos e custeados pelo promotor, mas que a nossa equipa técnica, composta por arquitetos e engenheiros, vai estar legitimada para irem validando as propostas de licenciamento. Trata-se, nas três situações, de empreendimentos de carácter turístico, os quais terão sempre a tutela do Turismo de Portugal.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Passando agora aqui para a resposta à Senhora Presidente *Lúisa Deimões*: sinceramente, não sei quem irá cumprir, mas vamos ter que cumprir. Não sei se será a Senhora Presidente, se quem é que é, como sabe, eu estou aqui legitimado até dia 18 de maio. Até



dia 18 de maio, garanto-lhe que não vamos fazer a obra. Penso que quer seja a Senhora Presidente, quer seja quem vier a suceder, estará em condições para dar resposta à rua da escola.

Relativamente ao Senhor Presidente *José Carlos Teixeira*, pediu para ser transmitido aqui um *slide*, ou uma informação onde estivesse patente que a DGAL tinha aqui refletido nas suas informações os tais 17 dias de pagamento a fornecedores.

Nós vamos fazê-lo, se permitirem.

----- O Senhor Vice-Presidente *ORLANDO PIRES*, autorizado a intervir, disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Tendo aqui o acesso do Município à DGAL, à Direção Geral das Autarquias Locais e tendo em conta que estamos no separador *Reporte Financeiro*, através do separador *Sisal*, é gerado a ficha do Município.

Fazendo o *download* da ficha do Município, como estão a ver, esta ficha do Município é constituída e já foi enviada, durante a Assembleia Municipal de hoje, para os Órgãos Municipais para que os Órgãos Municipais possam enviar à Senhora Presidente da Assembleia e que possa ser enviada aos Senhores Deputados Municipais.

A ficha do Município que é gerada pela DGAL tem aqui várias componentes, entre os quais, os dados da entidade, a receita corrente, o limite da dívida total, que neste caso, é 33 milhões de euros. Como dissemos há pouco na apresentação, não podemos usar os 33 milhões de euros de dívida, porque aplica-se depois uma fórmula, para questões de contenção de gestão financeira, tendo em conta aquilo que foi aprovado na Troika. Temos aqui a dívida total da autarquia e também aqui a DGAL coloca o valor de cerca de 9.9 milhões de euros, que é a dívida total e o prazo médio de pagamento, com o tal gráfico que há pouco referi, que copiei daqui na íntegra e coleí na apresentação.

A evolução do prazo médio de pagamento, em número de dias, aparece o primeiro trimestre 47, segundo trimestre 37, o terceiro trimestre 27 e o quarto trimestre 17. São dados oficiais da DGAL e acho que não podemos ter mais transparência do que esta. O portal da DGAL vai gerando os relatórios conforme o Município vai submetendo a informação na plataforma.

Estamos a trabalhar na submissão dos dados do primeiro trimestre, em breve teremos acesso ao *report*. Sempre que os Senhores Deputados Municipais o entendam, podem solicitar, porque o Executivo envia de imediato estes resultados.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Dando continuidade às respostas. Relativamente ao Senhor Presidente *Arménio Vaz*, dizer que efetivamente já reunimos com a empresa da *Lanor*, onde mostramos ali algumas fragilidades, nomeadamente no tratamento que oferecem às lãs, toda a questão que é enviada para a ETAR. Eles já fizeram alguns trabalhos, não fizeram o trabalho conforme lhe foi solicitado na reunião que tivemos com as Águas do Norte, que fazem essa gestão. Minimizaram, efetivamente, mas ainda não está completamente solucionado, sob o ponto de vista do que é a legalidade e a obrigatoriedade de uma empresa daquela natureza laborar com aquele tipo de material, mas melhoraram e demonstraram boa-vontade. Pediram algum tempo para implementar essas medidas. Estamos a acompanhar e voltaremos, brevemente, a reunir para percebermos a evolução. Inclusivamente, as ações que já foram colocadas em prática, quais foram os resultados que já deram, ou seja, medirmos para depois avaliarmos.

Em relação aos cães vadios, já tinha dado a informação anteriormente, a mesma situação se aplica. Há aqui algumas dificuldades, nomeadamente, na recolha dos animais errantes, mas, a Dra. *Liliana*, tem essa particular atenção. Acabámos de trocar aqui algumas mensagens e ela está com muita atenção a essas questões.

Passando à Senhora Deputada *Graciete Ramos*, agradeço-lhe imenso o facto de ter colocado aqui esta questão. Este assunto deve ser tratado em sede do Conselho Municipal de Segurança e as campanhas de sensibilização são necessárias, aliás, atrevo-me a dizer que a maior parte dos nossos problemas, quase todos, de forma transversal, é uma questão de civismo, é uma questão de atitude individual perante o coletivo e parece-nos que, de alguma forma, tem vindo a falhar.

É natural que os jovens sejam irreverentes, é próprio da idade, mas também não significa que não possam seguir regras e que essas regras não possam vir a contribuir para uma melhoria, neste caso, da segurança rodoviária. Todos nós, quando vamos caminhar, percebemos muito bem que somos ultrapassados no passeio e fora do passeio, por este fenómeno das trotinetes, que efetivamente grassa por todo o lado e que aqui em Mirandela tem vindo a aumentar. Penso que faz todo o sentido que esta sugestão de campanha seja levada ao próximo Conselho Municipal de Segurança e avaliada com todos os participantes desse Conselho.

Também me associo à homenagem que fez aos trabalhadores. Amanhã, dia 01 de maio, somos todos trabalhadores, eu considero-me como tal. Parabéns por esta memória. Obrigado.

Relativamente ao Senhor Deputado *Emanuel Batista*, agradeço por trazer aqui esta questão. Penso que não haverá pouco empenho na atividade agrícola. Efetivamente, não será uma questão de empenho, será uma questão de munirmos esta equipa que falou, a EMEIA, com maior capacidade de recursos humanos, para podermos ter atividades melhores e mais consentâneas com aquilo que é a nossa atividade enquanto concelho, que tem grande atividade no setor primário.

Penso que nós temos condições para olhar a atividade agrícola de outra forma, temos e devemos. Esta questão que referiu, em relação ao número de bovinos e ao número de pequenos ruminantes é preocupante e nós temos que, também em sede própria, do Conselho Municipal de Agricultura, reforçar essas necessidades e esses apoios.

Considero que é determinante que façamos esse tipo de apoio, é determinante olhar para o nosso concelho tal como ele se apresenta, um concelho essencialmente agrícola e tenho a certeza que nós, seja quem for, terá que olhar obrigatoriamente para a agricultura com outros olhos, com outro tipo de investimento. Agradeço-lhe ter trazido cá esse assunto.

Relativamente à questão do apagão e à questão dos geradores, trouxe-nos agora aqui a todos nós uma memória que não tínhamos. Achávamos que a energia elétrica era a solução de todos os problemas, mas efetivamente não é e este apagão veio, e desculpem a expressão, “abrir os olhos” para algumas necessidades que são absolutamente obrigatórias.

Temos aqui o bom exemplo referido pelo Senhor Deputado *Carlos Esteves*, o Hospital de Mirandela funcionou na sua plenitude, porque teve capacidade de resposta, sob o ponto de vista de compensar a falta de energia, através dos geradores e conseguiu dar

essas respostas. Se outras instituições com responsabilidade tivessem essa mesma preparação e quando digo instituições com responsabilidade, refiro-me, concretamente às Águas do Norte. Esta questão da falta de água também se deveu ao facto de as Águas do Norte não terem um sistema de geradores que compensasse a falta de energia e se o tivessem, a falta de água não teria acontecido. Vamos reunir com eles, já falámos telefonicamente, mas não é aceitável que uma entidade desta natureza, que tem a responsabilidade de fornecer os municípios, não tenha uma alternativa energética quando há uma falha elétrica.

Este apagão aconteceu e nós temos que olhar para estas questões como oportunidades de melhoria, como oportunidades de debate daquilo que é absolutamente indispensável.

Mesmo as próprias bombas de gasolina aqui em Mirandela, só havia uma com capacidade de dar resposta. Também para eles é uma oportunidade de se munirem de geradores, para que no momento de crise possam dar resposta. A *TuaCar*, que foi a única com capacidade de resposta, criou ali um foco de trânsito que obrigou à deslocação de todo o efetivo da PSP para regular o trânsito naquele acesso, que é muito movimentado, também aí é importante. Gostava de dizer que esta questão não foge ao Cachão, como colocou aqui. O Cachão também terá que se munir, como entidade com a responsabilidade de manter as carcaças com um nível de refrigeração adequado, também terá que olhar para isso dessa forma.

Falou também aqui em anos de atraso no apoio pecuário. Sinceramente, confesso que teremos que perceber do que é que estamos a falar. Estou completamente à vontade para dizer que não sei quantos anos estão em atraso, mas iremos ver e perceber porque é que está em atraso e tentar recuperar esse apoio, que acho que é perfeitamente fundamental.

Relativamente àquela questão que colocou, do depósito na Rua F, já é do conhecimento da fiscalização. A fiscalização, de forma preventiva, identificou as pessoas e foi-lhes dado um prazo de duas semanas para retirar. Se o lixo for retirado, muito bem, se não for retirado, será levantado um auto. Isso vai acontecer já na próxima semana, que é quando termina o prazo que lhes foi dado.

Quanto à questão do depósito dos monos, penso que há ali um ecocentro muito próximo, não percebo porque é que esses monos não vão para o ecocentro. Também é uma questão que temos que perceber, mais uma vez, apelar aqui e fazer referência à falta de civismo. Se temos um ecocentro nas proximidades, por que razão se está a depositar os monos ali ao lado, ou muito próximo.

Essa é uma questão onde a fiscalização terá que atuar, para que sejam evitados esses depósitos, quando efetivamente temos um ecocentro capaz de fazer essa recolha.

Penso que dei resposta a todas as questões que nos foram colocadas. Agradeço a oportunidade de poder explicar perante estas questões que colocaram.

2.º Período de Intervenção do Público

7 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- A Senhora Múncipe *PATRÍCIA FREITAS* disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Vou ser muito rápida, porque há outros municípios que querem intervir e também têm direito.

Tinha duas questões a colocar. Uma delas penso que até já foi respondida, porque estava relacionada com a questão da água. Apesar de não me ter afetado diretamente a mim, afetou outros municípios, mas creio que já foi mais ou menos respondida, não vale a pena estarmos a falar sobre isso outra vez.

Antes de colocar a questão gostava apenas de dizer que, apesar de não ter estado presente na parte da manhã, fico contente por se ter falado da cultura e da juventude, porque é preciso e sei que já vim várias vezes falar sobre a cultura e provavelmente falarei ainda mais vezes, se for necessário.

A minha pergunta tem a ver com um tema que já é falado há muitos anos, que tem interesse não só para o Município, mas também para uma aldeia em particular, o Cachão, que é a aldeia de onde sou natural. Refiro-me ao Complexo Agro-Industrial do Cachão.

Já era uma questão que queria ter colocado há mais tempo, mas nunca tive a oportunidade de a colocar. Gostava de saber qual é a perspetiva em relação ao Complexo Agro-Industrial do Cachão? Digo isto, porque tenho a certeza de que ainda existem pessoas no Cachão que mantêm alguma esperança quanto ao futuro daquelas instalações, que foram em tempos um polo de desenvolvimento e dinâmica económica para o concelho e para toda a região.

Tenho também a certeza de que, daqui a algumas semanas, ou alguns meses, vão surgir propostas para o Complexo Agro-Industrial do Cachão, como já tem acontecido ao longo dos últimos anos.

Gostava de saber, de forma clara e sensata, o que vai acontecer ao Complexo Agro-Industrial do Cachão, ou o que se pensa que vai acontecer?

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.



----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhor Presidente, tenho que lhe agradecer pelas palavras que me proferiu no dia 28 de abril, espero bem que essas palavras se mantenham sempre no mesmo tom e ficar-lhe-ei agradecido se isso acontecer.

Senhor Presidente, não podemos estar de acordo com o facto de o parque fechar às 23.00 horas e não poder por exemplo, fechar às 22.00 horas, não faz sentido nenhum que isso aconteça.

Quero chamar-lhe a atenção para uma coisa, quando acontecer que as pessoas ultrapassam para lá daquilo que é permitido por lei, ou seja, não cumprir os horários, devia caber a si automaticamente, mandar ali a PSP e fazer com que as pessoas viessem para a rua e se repetissem, automaticamente chegar ao ponto de os autuar, para que isso não se repetisse futuramente.

Nós temos direito ao nosso descanso, comprámos aquele espaço, mandámos construir uma casa, é para estarmos tranquilos com a nossa família, com os nossos amigos, com quem quisermos.

Senhor Presidente, vejamos as vossas verdades e vou citar uma delas, vocês tentaram colocar-me entre a espada e a parede, quando disseram que havia uma Comissão de moradores no Bairro Tua Sol, nunca isso aconteceu, não o diga, nem torça a cara, porque se for ver a uma reunião que tivemos na Câmara de Mirandela, isso está lá.

Vocês já se aperceberam de que eu estou aberto ao diálogo e até nos podemos, eventualmente, sentar à mesa e quem sabe, encontrar uma solução, mas por bem, porque por mal vocês não me vão vergar, nem que eu tenha que ir até às últimas consequências. Vamos ser sérios e vamos ser respeitadores uns para com os outros, agora vou dizer-lhe uma coisa, não queiram dar cabo da minha vida.

Senhor Presidente, já falámos mais do que uma vez, isto já é cansativo, a tirolesa não é retirada dali porque não querem, estão a agir de má fé, estão a agir por vingança, coloque-a à sua porta, coloque-a à porta dos seus amigos. O Senhor já me disse há dias que a retiraria dali e a colocaria no armazém, para que não houvesse mais chatices, então por que não o fez? Olhe que a vingança serve-se fria. Não é uma ameaça, é um aviso.

Senhor Presidente, a placa ainda não se encontra devidamente instalada no mesmo lugar, as bolas continuam a ir para aquilo que é a nossa propriedade, sou obrigado a chamar a polícia, porque eu não devolvo mais bolas, é a polícia que as recolhe e faz delas o que entender. Já teve tempo de tomar uma decisão e não diga que a placa que lá estava tinha sido deteriorada, isso é mentira. A placa estava intacta, sem ninguém lhe fazer qualquer mal.

Senhor Presidente e restante Executivo, estas coisas podiam ser resolvidas amigavelmente, sem que eu tenha de vir aqui chateá-los, sem que tenha de vir aqui precisamente por estas situações infortunadas.

Senhor Presidente, penso que vocês são um Executivo provisório e vou fazer votos para que assim seja. Temos eleições brevemente à porta e vamos esperar que o vosso tempo esteja contado.

Senhor Presidente, sugiro uma coisa, isto é uma ideia minha, pessoal, que me ocorreu, por que razão, no dia de hoje e nos outros dias em que há Assembleia Municipal, não pondera retirar o pagamento do estacionamento nesta rua? Estamos com dificuldades em estacionar, acho que devia pensar nisso, acho que devia ponderar essa possibilidade. Não é por ser um dia a menos de faturação que vai causar grande prejuízo, mas facilitava muito o estacionamento dos automóveis a quem aqui se desloca para assistir, ou participar nas sessões.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Informo os serviços de transmissão *online* da Sessão da Assembleia Municipal, que o cidadão que vai intervir autoriza a transmissão da sua intervenção.

----- O Senhor Município *LUÍS ELEUTÉRIO* de Mirandela disse:

Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

No passado dia 13 de março de 2025, o *Jornal Público* trazia uma notícia sobre as Extratoras de bagaço de azeitona.

Segundo o relatório de 2018 e vou citar: “*da análise então efetuada à composição química das partículas libertadas pela atividade da fábrica, a APA identificou a presença de monóxido de carbono, dióxido de enxofre, compostos cancerígenos, entre os quais hidrocarbonetos policíclicos aromáticos e outros gases, como amoníaco, ácido sulfídrico e sulfureto de metilo.*”, ou seja, não é só o Alentejo que sofre, nós sofremos todos os dias, bombardeados por duas fábricas. Uma felizmente parece que houve lá um incêndio deverá estar uns dias sem trabalhar, a outra está situada no nosso concelho.

O que eu quero perguntar é que diligências tem o Município tomado nos últimos meses relativamente a este tema?

A reportagem continua a dizer que no sítio onde foram feitas as análises e após um investimento de 1,4 milhões de euros por parte da empresa num novo sistema de filtragem, grande parte destes compostos desapareceram, o cheiro e a neblina também. Ou seja, é positivo para eles. O que eu venho propor são medidas para que o Município consiga pressionar a *Mirabaga* a fazer o mesmo.

Quero realçar que isto não é um ataque ao olival, antes pelo contrário, venho da área de agronomia e o olival é o passado, é o presente e é o futuro, principalmente e tendo em conta as alterações climáticas, muitas culturas vão desaparecer, vão deixar de poder ser cultivadas, o olival não.

As medidas que proponho e para mim a primeira é a mais fácil, é uma parceria entre o Município e o IPB, ou a UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, para bolsas de investigação de mestrado, ou doutoramento, para efetivamente medir a poluição, quer atmosférica, quer os meios aquíferos junto à unidade de produção e não só, medir também na cidade, porque a

cidade também é afetada pela neblina. Quem sai de Mirandela às 7h30, 8h da manhã, numa terça, quarta ou quinta-feira, ao chegar à autoestrada, aquilo passa Abreiro, passa Vilas Boas, por isso, há muitos sítios afetados.

A segunda é pedir aos quatro Grupos Municipais aqui presentes e aproveitando que estamos em período de campanha eleitoral cíclica, pelo menos até janeiro de 2026, se não for até janeiro de 2027, que é mais a minha opinião, é que façam um *lobby* junto dos seus Partidos sobre três pontos.

A primeira é que seja legal fazer a compostagem do bagaço de azeitona., por uma lei do século passado, não é legal fazer compostagem de bagaço de azeitona em Portugal e compostagem é falar daquilo que tanto se fala, agricultura sustentável, sustentabilidade ambiental, económica e circular, algo completamente essencial.

A segunda é uma continuidade da primeira, que seja criado um plano a cinco anos para obrigar os lagares que produzam azeite biológico a compostar 30 a 40% do bagaço manufaturado.

E por último e esta é a mais polémica, eu próprio acho polémica, a possibilidade de criação de um fundo ambiental financiado pelos lagares externos ao concelho de Mirandela, com o objetivo de melhorar os sistemas aquíferos da nossa região e se possível, mitigar também os efeitos atmosféricos.

Outras duas notas rápidas. A Piscina Municipal, em março, na altura do Carnaval, esteve encerrada e as pessoas tiveram que pagar na mesma a totalidade da mensalidade. Verificou-se agora em abril a mesma situação. Penso que o Município deveria criar um valor que seja uma cota fixa e os outros valores serem aplicados por dias. Assim, quando por questões que todos sabemos, a piscina estiver fechada, não seja cobrado às pessoas.

E, por último, o Senhor Presidente falou da ADAN. Estive à conversa com uma voluntária da ADAN há uns dias atrás e em tom de brincadeira, vou-lhe pedir a si, ou ao Presidente da Junta, que teve que sair e já não está, que um de vós se inteire dessa situação, porque, senão, qualquer dia, eu e o Senhor Presidente temos que ir às perdizes, tal é a mata que lá está no recreio da Escola de Golfeiras, ninguém consegue passar.

----- O Senhor Presidente *VÍTOR CORREIA* disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Respondendo à munícipe *Patrícia Freitas*, traz aqui um problema que vale a pena pensarmos sobre ele e que, não é num minuto, ou dois que vamos debater este assunto, tal é a dimensão e a densidade desta questão. O Cachão enfrenta algumas circunstâncias gravíssimas, sob o ponto de vista da sua capacidade e autonomia financeira para sobreviver, sobrevive porque os Municípios de Mirandela e de Vila Flor, que são os acionistas, vão sistematicamente injetando capital, para que se mantenha em funcionamento.

Os bens estão penhorados e nós temos de encontrar uma solução para definitivamente, perceber como vamos ultrapassar estas questões. Não podemos ter aqui qualquer tipo de investimento, mesmo no sentido de aproveitarmos capitais que nos pudessem ajudar através dos Avisos, pois quando vamos a esses Avisos, verificamos que o equipamento apresenta penhoras.

Temos de resolver isto numa primeira instância e isto não é uma decisão apenas do Executivo, tem de ser uma decisão de todos, envolver toda a Assembleia e a população.

Entendemos que continua a ter grande viabilidade, tem de ser modernizado. Quando falamos de polos de inovação tecnológicos, podemos percebermos que ali pode estar uma solução. O MIC é importante também para aquilo que foi dito há pouco pelo Senhor Deputado *Emanuel Batista*, para garantir que possamos acolher o que é produzido aqui no nosso concelho, para que não tenham que ir para outros concelhos fazer os abates. Temos que fazer essa promoção. É importante.

Já vimos em outros concelhos vizinhos matadouros a abrir e nós, tendo um matadouro aberto, porque não haveremos de o requalificar? Porque não havemos de cativar mais abates para ali?

Essa é uma decisão que precisamos tomar e é uma decisão que implica investimento, mas antes disso, temos de resolver a questão dos bens penhorados e isso implica capital, pelo que não podemos tomar uma decisão leviana, porque esse capital ascende a mais de dois milhões de euros, teremos de ponderar toda esta questão de como o vamos fazer, como nos vamos libertar da penhora, para podermos avançar com ações eficazes e capazes de ultrapassar esta situação.

O Cachão ainda é aquela marca que conhecemos e à qual nos habituámos, com produtos oriundos de todo o nosso território, de Mirandela e dos concelhos limítrofes, que davam resposta com produtos do Nordeste de altíssima qualidade, fruto daquilo que o nosso território é capaz de produzir.

Acreditamos ainda que isso possa acontecer, mas por muita crença que tenhamos, se não houver capacidade de investimento, se não houver decisões para aquilo que queremos fazer, não podemos tomar essa decisão de ânimo leve, porque precisamos de nos socorrer de Avisos capazes de dar resposta, para isso temos de nos libertar da dívida e esta é que é a grande problemática e a questão dos próximos tempos.

Sim, acreditamos que o Cachão pode ainda voltar a ser algo relevante, não nos moldes anteriores, porque os tempos mudaram, mas com modernização poderá dar resposta aos nossos agricultores, tanto no setor da pecuária, como de outros produtos endógenos produzidos aqui na região.

É o que me apraz dizer-lhe sobre o assunto, não lhe posso avançar com rigorosamente mais nada sobre isto, seria utopia da minha parte dizer outra coisa que não fosse esta.

Obrigado por trazer este tema e por o manter vivo, este tema será brevemente debatido, tenho a certeza absoluta, aliás, é incontornável que não seja e voltaremos ao assunto.

Obrigado, *Patrícia*, pela sua capacidade e vontade de estar aqui e apresentar os assuntos olhos nos olhos, no sítio próprio.

Relativamente ao Senhor *Manuel Brízido*, dizer que no mesmo momento, numa intervenção de três minutos, faz uma declaração de paz e uma ameaça.

Senhor *Manuel Brízido*, acredite: nós estamos aqui por bem e para resolver o problema, sempre estivemos e continuaremos a estar, agora, não podemos estar sujeitos, no mesmo minuto, na presença de todos, dizer-nos que está connosco e disponível e passados 30 segundos, estar a ameaçar.

Rena
Bete

Deixe-nos partir para essa mesa de negociações que propôs, para podermos resolver alguma coisa, porque da forma como age, acredite no que lhe vou dizer, por muita razão que tenha, às vezes pode perdê-la pela forma como interpreta e comunica o assunto.

Estamos aqui para tentar resolver e acho que vamos resolver, mas vou continuar a dizer uma palavra que me vai na alma e que hoje já foi dita aqui várias vezes, que é a palavra civismo, enquanto não houver civismo, não há problemas fáceis de resolver. Cada um de nós tem de perceber até onde pode ir na sua ação enquanto indivíduo, a sua interação com a coletividade. A nossa liberdade termina quando colide com a do outro. Estes são valores que temos de promover diariamente na nossa forma de estar e nos relacionarmos.

Da minha parte, terá sempre este discurso assertivo, mas sobretudo educado, porque eu não perco a educação com ninguém, garantidamente.

Relativamente à questão colocada pelo *Luís Eleutério*, obrigado por trazer este tema tão pertinente.

Não sei se tem conhecimento, no ano passado, por volta de agosto, promovemos um conjunto de visitas, onde lhes foi entregue um relatório com recomendações para mitigar o que estava a acontecer, pediram-nos um prazo de resposta, algumas dessas recomendações já foram implementadas, outras ainda não, digo “ainda não”, porque chegou agora o momento de voltarmos ao assunto e repetirmos a visita, para percebermos que melhorias foram feitas e que resultados houve.

Não podemos deixar de trabalhar neste assunto, que é determinante e que muito nos preocupa a todos, sob o ponto de vista do que é a poluição atmosférica e os impactos na saúde.

Concordo que possa haver aqui uma parceria com as universidades, o Instituto Politécnico e a UTAD, é fundamental essa proximidade, essa colaboração, porque estas entidades têm o papel de promover, junto das empresas, essa proximidade e dar-lhes essa ajuda. Penso que seria importante fazermos isso.

Quanto à questão do Fundo Ambiental promovido pelos Lagares de Mirandela: é um tema que também deve ser debatido em sede própria. O concelho de Mirandela, felizmente, tem um Conselho Municipal de Agricultura, onde alguns destes assuntos podem e devem ser tratados. Podemos, naturalmente, propor que se debata lá esta questão tão pertinente.

Mirandela é um concelho de olival, temos estimadas cerca de 5 milhões de oliveiras., o azeite é um fator económico de elevada importância para o concelho e nós temos que tratar isto como deve ser, mas tratar isto como deve ser não é deixar que tudo aconteça só porque a economia tem peso elevado.

Hoje, existem tecnologias que mitigam este tipo de atividade, as próprias transformadoras também se queixam de não terem acesso a Fundos Comunitários para investir. Esta questão pode, eventualmente, ultrapassar o debate municipal e ter de ser levada a outra instância. perceber porque é que essas entidades que também são poluidoras, não possam ter acesso a Fundos que venham minimizar o ambiente e que têm impacto na saúde de todos nós, parece-me que é um assunto delicado e deve ser debatido.

Agradeço-lhe sinceramente por trazer esta questão e por nos lembrar dela de forma tão clara.

A Piscina Municipal de Mirandela tem estado encerrada há algum tempo, por razões de segurança e ela só fecha quando análises rigorosas indicam a necessidade de o fazer e atuamos de imediato, mas, não me parece justo que, estando encerrada, continue a haver lugar ao pagamento. Acho que devemos propor uma forma de compensar os utentes, seja através de devolução. ou outro meio que se entenda mais adequado.

Quanto à ADAN, relativamente ao espaço que ocupa, que é a antiga escola primária de Golfeiras, é verdade que aquelas imediações carecem de um corte de vegetação, mais uma vez, agradeço a sua intervenção.

Muito obrigado a todos.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal *RITA MESSIAS* disse:

Muito obrigada, Senhor Presidente.

Chegámos ao fim desta Sessão. Tenho, acima de tudo, de agradecer a forma como decorreram os trabalhos. Apesar das nossas divergências iniciais e do debate gerado, conseguimos chegar a um consenso, o que revela a maturidade e a cultura democrática desta Assembleia, colocando os interesses dos municípios e de Mirandela acima das nossas diferenças.

É, por isso, com orgulho que verifico que, agora, já perto das 19h30, ainda temos quórum. Encontram-se ainda cerca de 40 Deputados nesta Assembleia. Muito obrigada a todos.

Acho que podemos ir todos para casa com o sentido de dever cumprido, com a consciência tranquila de que não iremos ter penalizações e acho que isso nos dá muita paz.

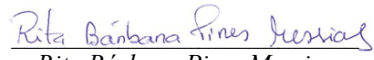
Desejo a todos um bom regresso a casa, um bom Dia do Trabalhador e aproveito apenas para informar a Comissão Permanente que teremos reunião no próximo dia 23 de maio.

Muito obrigada, mais uma vez, e um bom regresso a casa.

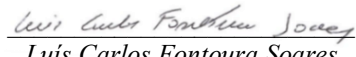
----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pela Senhora Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 19 horas e 30 minutos.

A Presidente da Assembleia Municipal;


Rita Bárbara Pires Messias

O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal;


Luís Carlos Fontoura Soares

A 2.º Secretária da Mesa da Assembleia Municipal;


Patrícia Andreia Felgueiras Pires Bernardo